

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JOSÉ FONTES FÉLIX

**O TRABALHO DOMÉSTICO DE ADOLESCENTES:
NATURALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO E SUBMISSÃO**

Natal
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ FONTES FÉLIX

**O TRABALHO DOMÉSTICO DE ADOLESCENTES:
NATURALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO E SUBMISSÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – MINTER UFRN/UNIT do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito complementar para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Eduardo Vitullo

Natal

2010

JOSÉ FONTES FÉLIX

**O TRABALHO DOMÉSTICO DE ADOLESCENTES:
NATURALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO E SUBMISSÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – MINTER UFRN/UNIT do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito complementar para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gabriel Eduardo Vitullo - (Doutor em Ciência Política – UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Irene Alves de Paiva - (Doutora em Educação – USP)

Prof. Dr. Ernesto Seidl - (Doutor em Ciência Política - UFRGS)

Aos meus familiares, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

A minha esposa, Kadja, aos meus filhos, Felipe e Gabrieli, pela paciência, pelo companheirismo. Amo vocês.

Aos meus Pais, pelo esforço em contribuir com minha educação.

Aos meus familiares, pelo estímulo.

A Conceição e Sandro, sempre presentes em minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gabriel Vitullo, sempre educado, prestativo, preciso, responsável; guardarei tuas lições sempre com carinho.

A Prof. Dr^a. Irene, pelas orientações e estímulo durante o curso do mestrado.

Aos coordenadores Prof. Dr^a. Norma Takeuti e Prof. Dr. Alex Galeno, impossível um dia esquecer-los.

Ao Prof. Dr. Temisson, grato pelo esforço de trazer este MINTER para UNIT.

A todos os colegas do MINTER UNIT/UFRN, lembranças que me fazem rir, chorar.

Que momentos lindos. Vocês são pedras preciosas.

Às domésticas que participaram deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus amigos, o carinho de vocês não tem preço.



“Nasce, morre, nasce, morre. Cada vez que a gente nasce é um tipo de gente. Uma vez nasce rico, outra nasce japonês, outra nasce comerciante, outra pintor de parede. Nasce homem, nasce mulher, nasce viado, nasce travesti. Nasce gorda, pobre, preta. Nasce valente, idiota. Nasce de tudo. Cada vez é de uma coisa. Deus é que vai escrevendo as ‘missão’ que cada um tem que cumprir. Eu aprendi isso no espiritismo. É a reencarnação. Por que que eu é que tinha de nascer assim desse jeito? Pobre, preta, ignorante. ‘Mia fia, tu tá amargando agora uma outra vida muito cheia de luxo, sabia?’ Não, eu não sabia de nada. A minha bisavó era escrava. A minha vó foi doméstica. A minha mãe, quando eu nasci, ela disse que preferia me ver morta do que empregada doméstica. Eu sou doméstica...”. (Créo) – Personagem de Domésticas – O Filme.

RESUMO

Este trabalho demonstra aspectos relevantes sobre o labor doméstico realizado por adolescentes entre 16 e 18 anos, nos espaços residenciais. Trata-se de destacar o processo de naturalização da invisibilidade, sua precariedade e fonte de exclusão social, tendo em vista a forte relação pessoal de dominação. Apontam-se as relações de pseudoafetividade que podem obscurecer a exploração do trabalho doméstico. Destaca uma discussão preliminar sobre a composição das relações sociais inseridas no contexto do trabalho doméstico, com ênfase na reflexão sobre a condição de subalternidade das adolescentes trabalhadoras domésticas, como resultado de um processo de sociabilidade constituído por relações de dominação - gênero e classe social, resultando na formação de identidade social negativa, formadora de estigmas. Esta dissertação resulta de uma pesquisa sobre o trabalho de adolescentes empregadas domésticas, realizada na cidade de Aracaju, cujo objetivo principal foi compreender como são operadas as diferenças e desigualdades sociais nas relações de trabalho doméstico, com base, inclusive, nas informações das próprias adolescentes. O trabalho de campo foi realizado de agosto 2009 a janeiro de 2010 e para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de história oral/história de vida, aplicação de questionários e uso de entrevistas semiestruturadas, como também de dados secundários da PNAD/IBGE que serviram de base comparativa da realidade nacional e a contextualização local. Enfatiza-se como as relações de trabalho doméstico envolvendo adolescentes questionam os modos de vida das classes trabalhadoras, que são confrontados pelos diversos “sistemas” de cada casa, o que leva ao desenvolvimento de estratégias de adaptação que tornam possível a convivência de uma pessoa estranha na “casa dos outros”. Focaliza como o trabalho entra em suas vidas nas condições de ressocialização oferecidas pelas famílias de trabalhadores aos seus filhos/as; e como este *habitus* de classe é apropriado pelo mercado de trabalho no emprego doméstico através de um processo de socialização que ora se opõe e ora reforça as práticas e valores apreendidos no novo ambiente familiar.

Palavras-chave: Doméstico; dominação; submissão; estigma; poder.

ABSTRACT

This work demonstrates important aspects of domestic work performed by adolescents between 16 and 18 years in residential spaces. This is to highlight the process of naturalization of invisibility, their source of insecurity and social exclusion, in view of the strong personal relationship of domination. Pointing out the relations of pseudo-affection that can obscure the exploitation of domestic labor. Highlight a preliminary discussion on the composition of social relations embedded in the context of domestic work, with emphasis on reflection on the condition of subordination of young domestic workers as a result of a process of socialization consists of relations of domination - gender and social class, resulting in formation of social identity-forming negative stigma. This paper results from a survey of the work of young maids, held in the city of Aracaju, whose main objective was to understand how they operated the differences and inequalities in the relations of domestic based, including information on adolescents' own. Fieldwork was conducted from August 2009 to January 2010 and data collection techniques were used oral history / life history, questionnaires and use of semi-structured interviews, as well as secondary data from PNAD / IBGE which formed the basis of comparative national situation and local context. It emphasizes the links of domestic work involving teenagers question the lifestyles of working class who are confronted by the various "systems" for each home, which leads to the development of adaptation strategies that make possible the coexistence of a stranger the house at the other. It focuses on how the work goes into their lives in terms of socialization offered by working families to their children's, and as this class *habitus* is adequate for the job market in domestic employment through a socialization process that sometimes opposes and now reinforces the practices and values seized in family socialization.

Keywords: Domestic, domination, submission, stigma; power.

Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na população de 5 a 17 anos de idade - Brasil - 1992/2007.....	53
Gráfico 02 - Proporção de trabalhadores(as) domésticos(as) no total de ocupados/as Brasil, 1998-2008.....	57
Gráfico 03 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil – 2007.....	65
Gráfico 04 - Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, no total de domicílios particulares, por Grandes Regiões - 2004/2006.....	66
Gráfico 05 - Distribuição das pessoas de 16 ou 17 anos de idade, empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência, por posse de carteira de trabalho assinada, segundo as Grandes Regiões – 2007.....	67
Gráfico 06 - Distribuição das pessoas de 16 ou 17 anos de idade com carteira de trabalho assinada, empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência, segundo as Grandes Regiões - 2006-2007.....	68
Gráfico 07 - Proporção de empregados(as) com carteira de trabalho assinada Brasil, 1998 – 2008 – em %.....	70
Gráfico 08 - Renda média mensal do trabalho de diferentes categorias de empregados(as) 1998-2008	74
Gráfico 09 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação na semana de referência, segundo os grupos de idade Brasil – 2007.....	80
Gráfico 10 - Distribuição percentual das trabalhadoras domésticas por faixas etárias Brasil, 1998-2008.....	81

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO INFANTO-JUVENIL.....	16
2.1	ANÁLISE CONCEITUAL DO TERMO “DOMÉSTICO”	16
2.2	DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS: CRIANÇA, ADOLESCENTE, EMPREGADO DOMÉSTICO.....	19
2.3	O TRABALHO DOMÉSTICO DAS ADOLESCENTES ENTRE 16 A 18 ANOS – O OBJETO DE DISCUSSÃO.....	20
3	AS PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO INFANTO-JUVENIL.....	29
3.1	PERCEPÇÕES INICIAIS SOBRE O TRABALHO INFANTO-JUVENIL.....	29
3.2	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A INSERÇÃO PRECOCE NO TRABALHO DOMÉSTICO.....	31
3.3	PROCESSO DE NATURALIZAÇÃO DA SUBALTERNIDADE.....	36
4	A PESQUISA DE CAMPO.....	49
4.1	METODOLOGIAS DA PESQUISA.....	49
4.2	PERFIS DAS ENTREVISTADAS.....	54
4.3	RESULTADOS DAS PESQUISAS.....	56
5	DOMÉSTICAS – O FILME, VISTO PELAS DOMÉSTICAS – FICÇÃO E REALIDADE SE ASSEMELHAM?.....	86
5.1	DOMÉSTICAS: O FILME.....	86
5.2	GRUPO FOCAL – ESTRATÉGIA DE ANÁLISE.....	88
5.3	DOMÉSTICAS – O FILME E SUA REPERCUSSÃO JUNTO AO GRUPO DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS.....	92
5.4	APRECIÇÕES SOBRE O DISCURSO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS.....	96
6	CONCLUSÃO.....	101
	REFERÊNCIAS.....	106
	APÊNDICES.....	110

1 INTRODUÇÃO

O objeto do presente trabalho é a análise da inserção do trabalho doméstico, nos espaços residenciais, advindos de adolescentes entre 16 (dezesesseis) a 18 (dezoito) anos. Naturalmente absorvido pela prática social como um dos meios de crescimento individual, repercute assim, a dificuldade dos atores sociais que vivenciam esta realidade, em concebê-lo como uma forma de labor que constitui uma das piores formas de trabalho infanto-juvenil.

A escolha do tema revela um especial interesse, do ponto de vista sociojurídico, com a adolescente trabalhadora doméstica, reconhecida em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e como portadora de direitos de proteção e cuidados especiais. A discussão sobre trabalho doméstico encontra-se ancorada na perspectiva dos direitos sociais e, em última instância, dos direitos humanos. Trata-se de trazer à tona a reflexão sobre o caráter do trabalho doméstico, a forma como as adolescentes são envolvidas em um contexto de exploração da mão-de-obra e, conseqüentemente, de violação dos seus direitos fundamentais: a igualdade de oportunidades, a dignidade, a educação, a formação e o lazer. O estudo da relação de trabalho da adolescente doméstica favorece a avaliação da relação de poder do Estado com seus governados, bem como a avaliação do discurso dos dominantes, como meio de transposição da alienação dos dominados. Fomentar políticas de apoio à educação e de desenvolvimento de menores é dever do Estado, da sociedade e da família, inclusive porque a realização desses fatores só favorecerá a própria sociedade.

A investigação percorre os aspectos da história social da infância no Brasil, o contexto do trabalho infantil doméstico, os limites de proteção à criança e ao adolescente, o sistema de garantias de direitos e as perspectivas de instrumentalização para o combate ao trabalho infantil doméstico.

Tolerado no Brasil até meados da década de 80, o trabalho infantil só passou a ser questionado de fato nos debates que marcaram a Assembleia Nacional Constituinte, de 1987 a 1988, e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Não podemos nos esquecer que a escravidão existiu no país até há pouco mais de cem anos,

marcando profundamente o mundo do trabalho. Ainda está por ser escrito o papel da escravidão na naturalização do trabalho infantil em nosso país, seja pela utilização de crianças escravas no trabalho pesado, seja pelo trabalho que realizavam no âmbito doméstico.

A primeira referência ao trabalho infantil na legislação brasileira se dá em 1891, com o Decreto nº 1.313, que, ao que consta, jamais foi cumprido. Apenas em 1927 seria aprovado o Decreto nº 17.934, conhecido como Código de Menores, que tem incluída entre seus artigos a regulamentação do trabalho infantil. Em 1934, a nova Constituição determinou a proibição do trabalho infantil para menores de 14 anos, salvo permissão judicial. A condição de aprendiz permaneceu nas Constituições de 1937 e 1946. Com a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (1943), além da condição de aprendiz, a criança de 14 a 18 anos que trabalhasse deveria ganhar um “salário de menor” (metade do salário mínimo). Na Constituição de 1967, a idade mínima foi reduzida para 12 anos, fundamentando-se o Estado na sua obrigação de oferecer o curso primário obrigatório até os 11 anos.

Foi apenas na década de 1980 que o Brasil se adequou, finalmente, à “Doutrina de Proteção Integral”, que tem origem na Declaração dos Direitos da Criança (1959). A redemocratização do país permitiu uma grande articulação da sociedade em torno da mudança na legislação e de políticas públicas especiais. No período pré-Constituinte surgiram a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, a Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Comissão Nacional Criança e Constituinte (esta última, uma articulação do setor público federal). A soma de esforços resultou em duas emendas constitucionais de iniciativa popular, contendo mais de 200 mil assinaturas de eleitores. Seus textos, fundidos, entraram no corpo da Constituição de 1988, notadamente no caput do artigo 227, que determina: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A submissão, quando efetivamente construída, leva a tipificar-se o vínculo de emprego doméstico como uma das piores formas de trabalho infanto-juvenil em decorrência da forte relação de dominação. A atenção dedicada ao trabalho

doméstico é, no entanto, largamente justificada, pois é nessa área que se concentram as meninas trabalhadoras. Ao nos debruçarmos sobre o problema, estaremos aprofundando a reflexão não somente sobre o lugar atribuído, na sociedade brasileira, à população infantil e juvenil, mas estaremos também levando em consideração os valores e práticas ligados à questão de gênero – isto é, os fatores que tornam essa atividade, de longe, a mais exercida pelas meninas trabalhadoras no Brasil.

O trabalho explorador doméstico é visivelmente delineado nas seguintes formas: a) ocorre em período integral dificultando, ou até mesmo impedindo a escolaridade; b) utiliza-se do indivíduo em tenra idade, abusado de sua inexperiência, ocasionando assim, estresse físico, psicológico ou emocional devido ao excesso de responsabilidade; c) compromete a dignidade e a autoestima, comprometendo seu desenvolvimento social.

A crescente facilidade de utilização do trabalho do menor está associada a diversos fatores, entre eles a pobreza e a falta estrutural de emprego, fazendo-o procurar o trabalho doméstico como forma de complementar a renda familiar, e adiciona-se a falsa noção de passar a ser “livre” e independente, em especial, do seu ambiente familiar.

Diante disso questiona-se:

Como se estrutura a relação de naturalização da subalternidade na convivência entre empregado doméstico e patrão?

Que contradições se encerram nas relações de poder no exercício do trabalho doméstico que conduzem ao estigma da submissão?

Quais os reflexos da dominação imposta ao empregado doméstico?

Investiga-se se pode ocorrer uma obediência racionalizada, com o intuito de adquirir vantagens individuais (alimentação, morar na cidade, estudar, etc.). Observar se há uma aquisição naturalizada de obediência, em decorrência dos costumes já trazidos pelas avós, mães da empregada doméstica. Discute-se se as relações de pseudoafetividade (dominação afetiva) podem obscurecer a exploração do trabalho doméstico.

A perspectiva teórica apontada evidencia as relações socioculturais e jurídicas subjacentes à realidade histórica pela qual se consubstanciou o direito de proteção à criança e ao adolescente contra a exploração do trabalho infanto-juvenil doméstico.

Por décadas, o trabalho doméstico no Brasil tem sido tratado ora como fruto da pobreza, ora como solução para amenizar seus efeitos. A sociedade sucumbe ao mito de que o ideal para as crianças e adolescentes das camadas sociais menos favorecidas seria aprender uma profissão o quanto antes, de modo a contribuir para a renda familiar e assim evitar desvios de conduta que poderiam ocasionar o ingresso na marginalidade. A política educacional, até recentemente ainda muito voltada para a manutenção de privilégios, contribuía para essa situação, ajudando a reproduzir o ciclo de desigualdade social. Em épocas cíclicas de crise, com aumento do desemprego, com as variadas e constantes tentativas de informalidade nas relações de trabalho, o resultado é um recrudescimento da exposição precoce ao trabalho. Localiza-se dentro da problemática que expõe a pobreza como uma questão de difícil resolução na “moderna sociedade brasileira” e ao mesmo tempo apresenta-se com resquícios de relações escravistas e paternalistas.

A escassez de recursos é algo que assusta e, ao mesmo tempo, expõe as desigualdades sociais aprofundadas pelo sistema capitalista. A pobreza aniquila, sobretudo, por impedir que famílias inteiras consigam satisfazer suas necessidades primárias e por envolver essas pessoas em uma dinâmica de exclusão social, de marginalização da sociedade. A pobreza se expressa, ainda, na destruição da capacidade inventiva, criativa, reduzindo a autoestima, a capacidade de sonhar, de acreditar em si mesmo. O valor do trabalho é mitigado como forma de manter-se vivo, ao invés de propiciar a dignidade e realização pessoal.

Pelas características naturais do objeto de estudo, qual seja, a construção do enquadramento do trabalho doméstico da adolescente entre 16 a 18 anos, privilegia a interdisciplinaridade como instrumento de compreensão contextual do trabalho doméstico e de inter-relação entre os campos de conhecimento do direito relacionado à antropologia, à história, à sociologia e à política. Possibilita assim, uma percepção da realidade do trabalho doméstico na vida das adolescentes, averiguando até que ponto se trata de um modo de trabalho produtor ou explorador e alienador de mão-de-obra.

O método de procedimento foi o monográfico. Na coleta/levantamento de dados, foi aplicada a análise quantitativa com os mais recentes dados provenientes do IBGE - Diretoria de Pesquisas Trabalho e Desenvolvimento - PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios) – 2006 a 2008, esboçando estatísticas sobre o

trabalho doméstico por sexo, gênero, idade, renda, escolaridade, etc.

Nesta dissertação discorre-se sociologicamente na construção da invisibilidade, proveniente do efeito da dominação e os consequentes estigmas da exclusão social.

Segundo Durkheim (2004) existe uma concepção equivocada de que fato social é quase todo fenômeno que acontece na sociedade com certa generalidade, desde que apresente algum interesse social. Na verdade, fato social como objeto de estudo da sociologia se caracteriza pela exterioridade, ou seja, não se relaciona com uma consciência individual e sim com uma consciência coletiva, generalizando-se por ser social, não sendo social por que se generaliza. Outra característica distinta do fato social é o poder coercivo que o mesmo exerce sobre os indivíduos; queiram ou não queiram, todos se submetem às imposições por ele determinadas de forma imperativa. Para esclarecer melhor, vejamos o que diz Durkheim:

Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (2004, p. 40)

A dissertação está estruturada em cinco itens textuais, após a introdução: o primeiro versará sobre os traços contextualizados da inserção precoce da criança e adolescente, em especial, no mundo do trabalho doméstico e suas implicações e efeitos; importante contextualizar os fatores histórico-sociais que determinaram as raízes do trabalho doméstico. Delineiam-se os aportes teóricos com base em profundos estudos desenvolvidos pelos sociólogos Pierre Bourdieu e Jessé Souza, entre outros, como contextualização da relação de dominação e submissão possivelmente existente na relação empregatícia doméstica. No item 3 adentra-se numa visão mais analítica sobre as características da adolescente doméstica enquanto pessoa em fase de desenvolvimento de valores culturais e sociais e sua experiência no processo de invisibilidade e subalternidade no emprego doméstico; contexto histórico do trabalho doméstico – relação com o trabalho escravo. A invisibilidade do empregado doméstico. O processo de naturalização da exclusão social dos trabalhadores domésticos. O contexto da relação de dominação e submissão no emprego doméstico – repercussões sociais.

No item 4, a partir das bases de dados estatísticos mais recentes

advindos da IBGE - PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006 a 2008, disponíveis especificamente sobre o tema em foco, são apresentados dados concretos que permitem facilitar o entendimento sobre as causas e as consequências do trabalho doméstico na adolescência, comparadas com a pesquisa de campo realizada, tendo sido respondidos 40 (quarenta) questionários, sendo selecionadas as entrevistadas que estavam dentro da faixa etária entre 16 (dezesesseis) a 18 (dezoito) anos, totalizando assim 20 (vinte) adolescentes, na cidade de Aracaju/SE, evidenciando assim, o contexto da adolescente e o trabalho doméstico, as causas do trabalho doméstico infanto-juvenil e as suas consequências.

O último item anterior à conclusão está destinado a destacar através da instrumentação de grupo focal, o olhar das empregadas domésticas sobre o filme – “Domésticas”, longa-metragem do cineasta Fernando Meirelles, analisando como as personagens de carne e osso percebem o imaginário coletivo, os símbolos dos personagens fictícios, se realmente ficará evidenciado um processo de identificação.

Espera-se que, ao final da leitura, seja atingido o objetivo de repensar a prática do trabalho doméstico, partindo das impressões originárias delas próprias, que através do diálogo se compreenda o sentido que este trabalho pode dimensionar em suas vidas.

2 A CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO INFANTO-JUVENIL

2.1 ANÁLISE CONCEITUAL DO TERMO “DOMÉSTICO”

Inicialmente formula-se a dimensão do vocábulo: doméstico, como conceito instrumental, caracterizando a concentração de uma representação, um conjunto de atividades, pessoas, contendo relações e traduzindo um espaço social definido.

Decifremos a palavra, no dicionário

Doméstico (do lat. Domesticu): Adj. 1. Da ou referente a casa, à vida da família; familiar: vida doméstica. 2. Necessário ao funcionamento de uma casa, à saúde ou ao conforto de seus moradores: serviço doméstico; limpeza doméstica. 3. Diz-se do animal que vive ou é criado em casa. 4. Economia doméstica e prendas domésticas.

Como substantivo, no feminino e no masculino

Doméstico (fem. de doméstico): Empregada doméstica; empregada, criada (Cf. doméstico, do verbo domesticar).

Como verbo:

Domesticar V.t.d: 1. Tornar doméstico; amansar, domar: domesticar animais; civilizar, colonizar. P. 3. Tornar-se doméstico, amansar-se. 4. Tornar-se sociável; civilizar-se¹.

Observando os conceitos com mais atenção, depara-se com o conceito de doméstico enquanto adjetivo, referindo um lugar, a casa; um conjunto de relações, as relações familiares; a um trabalho (serviços domésticos de uma residência). Mas como substantivo retrata apenas um dos personagens deste lugar: empregado doméstico, criado. Ainda, percebe-se que doméstico como verbo sugere submissão com o significado de amansar, civilizar. Cabe neste passo observar que nas unidades domésticas convivem diferentes tipos de códigos sociais, sendo aparentes as desigualdades sociais; dessa forma, os termos domesticar, amansar e civilizar expressariam também estas relações, representadas pelos valores e comportamentos considerados superiores advindos da classe empregadora e pela

¹ Novo Dicionário Aurélio de língua portuguesa, 2ª ed. Nova Fronteira, 2ª impr.

concepção de que domésticos, por estarem do lado daqueles e por não gozarem de meios educacionais mais amplos, são carecedores desta convivência, para a convalidação desse processo civilizatório.

- Sabe quando alguém pergunta a uma criança o que ela vai ser quando crescer? Ela responde médico, professora, bailarina, artista de novela... Ninguém diz que quer ser doméstica. Porque isso não é uma opção de vida: isso é uma sina que a pessoa tem.²

Assim Roxane, um dos personagens do filme *Domésticas*, fala de sua profissão. Essa reflexão do personagem revela um olhar preconceituoso sobre o trabalho de doméstica. Ele não é visto como uma profissão que pode ser seguida como carreira, mas como uma sina, como algo que o destino reserva a algumas pessoas.

No Brasil, na última década, houve um aumento de mulheres que se tornaram chefes de família, tendo como reflexo a sua maior participação no mercado de trabalho, incrementando assim a demanda na procura do trabalho doméstico, em especial, por mulheres da classe média e média alta que se ausentam dos seus lares para uma rotineira jornada de trabalho, não lhes deixando outra alternativa senão socorrerem-se de empregadas domésticas ordinariamente advindas de classes mais baixas que se sustentam neste tipo de labor como uma das suas restritas opções de trabalho.

Ocorre também a autodenominação de suas atividades, retratando assim como estes atores sociais pensam no processo de identificação profissional. Os domésticos, quando perguntados sobre qual a sua profissão, várias são as respostas e subtítulos para o termo empregado doméstico. Observa-se assim, que grande parte recusa a denominar-se como este tipo de trabalhador, demonstrando nítido despreço pela sua profissão. Algumas das diversas formas de declaração dos trabalhadores domésticos captadas pela pesquisa mensal de emprego do IBGE:

² *Domésticas*, o filme, Direção: Fernando Meirelles e Nando Olival.

Acompanhante de cachorro	Faz bico de faxineira
Acompanhante de criança a escola	Faz tudo
Acompanhante de deficiente físico	Governanta
Acompanhante de deficiente mental	Home care - cuida de paciente em casa
Acompanhante de enfermo	Jardineiro
Acompanhante de idoso	Jardineiro e zelador
Ajudante de caseiro	Lavadeira de roupa
Ajudante de cozinha	Lavador de carro
Ajudante de jardineiro	Leitor de ajuda a cegos
Ajudante de lavadeira	Leva criança a escola
Alimentador de animais	Limpador de chiqueiro
Ama seca	Limpador de janelas
Arrumadeira	Limpador de piscina
Auxiliar de baba	Limpador de vidros
Auxiliar de caseiro	Limpeza de quintal
Auxiliar de chapeleiro	Mensageiro
Auxiliar de limpeza	Mordomo
Babá	Motorista de casa de família (chofer)
Baleiro (cuida de cavalos)	Motorista de lancha particular
Busca leite	Motorista de madame
Cadeiro	Motorista do serviço doméstico
Camareira	Motorista doméstico
Capataz	Motorista particular
Capinador de quintal	Office boy
Caseiro	Olha criança
Chofer	Pajem
Coletor de lixo	Passadeira de roupas
Condutor de lancha	Piloto de lancha
Congelamento de alimentos	Podador de árvores
Congeladeira	Polidora de inox
Conservador de limpeza	Secretaria particular
Corta galhos de árvores	Segurança particular
Cozinheira	Servente de conservação
Cuidador de animais	Serviços gerais
Dá banho em cachorro	Timoneiro
Dama de companhia	Toma conta de um senhor de idade
Desliga a bomba	Toma conta de uma casa de veraneio
Diarista	Toma conta de uma velha
Diarista em congelamento	Tomava conta da sobrinha
Empregada doméstica	Trabalha passando roupas na casa dos outros
Empregada doméstica folguista	Tratador de cavalos
Empregada doméstica governanta	Tratador de Piscina
Empregada doméstica manutenção de apartamento	Tratadora de animal
Empregado em casa de senhor	Tratadora de cães
Enfermeira	Treina empregadas
Engomadeira de roupas	Vigia
Faxineira	Zelador
Faz bico cuidando de crianças	

Quadro 1 – Como os empregados domésticos se reconhecem

Fonte: Perfil dos trabalhadores domésticos nas seis regiões metropolitanas investigadas pela fonte: pesquisa mensal de emprego (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) – IBGE 2006 – PNAD mensal

A internalização dos estigmas sociais é claramente pontuada no próprio olhar das empregadas domésticas que enxergam o seu ofício sem competências específicas, com a concepção vulgarizada de que pode ser praticado por qualquer pessoa, refletindo assim na ausência de apreciação das habilidades e experiência profissional da doméstica, tornando-as desse modo, não contempladas pelos seus pares (e sim aferidos pela patroa). As domésticas sentem receio ou vergonha a apor nas suas Carteiras de Trabalho a função de doméstico (com a desculpa injustificada de “sujá-las”), há um notório desejo das empregadas domésticas de não se firmarem nesta atividade (negação de uma identidade de categoria). Essa ausência de

preocupação com sua própria atividade dificulta a formação de identidade profissional, assim como a luta coletiva de direitos, fazendo com que as melhorias das condições do seu trabalho doméstico advenham muito mais do contexto externo econômico do que de ganhos decorrentes da luta da categoria. Os conflitos dos trabalhadores domésticos são resolvidos na intimidade dos espaços familiares, não sendo politizados pela falta de construção de organização coletiva, reflexo da ausência de conscientização individual de sua identidade enquanto parte de um corpo profissional.

O trabalho doméstico possui uma característica marcante, qual seja, a de ser uma atividade desempenhada em sua maioria por mulheres, além de ser visto pela sociedade brasileira como um trabalho desvalorizado (pouca importância é atribuída às tarefas domésticas), subestimado (muitas vezes sequer reconhecido como trabalho) e invisível (as tarefas realizadas pelos empregados domésticos são “consumidas”, do ponto de vista econômico, psicológico e ideológico, quase instantaneamente depois de realizados) e isolado (enclausurados nas unidades domésticas).

2.2 DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS: CRIANÇA, ADOLESCENTE, EMPREGADO DOMÉSTICO

A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe sobre a Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, apontava a definição de “criança” no Artigo 2º: Para os efeitos desta Convenção, o termo criança aplicar-se-á a toda pessoa menor de 18 anos.

O conceito legal de criança e adolescente adotado no Brasil vem previamente definido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade.

A Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, denomina no art. 1º como empregado doméstico, aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a pessoa ou a

família, no âmbito residencial destas.

Neste trabalho foi considerado trabalho infanto-juvenil doméstico o trabalho de preparar a comida, limpar a casa, lavar e passar roupa, cuidar de crianças, cuidar de uma pessoa de idade, de alguém doente, cuidar de cachorros ou de outros animais, ajudar com as compras ou outras tarefas semelhantes realizadas por adolescentes para terceiros diferentes de seus pais. Essas atividades podiam ser realizadas na própria casa da trabalhadora infanto-juvenil para outras pessoas que viviam fora da casa, na casa da madrinha ou padrinho, na casa de outro parente ou na casa de outra pessoa. Assim, a pesquisa não contemplou o caso de crianças e adolescentes que trabalham em suas próprias casas para seus pais e parentes, caso que também merece um estudo posterior por envolver um grande número de crianças e adolescentes e por comprometer os vários direitos preconizados pela legislação nacional, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além do mais, o trabalho doméstico em casa de terceiros pode ser considerado uma extensão do trabalho doméstico realizado na própria casa em substituição às responsabilidades dos pais com essas tarefas.

Importante observar que o trabalho infanto-juvenil é aqui considerado como sendo o trabalho realizado por crianças e adolescentes entre 16 até 18 anos completos. Numa análise sobre trabalho infanto-juvenil deve-se considerar, de acordo com o artigo 7º da Constituição Federal, XXXIII – a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

2.3 O TRABALHO DOMÉSTICO DAS ADOLESCENTES ENTRE 16 A 18 ANOS – O OBJETO DE DISCUSSÃO

Nas pesquisas sobre a questão do emprego doméstico, poucas são as que focalizam a relação entre patroas e empregadas domésticas como objeto central de estudo, privilegiando-se, nos anos 1960-1970, as análises estruturalistas sobre a posição da mulher na sociedade e no trabalho (SAFFIOTI, 1976), e sobre a posição da trabalhadora doméstica no mercado de trabalho (SAFFIOTI, 1978 e CASTRO, 1989), e só mais recentemente foram realizados estudos que tomaram as relações

entre patroas e empregadas como foco de interesse (KOFES, 2001).

Considero extremamente interessante estudar o caso das adolescentes empregadas domésticas, na perspectiva de olhar uma situação diferenciada na vida de muitas adolescentes brasileiras que vivem na “casa dos outros” durante um período da vida importantíssimo na sua formação pessoal e profissional e na construção de suas identidades. Ou seja, olhar para as distâncias sociais que demarcam a vida das jovens das classes trabalhadoras pelo ângulo das interações da vida cotidiana, como elas percebem estas distâncias, se as percebem e como interagem nesse ambiente de distinção.

Neste espaço, passa-se a dimensionar, também, o trabalho doméstico de adolescentes caracterizado como alvo das instituições de combate ao trabalho infanto-juvenil doméstico, tanto de órgãos internacionais como nacionais que repudiam e tentam erradicar este tipo de trabalho. O trabalho doméstico de adolescentes é uma realidade mundial, praticada especialmente em países de Terceiro Mundo, por se tratar de atividade de fácil inserção no trabalho precoce e serve de porta de acesso ao trabalho, principalmente as jovens imigrantes do interior que não encontram trabalho em sua região.

Para Simmel (1983), o tratamento familiar e a subordinação de ambas, patroas e empregadas, a uma mesma ideia dominante – na sociedade feudal “a casa” e na sociedade burguesa “a família” – produzem a aparente similaridade de posições. Mas se esta condição de compartilhar do mesmo tipo de subordinação pode produzir, sob determinadas circunstâncias, aproximação e cumplicidade, esta mesma condição pode produzir um outro efeito: a negação da distância social que se ouve, principalmente, nas falas das empregadas domésticas.

Segundo Bourdieu (1989: p. 154), “a negação simbólica da distância social é uma estratégia usada para conquistar vantagens”, útil numa relação deste tipo. É útil para quem está ocupando uma posição superior em relação ao outro, no caso, os patrões, pois permite obter vantagens extras que vêm dos sentimentos de simpatia de quem está na posição subalterna – “ela [a patroa] é uma pessoa simples”, “ela é legal”, “com ela não tem frescura” –, ao mesmo tempo em que mantém e reconhece a distância social real como mensagem oculta das falas das empregadas, pois que sugere complemento: “ela é uma pessoa simples... para uma patroa”, ou “para uma madame”, ou “para uma pessoa rica”, sendo também útil para quem está em posição inferior numa relação assimétrica, como meio de dissimular

sua condição de subordinação e como estratégia de sociabilidade em uma situação onde a correlação de forças é claramente desvantajosa para si.

Dois conceitos analíticos se tornam fundamentais para compreender a construção de estratégias de adaptabilidade tão necessária às empregadas domésticas quanto o próprio emprego e ao novo ambiente familiar, dada a particularidade de suas funções: a extrema aproximação do dia-a-dia, do cotidiano da nova família. São os conceitos de ressocialização e *habitus*.

Ressocializar uma pessoa implica em criar ou manter um ambiente de absorção de valores e constante aprendizagem. Sem uma interação adequada, os seres humanos não seriam capazes de se perpetuar como seres dotados de cultura. Mas a socialização também tem um papel restritivo, na medida em que impõe certas ideias e normas tradicionais ao jovem, sendo por vezes introduzidas de maneira impositiva sem observar os seus gostos, suas identidades.

Para compreender o processo de ressocialização das adolescentes domésticas, o cotidiano da família torna-se espaço privilegiado (e também poderia ser o caso do bairro e da escola). É no cotidiano dessa que se realiza o primeiro movimento de socialização dos indivíduos nos modos de agir e de expressar – pela linguagem oral e corporal – as visões de mundo, valores e normas sociais de um determinado grupo social e sociedade. Na família, ainda, a ressocialização ocupa-se de diferenciar e hierarquizar os papéis sexuais a partir de modelos de comportamento do pai/marido e da mãe/esposa, modelos que não são homogêneos em uma sociedade, mas que, em geral, reproduzem relações entre homens e mulheres evocando lugares ou espaços sociais distintos entre os sexos e valorizações desiguais entre ocupações, tarefas e responsabilidades sexualmente atribuídas. Os meninos são socializados para dominar o ambiente público, a rua, e as meninas para dominar o ambiente privado, a casa (HEILBORN, 1997 e DUQUE-ARRAZOLA, 1997).

O conceito de ressocialização aplicado ao nosso objeto de estudo remete à capacidade de adequação das meninas ao trabalho doméstico, a partir da inserção nas suas experiências de vida, focalizando atentamente um sentir sobre o processo de ressocialização a que são submetidas às meninas nas famílias das classes trabalhadoras; estas tendem a seguir uma divisão mais tradicional do trabalho segundo os papéis sexuais atribuídos à mulher como fruto das relações de gênero, orientando a socialização das meninas a partir de certas crenças e valores,

de que nas meninas prevalecem os “valores do coração” e não “da cabeça”; de que as mulheres são mais obedientes do que os homens; de que são mais aptas para realizar as tarefas domésticas e que, portanto, é normal que elas as monopolizem; de que devem ser submetidas a uma maior reclusão nos lugares privados, especialmente no âmbito familiar; e de que possuem aptidões especiais para a realização de tarefas domésticas compatíveis com os estereótipos femininos mais divulgados – obedientes e solícitas. (MADEIRA, 1997, p.101).

Aproveito para salientar que durante as entrevistas, tornou-se notório quando perguntado se as famílias das adolescentes enxergavam o seu trabalho de uma forma negativa. As respostas eram coincidentes em configurar esta relação de trabalho como um verdadeiro meio socializador, que pode ser desenvolvido paralelamente à escola. “Bastava ter força de vontade”, reforçava uma delas.

A consumação desse tipo de ressocialização das meninas é, evidentemente, o maior controle de seu tempo e de sua circulação intra- e extracasa. Assim, desde criança, para conquistar o tempo do lazer e das brincadeiras na vizinhança, até a adolescência, para adquirir o tempo de sair com as amigas e amigos, as meninas têm que aprender a arte da barganhar, condição essencial para escapar ao controle imposto.

O primeiro trabalho, para os adolescentes de ambos os sexos, é um dos dispositivos de negociação de tempo, de liberdade e autonomia frente à família, principalmente para as meninas, pois há uma relevante diferenciação cultural, posto que para os meninos a inserção no trabalho é colocada quase obrigatoriamente como caminho natural desse mesmo tipo de ressocialização. Mas o trabalho doméstico na casa de terceiros, que é uma opção de um contingente de mulheres das classes trabalhadoras, representa a continuidade do controle, pelos adultos, sobre o seu tempo e sobre os seus valores.

O fato de existir uma pequena participação de adolescentes homens no emprego doméstico pode ser explicado ao observar os tipos de atividades que estes desenvolvem, geralmente, mais relacionadas ao cuidado das casas e quintais, plantas e animais. Durante a busca de adolescentes a serem entrevistados, os domésticos de sexo masculino eram raridade, e quando encontrados, ultrapassavam a idade dos 18 (dezoito) anos, percebendo-se que realizavam tarefas mais diretamente relacionadas à proteção do patrimônio da família, a exemplo do caseiro que toma conta de casas de praia e sítios.

O primeiro emprego doméstico da mulher adolescente marca a construção da autonomia e o isolamento dela do seu próprio grupo familiar, mas na condição de se inserir em outro grupo familiar estranho ao seu, na maioria das vezes. O procedimento de adaptação causado por esta inserção numa outra família, na “casa dos outros”, é vivido de forma inexperiente, quase sempre sem contar com o apoio de pessoas afetivamente próximas ou pessoas que, ao menos, facilitem a compreensão dos hábitos e costumes que são, no mais das vezes, totalmente estranhos ao seu. Mas todo o processo natural e valorativo que torna esta absorção possível foi imprintada no processo de nova ambientação social que acompanha a história de vida dessas adolescentes: a submissão ao grupo familiar, o conhecimento das rotinas de cuidar da casa e das crianças, a negociação que sempre envolve fazer algo antecipadamente antes de ser atendido o desejo sonhado.

Se as premissas da ressocialização permitem entender a gênese da capacidade de adolescentes das classes trabalhadoras adaptarem-se às difíceis condições em que se desenvolvem as relações de trabalho doméstico, é o conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1989) que possibilita explicar como se produzem as estratégias para se adaptar às regras do jogo. Entende-se *habitus* como uma “estrutura mental” e uma “lei tácita da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social” (BOURDIEU, 2001, p.127), como “princípio de geração de práticas e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras” (BOURDIEU, 1972 *apud* MICELI, 1992), e como

um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados (MICELI, 1992, p. 41).

Conecta-se o teor do *habitus* com o cenário diário em que as empregadas domésticas constroem e reproduzem estratégias para se adaptar às diferentes situações vivenciadas nos seus ambientes familiares, ou até mesmo “casas dos outros”.

O *habitus* constituído a partir da interiorização/subjetivação das estruturas

estruturadas nos indivíduos, então, se movimenta no cotidiano das ações práticas, operando a mediação entre as estruturas, suas condições objetivas e as situações conjunturais, ou seja, mobiliza a capacidade de operar “boas escolhas” a partir da apreensão do “sentido do jogo”, “para se orientar e se situar de maneira racional num espaço” (BOURDIEU, 1989, p. 62). Assim, a prática, entendida como a conjunção entre o *habitus* e as situações reais, ocorre no espaço social das relações intersubjetivas dos atores (ORTIZ, 2002, p. 162).

Para Bourdieu, o *habitus* constitui o fundamento mais sólido e melhor dissimulado da integração dos grupos ou das classes (...) o *habitus* seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante. (MICELI, 1997, p. XLII).

Por via de consequência, adicionado à ressocialização e à trajetória social, Bourdieu conduz o conceito teórico para o campo das classes sociais, levando, necessariamente, a considerar o *habitus* enquanto “*habitus* de classe”. É a partir de um sistema de socialização familiar e de vivências comuns que se dão nos bairros periféricos das cidades, nas escolas públicas, nos locais de trabalho, na vizinhança, nos bares, no jogo de futebol, ou, em outras palavras, é através das instituições de ressocialização dos agentes que se conformam os *habitus* de classe, que permitem as construções de leituras sobre a cultura e sobre os modos de vida da classe trabalhadora.

Após esta análise conceitual, passa-se a perceber as empregadas domésticas no plural, no sentido de olhar as ações como práticas coletivas e não como práticas da empregada doméstica individual, colocada numa relação direta com sua patroa/patrão, sem mediação de um sindicato ou associação, sem contar com outros iguais a si na mesma unidade de trabalho: “A história individual se desvenda então como uma ‘variante estrutural’ do *habitus* de grupo ou de classe, o estilo pessoal aparecendo como desvio codificado em relação ao estilo de uma época, de uma classe, ou de um grupo social” (ORTIZ, 2002, p.161). Por outro lado, sugere que a relação patroa-empregada está previamente delimitada pela “estrutura objetiva da relação entre os grupos envolvidos, antes mesmo que suas práticas respondam à situação conjuntural” (MICELI, 1997, p. XLII).

O conceito de *habitus* permite clarificar como as adolescentes domésticas constroem determinadas práticas e posições dentro das situações de trabalho para

facilitar sua adaptação às situações cotidianas de interação com as pessoas de uma família estranha, ou, em caso de inadaptação, procurar outro trabalho; ainda antes, o conceito de *habitus* permite esclarecer como o emprego doméstico torna-se uma estratégia alternativa para alterar a posição de mulheres adolescentes das classes trabalhadoras dentro de suas próprias famílias. De uma forma não intencional, o *habitus* possibilita a essas adolescentes construir estratégias que permitem a continuidade ou a transformação da ação social, ou seja, a permanência, ruptura ou transformação das relações de trabalho doméstico.

Quando se utiliza da denominação de classes trabalhadoras ou classes populares, tem-se como orientação reconhecê-las como participantes de uma classe social possuidora de um modo de ser específico, de uma maturação própria, de um capital cultural e simbólico comum. O cerne da questão consiste em ampliar o debate que a divisão social do trabalho impõe no interior das classes trabalhadoras, distinções simbólicas entre o trabalho manual e o trabalho não-manual, e que este fato vai se refletir na prática social, influenciando nas formas de vivenciar as situações de classe a partir das diversas condições de produção e de apropriação de bens e serviços, diferenciando os grupos no interior das classes sociais.

Isto delimita o objeto de estudo dentro do campo de análise sobre o proceder das classes trabalhadoras, em especial, das domésticas adolescentes, mantendo realce aos processos de ressocialização que vão influir na formação de identidades de adolescentes empregadas domésticas e na moldagem de um *habitus* que possibilita às empregadas domésticas criarem estratégias utilizadas para enfrentar as situações cotidianas em que pesam diferenças de classe, gênero, idade e de cultura.

É neste processo que as diferenças são perpetradas, entendidas como parte natural do processo. No emprego doméstico de adolescentes, assim como em outras ocupações, a exemplo também das diaristas (vistas como autônomas), as “novas relações de trabalho” são erguidas sobre formas tradicionais de vida, que envolvem relações de gênero baseadas em papéis sexuais definidos de forma tradicional em culturas mais arcaicas, o que torna possível imprimir um certo sentido de “naturalização” e “universalização” das diferenças.

Há que se considerar, portanto, a indubitável alocação de papéis sociais, segundo a qual normalmente se atribui determinadas capacidades e habilidades para homens e mulheres, havendo uma tendência a se ‘naturalizar’ e ‘universalizar’

instituições e papéis, de modo a torná-los relativamente fixos, e, com isso, inibir sua contestação e, dessa forma, garantir a perpetuação do sistema. (CAVALCANTI *et al.*, 1998, p.105)

É neste sentido que o estudo do emprego doméstico de adolescentes se relaciona com uma preocupação mais ampla de como este processo de naturalização das diferenças, em sua forma específica que assume na relação de emprego doméstico de adolescentes, pode nos dizer algo sobre a nossa sociedade e sobre a nossa cultura.

Em verdade denota-se atualmente que o trabalho infanto-juvenil doméstico está se tornando intolerável, visualizado como ato abusivo, refletindo assim uma violação ao desenvolvimento integral daqueles que a ele se submetem. Muito mais controvertido é o trabalho executado por adolescentes que desejam ter autonomia através da parca remuneração, e, particularmente por meninas, já que é notória a questão de gênero³ neste tipo de labor. O trabalho doméstico, seja remunerado ou não, é culturalmente percebido como atividade das mulheres, associado a atributos de cuidado, abnegação e reprodução, que compõem estereótipos de um determinado modelo de feminilidade vigente no país. Em sendo, portanto, uma atividade de responsabilidade “natural” das mulheres, restrita à esfera do doméstico, não tem o seu valor econômico nem social reconhecido, o que o torna desprestigiado. Trata-se de uma questão complexa e delicada, na qual estão em jogo múltiplos valores socioculturais e significados humanos, éticos, políticos e pedagógicos.

Conhecer esta realidade não é tarefa simples, dado o pudor como é tratada, em decorrência da naturalização social da inserção de adolescentes no trabalho doméstico, percebendo-se somente o trabalho de crianças e adolescentes que eram submetidas a trabalho em carvoarias, agricultura, cerâmicas, atividades canavieiras, etc., passando assim o trabalho da adolescente doméstica sempre invisível e romanticamente olhado como um trabalho imune a traumas. Afirma o jurista Oris de Oliveira:

todavia, a lacuna maior que se percebe é a inexistência de programas governamentais e não governamentais que visem melhor proteção do trabalho doméstico infantil, legislação que trata do trabalho infanto-juvenil omissão que, em tese, não era de se esperar da parte de políticas públicas,

³Neste estudo, entende-se gênero como uma categoria analítica, relacional, associada ao plano dos valores socioculturais dados as diferenças sexuais e que remete a produção das convenções de feminilidades e de masculinidades oriundas de determinadas configurações sociohistóricas.

de organismos tais como os sindicatos de domésticas e o Ministério Público que tem tido uma destacada defesa dos interesses difusos das crianças e adolescentes trabalhadores. Chega-se, assim, à triste conclusão, que em todos os setores não há programas e estratégias específicas que visem a erradicação e proteção, nos limites em que é permitido, do trabalho infantil doméstico; os existentes visando o trabalho infantil em geral não voltam suas ações para o doméstico. O descumprimento das normas jurídicas de proteção tem raízes profundas em toda uma cultura, que ainda traz resquícios do regime escravocrata de séculos anteriores e de um equivocado “assistencialismo” que, sob manto de dar proteção a crianças e adolescentes, especialmente do sexo feminino, as mantém (e ainda as mantém) como empregadas disfarçadas, a quem se negam direitos trabalhistas e previdenciários e, não raro, o direito à escolaridade e ao convívio social externo. (OLIVEIRA, 2002, p.33)

O tema proposto justifica-se pelo enorme quantitativo de adolescentes envolvidas, em decorrência da invisibilidade, da submissão e condicionamento impostos neste tipo de trabalho, originadas de uma relação explícita de poder. O aprofundamento deste debate perpassa não somente o lugar que é atribuído ao trabalho doméstico infanto-juvenil, mas também as questões de valores e práticas ligadas à questão de gênero. Denota-se inclusive, na questão da identidade ocupacional, observando-se os papéis que o jovem ocupa na sociedade escalonada pela divisão do trabalho, as ansiedades acerca dos rumos que ele poderá ocupar neste contexto, como um dos fatores, senão o mais importante, na aquisição da identidade do sujeito. Logo, é no estudo e no trabalho que o adolescente encara sua forma de ascensão como forma de consolidar o seu referencial de pessoa adulta. Portanto, é neste momento (adolescência) que se origina a construção da identidade, preocupando-se assim, com o que irá fazer e o que irá ser quando “crescer”.

3 AS PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO INFANTO-JUVENIL

3.1 - PERCEPÇÕES INICIAIS SOBRE O TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Partindo-se da concepção que infância e adolescência não devem ser vistas apenas do ponto de vista biológico, é importante ressaltar que as práticas sociais contribuem para diversas construções de infância diante do contexto sociohistórico no qual são incluídas. Diante de uma vivência diária de notória desigualdade social, diferentes visões de infância se fazem latentes.

Destacamos aqui pelo menos duas tendências de compreensão quanto à inserção de adolescentes no trabalho doméstico infanto-juvenil: a primeira vertente ressalta aspectos benéficos, incorporando um sentido de crescimento, moral ou social da adolescente, sem prejudicar sua educação escolar, recreação e descanso. Outra concebe o trabalho infanto-juvenil precoce abusivo, na medida em que está associado à exploração; todavia, ressalta ainda a possibilidade de catalogar todo tipo de trabalho como explorador, sob o risco de vulgarizar-se o problema, dificultando assim a conscientização do combate ao trabalho infanto-juvenil. Logo, deve-se associar o trabalho a que são submetidas as adolescentes ao seu contexto sociocultural e econômico específico de determinada região, assim como a atividade em si executada observando ser causadora de exploração e o quanto atinge o trabalhador a ela submetido.

Como características do trabalho explorador podem ser citadas: a) atividades cuja jornada de trabalho demanda tempo integral, restando como reflexo o abandono das atividades de educação; b) quando utilizam como mão-de-obra o indivíduo ainda jovem; c) provocam estresse físico, emocional ou psicológico; d) realiza-se nas ruas, em péssimas condições; e) possuem remuneração inadequada; f) exigem responsabilidade excessiva; g) atingem a dignidade do trabalhador, como o trabalho forçado, a exploração sexual. Convém observar que não se pode generalizar o jargão de que todo trabalho infanto-juvenil doméstico é explorador, de fato não é, pois, em alguns casos acontece o crescimento em decorrência da simbiose mantida com a instituição familiar que abriga esta adolescente como trabalhadora; entretanto, alerte-se, infelizmente não é regra geral. Todavia, é

importante ressaltar que se faz necessária a proteção objetiva e genérica, mesmo que se tenha de utilizar da heteronomia normativa enquadrando-se o trabalho doméstico realizado por adolescentes entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos como inserido na lista das piores formas de trabalho explorador infantil. As campanhas em prol da erradicação do trabalho doméstico tornam-se assim, vulneráveis às críticas principalmente em relação aos seus efeitos, pois os valores culturais que aportam só têm eficácia para populações com elevado grau de conscientização e que questionam as tendências legislativas e políticas de seus dirigentes. Alerta-se inclusive que a falta de planejamento de ações pode robustecer o preconceito contra os protegidos.

Sem uma autovigilância crítica, pode-se vulgarizar o debate sobre os efeitos do trabalho doméstico na adolescência, podendo se chegar a conclusões tendenciosas. O trabalho doméstico exercido por adolescentes não é por si só algo humilhante, pode ser até utilizado como viés para o crescimento intelectual e social, a depender do tipo de família em que se encontra inserida, se obtempere que está longe de ser comparada à educação escolar. Também não pode ser visto como único fator de abandono escolar, pois há outros com mesma proporcionalidade de contribuição para a evasão educacional como a discriminação racial, a falta de atratividade das escolas públicas; todavia, é consenso que filhas de pais pobres e com baixo grau de instrução acabam por antecipar a procura de emprego e desistem de dar continuidade aos seus estudos. Entretanto, ocorrem casos de a família para a qual adolescente presta serviços ser a mola propulsora do incentivo para a formação escolar; mas alerte-se para o quantitativo mínimo desse tipo de postura.

O antropólogo Roberto Da Matta, magistralmente, ao aprofundar-se na observação da desvalorização do trabalho realizado no âmbito doméstico, relaciona a associação com os efeitos da sociedade, até há pouco tempo escravocrata e as pessoas decentes não podiam trabalhar com as mãos:

no nosso sistema, tão fortemente marcado pelo trabalho escravo, as relações entre patrões e empregados ficaram definitivamente confundidas. Não era algo apenas econômico, mas também uma relação moral onde não só um tirava o trabalho do outro, mas era seu representante e dono perante a sociedade como um todo. O patrão, num sistema escravocrata, é mais que um explorador de trabalho, sendo dono e até mesmo responsável pelo escravo [...]. Creio que isso embebedou de tal modo as nossas concepções de trabalho e suas relações que até hoje misturamos uma relação puramente econômica com laços pessoais de simpatia e amizade. O que confunde o empregado e permite ao patrão exercer duplo controle da

situação [...]. O caso mais típico e mais claro dessa problemática – muito complexa e a meu ver ainda pouco estudada - é o das chamadas “empregadas domésticas”, as quais são pessoas que, vivendo nas casas dos seus patrões, realizam aquilo que, em casa, está banido por definição: o trabalho. Nessa situação, elas repetem a mesma situação dos escravos da casa de antigamente, permitindo confundir relações morais de intimidade e simpatia com uma relação puramente econômica, quase sempre criando um conjunto de dramas que estão associados a esse tipo de relação de trabalho onde o econômico está subordinado ao político e ao moral, ou neles embebido. (DAMATTA, 1986, p.27/28)

3.2 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A INSERÇÃO PRECOCE NO TRABALHO DOMÉSTICO

Seria por demais pretensioso apontar apenas uma causa para o trabalho infantil; alerte-se indicar uma somação de eventos que se conjugam à dificuldade de acesso às escolas e ao desemprego.

De acordo com a “Pesquisa Crianças Invisíveis” de Vivarta (2003), diferentes pesquisadores apontam quatro fatores que levam crianças e adolescentes ao trabalho:

Primeiro: a pobreza; segundo: ineficiência do sistema educacional brasileiro (altas taxas de repetência e evasão); terceiro: *O sistema de valores e tradições da nossa sociedade. O trabalho precoce é valorizado como um espaço de socialização, onde as crianças estariam protegidas do ócio, da permanência nas ruas e da marginalidade (grifos do autor).* E quarto: O desejo de muitas crianças de trabalhar desde cedo. Para eles, significa a independência em relação à família e a possibilidade sedutora de ter acesso a determinados bens de consumo. (VIVARTA, 2003, p. 40)

A partir das pesquisas sobre essa temática, Vivarta (2003, p. 42) destaca dois elementos em relação à demanda do trabalho infantil: (1) “a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho e (2): o país não dispõe de um sistema de fiscalização suficiente para assegurar o seu cumprimento.”

Analisando as causas da inserção de adolescentes no trabalho doméstico, é evidente ocorrer uma substancial contribuição embasada nas relações entre os gêneros, adicionada à situação econômica das famílias que vivem em estado de pobreza. Todavia, percebe-se que não são suficientemente fortes para explicar por que milhares de adolescentes brasileiras ainda hoje estão trabalhando como empregadas domésticas, mesmo não sendo este o seu desejo (fato unanimemente apontado na pesquisa de campo pelas entrevistadas). Refletindo

sobre a contextualização destes fatos, dimensionando a falta de governabilidade de fatos externos, acredita-se que uma das origens advém da dinâmica do mercado de trabalho, no qual o fácil acesso, o trato desburocratizado e a oferta iminente de trabalho para adolescentes das classes populares não possibilita o engajamento destas em outro tipo de função, senão, a de doméstica.

Enfatiza Madeira (1997) que a oferta de trabalho é um fator muito mais forte que o componente ideológico da socialização diferenciada de meninos e meninas para explicar o engajamento de meninas no emprego doméstico. Mesmo não sendo atrativas para as adolescentes, as condições de acesso ao mercado de trabalho fazem com que o emprego doméstico ainda permaneça como uma forte “opção” para as mulheres das classes trabalhadoras. O depoimento de uma das entrevistadas reflete este aspecto:

comecei a trabalhar aos 12 anos de idade, meu pai estava desempregado há algum tempo. Não tinha experiência de vida, de nada. O único emprego que uma criança de 12 anos se sentia “segura” era trabalhar na casa de alguém. Pelos menos, não precisava ter documentação, idade para trabalhar, era mais rápido de resolver. Ninguém começa por escolher ser doméstica, mas sim porque é mais fácil e rápido se encaixar em uma casa de família. Todo mundo precisa, todo mundo quer – comenta “S” de Aracaju/SE (uma das entrevistadas que não consta na tabela por ser maior de 18 anos), hoje com 41 anos, trabalhou como doméstica até os 35 anos.

Não se quer obscurecer que o mercado de trabalho seja indiferente às ideologias dominantes e, portanto, que seja imune e não contribua com as discriminações de classe, gênero, raça e idade na sua estrutura de distribuição de postos e oportunidades de trabalho. Se fosse assim, como explicar que os dados estatísticos oficiais (IBGE-PNAD), inclusive demonstrando, no caso específico dos domésticos que os negros, as mulheres e os jovens compõem a maioria desta ocupação considerada socialmente como sendo de pouco prestígio e, por via reflexiva, mal remunerada?

Por isto, o emprego doméstico oferece um ângulo singular para se observar as particularidades da inserção feminina no mercado de trabalho. O ingresso no mercado de trabalho dos serviços domésticos através de indicações de outras empregadas ou empregados domésticos – porteiros, caseiros, zeladores e motoristas – ou da rede de relações de parentesco e amizade, representa a submissão das trabalhadoras domésticas ao lugar que foi conformado para elas, que se revela na criação arquitetônica brasileira: a área de serviço, com acesso pela porta dos fundos dos apartamentos, aonde se chega pelo “elevador de serviço”.

Ressalta-se, desde já, que a adolescente inserida no mundo do trabalho doméstico nesta fase de seu crescimento permeia uma ideia de pseudoqualificação, pois se sente inserida no mundo do trabalho capitalista e produtivo; porém, pode correr o grande risco de não desenvolver suas potencialidades, gerando um trabalho sem competitividade, pois impede a trabalhadora adolescente de obter maiores qualificações devido à falta de informações e de tempo em decorrência da indisciplinada jornada de trabalho à qual é submetida, desenvolvendo-se como indivíduos incapazes de interagir dentro das práticas sociais comuns aos demais jovens que têm oportunidade de gozar da liberdade de estudar, de ser qualificado e apreciar o gosto da aquisição do conhecimento e cultura. Afinal, esta subsunção ao trabalho prematuro causa efeitos sobre o estado de ânimo, em decorrência da reiterada experiência enfadonha do mesmo trabalho, que angustia a trabalhadora, não lhe cria esperanças, produzindo então duas formas de sentimentos: o otimismo ou o pessimismo acrílicos. Enfim, a inserção no mundo do trabalho doméstico ao resplandecer da adolescência reflete na formação deste indivíduo.

A exploração do trabalho infanto-juvenil doméstico na história brasileira está repleta de variadas formas de ausência de proteção; inicialmente, pelo próprio contexto social, a regulação legislativa voltada à disciplina e ao controle emergia como instrumento hábil para a produção de indivíduos úteis e produtivos, adequados aos interesses políticos e econômicos. Além disso, a condição histórica de sujeição, produzida pelas relações de gênero, conveniente ao modelo estatal vigente (patriarcal), sedimentou a cômoda cegueira das condições de exploração feminina.

O trabalho da adolescente doméstica está esculpido no contexto mais amplo do trabalho infanto-juvenil. Portanto, sua compreensão é possível a partir da busca dos elementos estruturantes do trabalho infantil, adicionada de suas peculiaridades, tais com as condições de gênero, do espaço doméstico e, ainda, por ocorrer desvinculado do sistema econômico, ou seja, as empregadas domésticas em sua forma assalariada, uma categoria criada pelo capitalismo, não executariam tarefas tipicamente capitalistas, porque realizadas dentro de uma instituição familiar (incapaz de converter dinheiro em capital). Subpostas diretamente pelo capital e remuneradas pela renda obtida dos seus empregadores, as tarefas domésticas não criariam a mais valia em virtude do consumo imediato dos seus serviços diretamente pela família; diante disso, embora possível a reprodução da força de trabalho, esta não seria efetivada de forma capitalista. Desta maneira, uma das especificidades da

forma de trabalho doméstico, afetiva e paternalista, opor-se-ia à conduta racional típica das formas de trabalho plenamente capitalistas. Saliente-se que há exploração, mas não exploração capitalista, embora avalizada pela exploração típica da sociedade capitalista.

A prospecção do trabalho doméstico pode ser construída por vários ângulos, sendo seus aportes mais evidentes os econômicos, os culturais e os sociopolíticos que podem produzir uma compreensão do fenômeno. As causas econômicas são apontadas insistentemente como um dos principais fatores determinantes do trabalho infantil, incluindo o trabalho infantil doméstico. A situação no estado de pobreza e baixa renda familiar é um das escusas para o recurso ao trabalho da criança e do adolescente, pois a busca pela sobrevivência exigiria a colaboração de todos os membros do grupo familiar. Segundo observações preciosas de Simon Schwartzman:

Isto não significa necessariamente, como muitas vezes se pensa, que a principal explicação para trabalho de crianças e adolescentes seja a necessidade de complementar a renda da família, embora isto possa ocorrer em muitos casos. Essa afirmação se justifica pelo fato de que o trabalho infantil em muitos casos parece pouco contribuir para a renda familiar e que outras características do ambiente familiar podem ter influência tão grande ou maior do que o nível de renda na decisão da criança de trabalhar. (SCHWARTZMAN e SCHWARTZMAN, 2004, p. 11)

Tendencialmente se insiste em perceber a desigualdade como uma variável econômica, como se a única diferença entre incluídos e excluídos fosse determinada pela renda ou por variáveis de substrato econômico. Esse tipo de explicação, que ocupa cada vez mais espaço no debate público, secundariza, indevidamente, aspectos fundamentais e não-econômicos da desigualdade social, como a ausência de autoestima, a ausência de reconhecimento social, a ausência de aprendizado familiar de papéis sociais básicos e a realidade da classe menos do ponto de vista sociofinanceiro, cuja essência moral, política e social, e por consequência também de tipo de personalidade, é fundamentalmente diferente da classe média.

Importante delinear que a motivação econômica não adstringe apenas às necessidades básicas. Hoje, globalizou-se o papel da mídia, inculcando em todos nós, e especialmente o adolescente, ideias que associam o viver bem às possibilidades reais de consumo que uma pessoa pode alcançar. A imensa massa de jovens das classes trabalhadoras mais pobres está à procura do mesmo consumo da classe

média. Então o emprego doméstico passa a ser uma oportunidade para se alcançar a dimensão do consumo na vida das adolescentes das classes populares, ao menos, inicialmente, comparando-se à situação vivenciada na sua própria família. Observado deste ponto de vista, o trabalho de adolescentes mostra uma outra lógica, complementar às estratégias de sobrevivência da família.

No Brasil, ocorre uma tendência das classes de menor poder aquisitivo a inserir seus filhos, mesmo em tenra idade, ao mundo do trabalho, complementando assim, o trabalho do adulto e, por isso, sempre foi muito pouco valorizado. Mesmo que não seja altamente necessário para a subsistência familiar, as crianças e adolescentes são submetidas a produzir renda, pelo aspecto cultural negativo da autossustentabilidade, ou seja, cada membro familiar deve manter-se desde cedo, deve ocupar-se, para não cair no antro da marginalidade, são submetidos a estigmas que o tornam nesta fase de desenvolvimento pessoas expostas a riscos e perigos, formando assim uma pretensa justificativa plausível pelas cômodas famílias que estão agregadas e também por aquelas que são receptoras do seu trabalho. Não se pode pôr de lado que mesmo as famílias com menor poder aquisitivo não estão imunes à atração por mercadorias e serviços oferecidos, senão impostos pelo domínio midiático, induzindo a busca de padrões e comportamentos de grande massa de consumidores.

Neste sentido, a mídia expande e seduz com impressionante eficácia estes padrões estéticos. É importante lembrar que estes padrões, além de se materializarem em tipos físicos naturalizados, se esquematizam e combinam também em tipos de comportamento e em modismo, ocorrendo assim uma disputa entre as classes e grupos sociais pelo monopólio do “gosto”, definido como um jeito culturalmente sofisticado e especial de ser que concede a algumas pessoas o status de naturalmente melhores. Ainda, do ponto de vista das famílias, tendo como reações originadas do quadro de carências a que se encontram submetidas, o trabalho infanto-juvenil já foi imprintado ao seu cotidiano, de modo que tanto não é mais questionado quanto é reiteradamente procurado. Assim, o contexto de pobreza em que estão contextualizadas as famílias dissimula um discurso de justificação da inserção precoce no trabalho, naturalizando-o, discurso que tanto serve para negar os evidentes prejuízos às crianças e adolescentes quanto afirmar a importância do emprego em suas vidas.

Outro fator de atração, a impunidade, dada a parca experiência, inclusive

de vida, que os empregados adolescentes são portadores: a docilidade, a lealdade.

Por outro lado, o acesso à justiça é moroso, refinado em procedimentos processuais específicos que fogem ao alcance dos trabalhadores em geral; atente-se que o ônus com honorários advocatícios pesa no bolso do trabalhador. Adicionado a isto, os empregadores domésticos rotineiramente incutam nos seus empregados residenciais a ideia de que estão perfazendo um ato de caridade na relação de trabalho doméstico, com o viés de dissimular a possível exploração que efetivamente pode acontecer nesta convivência cotidiana.

3.3 PROCESSO DE NATURALIZAÇÃO DA SUBALTERNIDADE

A raiz da naturalização do processo de subalternidade do trabalho doméstico está claramente delineada no contexto histórico-sociológico do modelo de marginalização no Brasil; com efeito, remonta ao período de escravidão; os meandros da perpetuação da construção da exclusão social sobre os negros e “subalternos”, apesar de toda evolução social, política e econômica, não foram suficientes para se contrapor à ideologia das classes dominantes, fato típico de sociedades tradicionais.

Enfatiza-se, neste ponto, o contexto de modernidade solidificado na sociedade brasileira desde o século XIX possibilitando a conveniente existência e justificativa de uma dominação com maior dimensão do que a meramente econômica. Trata-se da difícil tentativa de compreender a formação do imaginário coletivo e dos pressupostos essenciais de uma estrutura social de moralidade a fim de obter os motivos da população negra não ter alcançado posições de inclusão social em pé de igualdade dentro das demais classes pós-abolição.

A escravidão, portanto, no período colonial e com forte influência europeia, demarca a formação social originária desigual, em todas as suas dimensões, e firma um tipo de identificação e estrutura que irá sobrepor-se para todas as classes desfavorecidas, para além do tipo de cor ou origem étnica. Este é o eixo essencial de formação de desprestígio e submissão que tipificará todo um padrão de exclusão social que se avizinhara aos indivíduos livres e não-negros, fruto derivado do papel marginal do escravo na sociedade brasileira. Saliente-se que a subjunção social dos homens pobres e livres sobrepõe-se ao mero isolamento

econômico; entretanto, esta marginalização crava no julgamento moral de inadequação destas pessoas às instituições sociais e políticas brasileiras, decorrente da visível manipulação da instituição do Estado em uma figura instrumentalizada como órgão de manutenção e garantidor aos grupos privilegiados do usufruto do poder social. A migração desse modelo de discriminação do negro para demais segmentos alijados da sociedade pode ser entendida a partir da mudança no processo de modernização do Brasil, ou seja, no modo capitalista, novas formas de discriminação somaram-se às já consolidadas, constituídas pela adesão da desigualdade já construída.

Gilberto Freyre (2008), em sua valiosa obra “Casa-grande & senzala”, cria uma interpretação histórica das relações de trabalho escravo que pode ser aplicada ao labor doméstico daquela época que já esboçava a nítida divisão sexual e racial do trabalho. Para Freyre, senhores e escravos, brancos e negros, estavam integrados numa escala de hierarquia, complementando-se. Articulava-se assim um sistema social sujeito à mobilidade, pelo fato da miscigenação. A mucama, além de gerar os mulatos tinha privilégios em relação aos escravos da senzala, gerando mulatos, filhos do senhor de engenho, que assimilavam os costumes do pai, ao invés de repudiá-lo por conta da sua condição de filho bastardo.

Segundo Freyre, o resultado é a chamada democracia racial, deixando a raça de ser elemento condicionante da ascensão social que passaria a ser adquirida pela competência, aferida pela absorção dos valores europeus, consolidando-se assim, uma sociedade do tipo paternalista, na qual as relações de caráter pessoal assumiam posição privilegiada, justificando a existência de uma simpatia entre as raças, explicando dessa forma o processo de miscigenação brasileiro.

Freyre formula o seu conceito de plasticidade do homem português, caracterizando-nos como um resultado de encontros culturais e sínteses de diferenças. O resultado dessa fusão resultaria numa sociedade plástica, flexível e democrática.

Não se pretende negar a visível desigualdade e conflitos existentes; todavia, importante denotar que embora reconhecidos os conflitos, a violência simbólica é amenizada nesta interpretação que realça a harmonia entre polos antagônicos e acoberta qualquer configuração da realidade brasileira baseada na contestação e na violência. A teoria freyriana embasava-se no alicerce culturalista, compreendendo as particularidades do processo de colonização a partir das

singularidades identitárias do colonizador, denotando assim, um elemento inerente ao português: sua plasticidade, ou seja, sua capacidade de se adaptar e amoldar à figura do colonizado, fomentando uma contribuição importante no processo civilizatório, conferindo-lhe então, um papel de realce em sua análise.

Souza rejeita a tese de ser o Brasil uma “continuidade orgânica” de Portugal; todavia, mantém os argumentos freyrianos acerca do elemento sadomasoquista da escravidão, observando que nos 400 anos de escravidão logrou-se êxito pela inexistência de restrições ao patriarcalismo no Brasil, ou seja, pela falta de delimitação do poder paterno, seja pela ausência do Estado, seja pela supressão de anteparos morais alheios à casa-grande, uma vez que as igrejas situavam-se nos seus domínios. Assim, ao analisar a estrutura de dominação no Brasil, Souza justifica como a escravidão brasileira representou um traço essencial para compreender-se a estrutura psíquica opaca, na qual o componente sadomasoquista foi fundamental para a construção da subalternidade que recaía sobre o negro, estendendo-se posteriormente às demais categorias minoritárias.

Nos escritos de Florestan Fernandes (1965) em a “Integração do negro na sociedade de classes” vislumbra-se como os ex-escravos foram abandonados à própria sorte pelos antigos donos e pela sociedade como um todo. Florestan percebeu dois fatos: a) o negro estava inadaptado ao trabalho livre e, b) não tinha condições de agir dentro de um modelo de comportamento e de sociedade competitiva; delineava-se assim o rumo à marginalidade social e à pobreza econômica. Nesse contexto, o negro era colocado à margem de qualquer oportunidade social, restando-lhe os fiapos de sociedade, tornando-se proletário, vagabundo sistemático ou criminoso. A ausência da unidade familiar como instância moral e social básica – uma continuidade com a política escravocrata brasileira que sempre procurou impedir qualquer forma organizada familiar ou comunitária da parte dos escravos, foi fator decisivo para a perpetuação das condições de desorganização social de negros e mulatos.

Na sociedade escravista brasileira, os filhos dos escravos começavam a trabalhar logo cedo com 7 ou 8 anos de idade nas Casas Grandes e com 13 ou 14 anos de idade, já eram considerados “maduros”; os jovens escravos eram os objetos de lucro do mercado negreiro, porque tinham vigor físico em excesso e uma expectativa longa de existência para dispor ao trabalho. Para os jovens das classes populares, o trabalho era a medida de sua autonomia social, enquanto para os

jovens filhos das classes mais abastadas, a idade permitia dar continuidade aos negócios de família ou galgar os espaços acadêmicos nos cursos superiores. Para as mulheres, atingir esta idade abria a possibilidade de casar-se (geralmente por imposição dos pais).

Na sociedade escravocrata, o controle dos corpos era exercido por um só indivíduo, o senhor; o lugar que crianças, jovens e mulheres, brancas e negras, deveriam ocupar na sociedade era determinado pelo senhor. A casa-grande e a senzala incorporavam a imagem de um país que atribui valores desiguais para as diferenças e objetivados nos papéis sociais atribuídos a cada um: para os negros, o trabalho manual; para as mulheres, o trabalho doméstico e a satisfação dos prazeres sexuais dos “senhores”; para as crianças negras o “brincar” com as crianças brancas. Embutidos nestes papéis estavam valores que as mudanças econômicas e sociais trazidas com o mercado livre, a industrialização e a urbanização do século XX não apagaram completamente, permanecendo sinais de racismo e machismo, e traços culturais marcantes, sobretudo na forma como as famílias fazem a socialização de seus membros mais novos, com critérios de comportamento e sociabilidade definidos diferencialmente para as relações interssexuais e interraciais (NUNES, 2003).

É, portanto, a família que adquire o papel fundamental de socialização e de “núcleo formador da cultura nacional”, que tem o papel social de ser o principal pilar de estruturação da sociedade, sendo seguida pela escola. Na sociedade patrimonial brasileira, todas as relações sociais definiam-se a partir da família, que ditava normas de comportamento e de sociabilidade por meio de códigos rígidos, definidos por critérios internos à própria família (NUNES, 2003, p. 58). É por isso que DaMatta (1986) afirma que a casa brasileira adquire, culturalmente, estatuto de unidade moral, espaço de construção da identidade individual – “na casa somos únicos e insubstituíveis” (p. 20) – mas também espaço de criação de uma personalidade coletiva – através dos arranjos, cores, animais, objetos, quintais, incorporados como atributos daquele grupo familiar, que mesmo admitindo agregados, não perde sua identidade.

Porém, a afirmação da família como pilar de estruturação da sociabilidade e núcleo formador da cultura nacional trouxe para a sociedade moderna um tanto do significado restrito de família na sociedade patrimonial. Como herança desta sociedade, a ideia de família está associada ao bem (gente de família = pessoas de

bem), condição que foi negada aos negros, pois a organização da família dos senhores impunha a não-organização da família dos escravos (SAFFIOTI, 1976). Às famílias dos negros foram atribuídos valores opostos aos que se atribuíram às famílias dos brancos. A casa era expressão da unidade moral da família branca, mas a senzala era vista como lugar da promiscuidade dos negros. Ou seja, a senzala era a negação da casa. Por isso, nas famílias burguesas, era importante controlar as relações amorosas de seus filhos para assegurar que se casassem com filhos de “pessoas do bem”, com “gente de família”. Mesmo com a libertação e o processo de urbanização, os negros foram identificados como sendo “da rua”. Sendo gente da rua, não são “de família”, não são “pessoas do bem”. Assim, também, a infância e juventude pobres se transformam em alvo da ação pública estatal, no foco das ações higienizantes levadas a cabo no final do século 19 e início do 20 (RIZZINI, 1997 e MOTA, 2003).

Enquanto conceitos, infância, adolescência e juventude guardam elementos comuns para caracterizá-los transversalmente, em qualquer classe ou grupo social, e universalmente, em qualquer sociedade. Mas, o inverso também é verdadeiro, e no caso dos negros e, por extensão, dos trabalhadores, foram-lhes impostas categorias para adjetivar e diferenciar, degenerando e tornando degradante a vida de seus filhos, com expressões como infância abandonada, infância desassistida, menores, crianças de rua, trombadinhas, jovens delinquentes ou simplesmente jovens “da periferia” (FREITAS e KUHLMANN Jr., 2002).

Tampouco os negros foram incorporados ao mercado de trabalho livre, considerados inaptos para se integrar ao regime de trabalho livre, por causa de um modo de vida inadmissível para os padrões que se implantavam, como aponta Fernandes:

a recusa de certas tarefas e serviços, a inconstância na frequência ao trabalho; (...) a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica (...). (FERNANDES, 1965, p. 13)

Isso que chamamos de resquícios pode ser embasado no conceito de resíduo proposto por Raymond Williams (1979, p. 125). “O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente”.

Assim, podemos pensar a profissão empregada doméstica como um resíduo da escravidão? Temos consciência de que focos do trabalho escravo ainda existem, em algumas regiões do Brasil, mas estamos falando do que ficou arraigado na cultura vigente.

Podemos citar a postura tomada pelas empregadas domésticas dentro da casa do patrão, onde é mantida uma relação, na maioria das vezes, de subserviência.

Consideramos que a escravidão foi um sistema de exploração do trabalho marcante no passado, para a formação do povo brasileiro. Com o seu fim, ou seja, a abolição da escravidão, algo dessa prática permaneceu como parte da cultura dominante. Entretanto, esse resíduo foi reinterpretado, diluído, incluído, na cultura contemporânea.

Para Girard (1993) o processo de estigmatização começa a partir da consolidação do que a sociedade desenha, até a interiorização, pelo indivíduo, do que “pensa a sociedade”. Esta interiorização pode seguir diferentes caminhos: pela assimilação total ou parcial das ideias que a sociedade tem sobre o grupo estigmatizado, por recusa, por aceitação parcial, ou pela transformação do estigma em “arma”. Porém, é a pesquisa das representações empreendida através das biografias e entrevistas individuais que deve permitir desenhar os contornos de uma cultura que fornece um senso de trajetórias aos indivíduos.

Girard (1993) aprofunda o debate sobre a questão da herança da escravidão mais do que outros autores que tratam desse tema em relação ao emprego doméstico, sem recorrer à visão economicista da perpetuação de formas de trabalho tradicionais exteriores ao modelo capitalista, apontando para características subjetivas e objetivas das interações entre patrões/patroas e empregadas domésticas.

A questão de Girard (1993) é saber de qual cidadania os “grupos dominados” podem gozar. Ela recusa a ideia de que o *ethos* da relação de dominação seja definido por um estado de alienação ou de uma “falsa consciência” dos dominados. Para ela, o *ethos* está numa nova cultura que surge entre os dominantes e os dominados em confrontação, de uma adesão que é ao mesmo tempo uma resistência à cultura dominante, que é própria dos encontros inter-raciais.

Ampliando a discussão, perfilha Jessé Souza (2003) que ocorreu a

formação de um segmento de inadaptados, resultado do chamado *habitus* primário, ou seja, esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, ainda que opacos, e quase sempre irrefletidos e inconscientes que guiam nossa ação e nosso comportamento afetivo no mundo. Este ponto é central, posto que, se é a reprodução de um “*habitus* precário” a causa última da inadaptação e marginalização desses grupos, então o problema não é “meramente a cor da pele”, como certas tendências empiricistas acerca da desigualdade brasileira tendem, hoje, a interpretar. Se há preconceito nesse terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e virulenta, não é, antes de tudo, um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a certo tipo de “personalidade”, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo, uma agressão à índole coletiva moral.

Quanto mais tempo a pessoa passa em um campo de relações sociais a formação do *habitus* é mais forte e são menores as chances de romper o *habitus* e vivenciar outros campos. Assim, o conceito de *habitus* corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas. Trata-se do conjunto de disposições ligadas a um estilo de vida particular, o qual conforma o *habitus* estratificado por classes sociais e legitima, de forma invisível e subliminar, o acesso diferencial aos recursos materiais e ideais escassos. Através do uso da violência simbólica, prolifera um mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como “natural” as representações ou as ideias sociais dominantes. A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apoia o exercício da autoridade.

Pierre Bourdieu (1989) elabora, assim, um sistema teórico que não cessará de desenvolver: as condições de participação social baseiam-se na herança social. O acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do *habitus* através do qual os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não pode se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela violência simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles.

Pontuam-se aqui observações, mencionadas no texto ‘A gramática social

da desigualdade brasileira', de autoria de Jessé Souza.

Em contrapartida, a genealogia da hierarquia implícita que comanda nosso cotidiano, desenvolvida de forma soberana por Taylor, ajuda a esclarecer o calcanhar de Aquiles de todo o argumento de Bourdieu. Afinal, Bourdieu, ao se concentrar apenas no aspecto instrumental da disputa por poder relativo entre as classes em luta por recursos escassos, não percebe que essa mesma luta se dá em um contexto intersubjetivamente produzido, o que mantém sua contingência e, com isso, a necessidade de seu aperfeiçoamento crítico, mas retira, ao mesmo tempo, o dado arbitrário de mera imposição de poder do mais forte. A teoria do reconhecimento pode, nesse sentido, dar conta do mecanismo generativo do "consenso normativo mínimo" compartilhado intersubjetivamente e que, na realidade, contextualiza e filtra as chances relativas de monopólio legítimo na distribuição dos recursos escassos pelas diversas classes sociais em disputa em uma determinada sociedade; mecanismo esse secundarizado e não devidamente tematizado por Bourdieu. Apesar da sua unilateralidade, no entanto, a contribuição deste autor para uma compreensão da forma ideológica específica à modernidade tardia, seja central, seja periférica, parece-me fundamental. (SOUZA, 2003, p:23)

De Bourdieu, Jessé Souza busca resgatar principalmente a crítica à "naturalização" das relações sociais de dominação contida na teoria do *habitus* e sua ênfase no aspecto "automático" – caráter irrefletido – dos diferentes comportamentos sociais classificatórios:

é esse aparato também que permite a Bourdieu perceber dominação e desigualdade onde outros percebem harmonia e pacificação social. É isso que o faz fundamental para qualquer análise, seja das sociedades centrais ou periféricas, interessada em desvelar e reconstruir realidades petrificadas e naturalizadas (SOUZA, 2003, p.47).

Tal aspecto revela-se ainda mais decisivo quando pensamos no caráter central atribuído por Bourdieu ao mascaramento das pré-condições econômicas inerentes ao exercício da dominação classista. Ou seja, da dominação simbólica – e, nesse particular, da própria ideologia da igualdade que serve de base ao consenso social e político ocidental – obscurecendo as relações de desigualdade.

Durkheim (2004) se preocupou em analisar a maneira pela qual o meio social, através de aparelhos de coerção e da própria instituição educativa, contribui para regular, controlar e moldar permanentemente o comportamento individual, tornando os processos coletivos aparentemente harmônicos e estáveis. O processo de coerção (ou de conversão) do indivíduo acontece desde cedo, sendo primordial para a garantia da coexistência pacífica entre os indivíduos que, por sua vez, tornarão possível uma convivência coletiva estável e de absorção instintiva. Os

processos coletivos possuem uma incontestável primazia sobre os indivíduos que, por sua vez, são obrigados a orbitar, desde o berço, em torno de algo naturalmente imposto que se apresenta mais forte que cada um deles; algo que, regulando e moldando permanentemente suas vontades individuais (pejorativamente tachadas de egoísmo, individualismo, etc.), permite a convivência – mesmo que conflituosa – do homem em sociedade. Cabe denotar que a análise de Durkheim é sociológica coletiva, e não psicológica individual. É importante perceber que o indivíduo ingressa na sociedade no momento em que, dentro dela, nasce. No mesmo instante de seu nascimento, ele já começa a ser moldado pelas instituições que compõem a sociedade: primeiramente, o indivíduo sofre influência da própria família (caso possua uma); depois, mais tarde, de seu bairro, município, de sua escola, etc. A partir daí, o indivíduo assimila (ou não) os hábitos, a moral, os costumes, enfim, toda forma de lei não escrita que rege a convivência de seu grupo. Geralmente, o indivíduo procura agregar as regras do grupo ao seu sistema individual de valores, procurando agir em conformidade com o grupo, pois sabe que estará às margens do mesmo se assim não o fizer.

A adolescente é um ser complexo, delineado pelo contexto cultural, histórico, sociopsicológico, com competências diferenciadas de um mundo adulto, que produz e reproduz seres peculiares, mas não naturalmente desejados, embora no mais das vezes, copiados. A criança é portadora de infância, que em sua origem latina era portadora do “não falar”, ou seja, do silêncio.

Outro ponto que merece ser acrescentado é o fato cultural, pelos menos acreditado por algumas famílias de onde se originam os adolescentes domésticos que a inserção no mundo do trabalho irá supostamente adiantar o seu crescimento profissional, diante do aspecto educativo e moralizador do trabalho doméstico; essa tendência está arraigada em forte tradição, talvez até vista como esperança de crescimento pessoal. Do ponto de vista do próprio trabalhador adolescente, passa a admitir e acreditar que sua acolhida no mundo do trabalho é uma escolha individual caracterizada por “gostar de trabalhar”, “pra não ficar em casa sem fazer nada”, “buscar qualificação” e por fim, “ser livre”. Aliás, essa liberdade diz respeito ao poder de negociação junto à família, já que não é visto mais como membro dependente, já que a partir de então, com os frutos do seu trabalho passa a fazer parte economicamente de alguma parte da despesa familiar, além de gerir e manter seu consumo. Em termos gerais, na visão das famílias das empregadas domésticas

adolescentes, suas atividades laborativas não são encaradas como formas de trabalho, refletindo assim em um incentivo ao trabalho doméstico como alternativa aos “males” da sociedade; logo, torna mais difícil ainda a efetivação de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e controle de trabalho precoce de adolescentes, em virtude da falta de conscientização de suas famílias que sem querer ou poder perceber os malefícios que a precoce inserção dos seus filhos no trabalho doméstico podem lhe acarretar, preferem então a não adesão às ações públicas institucionalizadas.

Propor que adolescentes venham a trabalhar precocemente representa aceitar, passivamente, que o processo que agora vitimiza os pais de família estenda seus efeitos também aos filhos, transformando a miséria num processo cíclico e com diminutas possibilidades de reversão.

No entanto, no mundo do trabalho, com suas regras e hierarquias extremamente movidas pelo contexto econômico-social, com sua pobreza afetiva e relações que estabelecem o paradoxo entre o capital e o trabalho, onde imperam os valores da produtividade e da submissão, há o predomínio, quase a personificação da consolidação da dominação.

Nesse ambiente, com um cenário construído por adultos e por eles frequentemente repelidos, a constante abdicação aos seus sonhos e objetivos pode tornar-se insuportável, o que dirá para a criança ou o adolescente que sequer têm à sua disposição uma maturidade ou possibilidade psicossocial, advindas da elaboração e solução de conflitos internos, no nível simbólico. Disciplinado a atender às exigências do trabalho, exposto precocemente a um ambiente extremamente árido ao seu crescimento, tanto enquanto pessoa como do ângulo profissional, o indivíduo em desenvolvimento pode construir uma autoimagem na qual predomina seu desvalor. Passa a se ver como dotado de poucas habilidades e competências, incapaz ou indigno. E suas vivências na família, escola e outras esferas podem confirmar essa imagem negativa. Ou seja, o fato de laborar precocemente e ter de colocar-se à disposição da hierarquia natural do trabalho, traduzido pelo poder diretivo dos empregadores, inibe seus anseios naturais de comportar-se como adolescente; a responsabilidade antecipada dá lugar ao brincar e expressar seus desejos e interesses. Como a liberdade cumpre na adolescência um valor muito maior do que a busca do prazer e diversão, fornecendo a oportunidade de reviver, entender e assimilar os mais diversos modelos e conteúdos das relações afetivas e

cognitivas, e como passa a temer discordar dos comandos injustos e demasiados que podem advir das obrigações decorrentes do trabalho em que está inserida, sob pena de ser punida, por expressar-se livremente, ocorre um empobrecimento tanto no que se refere à sua capacidade de expressão quanto de compreensão. Pode inclusive ser notado um comportamento que alterna a extrema submissão no trabalho ou diante daqueles que acredita possuídores do poder de punição e a extrema violência diante dos que considera mais fraco (filhos, esposa, por exemplo). Ou seja, ao invés de interagir com as regras diárias do ambiente de trabalho, reflexo do convívio social originário desta relação, esse indivíduo pode apenas temê-las, percebê-las como algo externo a si mesmo e tendo oportunidade irá desrespeitá-las, até para assegurar-se de que pode rejeitar os que o rejeitam.

A situação da empregada adolescente doméstica é uma relação singular de mulher trabalhando para outra mulher, na maioria dos casos, ambiente propício para os jogos de conflitos de gênero e classe, mesmo que seus participantes não percebam devido à cultura imprintada que torna o seu enredo como natural. Trata-se de uma relação ambivalente em que se torna necessária a adesão aos serviços domésticos pela patroa, todavia, sem a intenção de fazer-se substituir. O controle precisa manter-se nas rédeas patronais, mantendo estratégias de subordinação das mais explícitas às mais veladas. Perfaz a nítida marcação de espaço, dentro das unidades domésticas, entretanto, podem conviver em aparente cumplicidade. Do ponto de vista da adolescente doméstica, necessitam do emprego como meio de subsistência, todavia, reclamam de sua condição e esperam por parte de seus empregadores uma compreensão para a notória desigualdade social. Apesar das diferenças são mulheres que repartem o mesmo ambiente, observam-se seus hábitos, ou criticando-os ou copiando-os, podendo existir a interação através da troca de ideias. Contudo, as privacidades de ambas estão prejudicadas, em especial, pelo escasso espaço domiciliar nas atuais cidades. Esses jogos de contradições podem ser revelados em diversos fatores: a) a relação doméstica é essencialmente assimétrica, ser empregador é ser superior. Historicamente, as classes mais abastadas sempre se utilizaram de criados e foram com o passar do tempo sendo imitados por famílias de classes inferiores no sentido de demonstrar a qualificação de fidalguia na concretização da posse de empregados domésticos; b) a condição socioeconômica dos empregados domésticos noticia o seu enquadramento como dependentes da instituição familiar; cabe frisar que nem mesmo a proximidade

da faixa etária entre patroa e empregada não se convola em laços de fraternidade; c) por algumas vezes, as empregadas identificam-se com suas patroas, porém, esta igualdade não faz parte desta relação, geralmente acompanhada de fortes traços de competitividade. Ao tentar ser similar à patroa, por vezes, ultrapassa este limite da similitude, ou seja, de substituta eventual, para tornar-se titular da posição, por vezes vangloriando-se em realizar tarefas com superioridade, em especial as maternas. Em contraposição, as patroas ao perceberem que suas empregadas começam a se trajar, falar e a se comportar semelhante a elas, receiam perder seus traços distintivos. Em relação à questão da sexualidade, pode gerar no espaço doméstico reflexos paradoxais, tendo a empregada doméstica como ponto de partida. Pode desencadear uma reação de indignação com o assédio a que é submetida, diga-se de passagem, de difícil comprovação, tudo se desenvolve num ambiente dominado pelo empregador e seus filhos, restando poucas formas de defesa, a não ser o contínuo desinteresse em participar desse ato. Por outro lado, pode ocorrer a adesão ou até mesmo a insinuação por parte da empregada doméstica, servindo de ponto de superação em relação à patroa, contribuindo para a fomentação de uma infeliz identificação e a sensação de um pseudopoder.

As circunstâncias que rodeiam o trabalho doméstico também denotam relações que demarcam trocas afetivas, envolvimento de bens materiais e simbólicos e reestruturação contínua do espaço social, instrumentos frutíferos dos jogos do domínio simbólico.

Em que pesem a grande influência e a percepção do domínio econômico na relação entre patroas e instituições familiares, ficar resumido somente a este fator é cair na restrita visão de passar despercebida a questão de gênero (mulher), cognição que pode aproximar os atores sociais envolvidos na relação de trabalho doméstico, o que poderia conscientizar patroas e empregadas na questão pontual da divisão das tarefas domésticas, diminuindo assim os impactos de colisão.

Tendo em vista a divisão do trabalho, importante salientar que o trabalho doméstico, do ponto de vista social, tem colaborado para preservar o desinteresse e inserção dos homens neste rol de atividades, na medida em que as mulheres se complementam na execução deste trabalho, com uma paradoxal cisão do mundo feminino (relação entre patroas e empregadas domésticas), mantendo-se assim a divisão sexual do trabalho doméstico e o predomínio do trabalho masculino no espaço público.

Cabe aqui lembrar que na análise da dinâmica do espaço doméstico, os ensinamentos de Pierre Bourdieu sobre as dimensões do espaço social, delineado entre outros fatores, pelas estratégias simbólicas que visam à garantia, aos seus integrantes, de posições mais favoráveis. Esses métodos conseguem mascarar situações e contradições que seriam no dia-a-dia intoleráveis, caracterizando a utilização do poder simbólico, que através da eufemização, conduz a ação neutralizante sobre as ações sociais dos agentes.

4 A PESQUISA DE CAMPO

4.1 – METODOLOGIAS DA PESQUISA

A primeira fase de nossa pesquisa foi consolidada através de investigações bibliográficas, com o intuito de adquirir conhecimentos mais aprofundados acerca da matéria. Para a realização do trabalho em campo, realizamos durante o período de outubro, novembro e dezembro de 2009 e janeiro de 2010, várias visitas à Casa da Doméstica, local onde ocorre intermediação de mão-de-obra, além de prestação de assessoria jurídica para as domésticas e cursos, sendo rotineira a passagem de adolescentes em busca do seu primeiro emprego. Foram visitados também os condomínios residenciais, onde ocorre uma maior facilidade de entrevistar, pelo fato de ser rotineiro ficarem nas áreas comuns brincando com as crianças. De início, percebemos extrema dificuldade na realização das entrevistas, acredito que motivada pela falta de confiança e receio de qual seria a utilização deste instrumento, sendo que muitas acreditavam mesmo tratar-se de entrevista de emprego. Procurou-se por adolescentes na faixa etária dos 16 aos 18 anos, justamente o objeto de nossa pesquisa.

Foram respondidos 40 (quarenta) questionários, sendo selecionadas as entrevistadas que estavam dentro da faixa etária entre 16 (dezesesseis) a 18 (dezoito) anos, totalizando assim 20 (vinte) adolescentes, que exigiram muita habilidade para estabelecer confiança para que ficassem tranquilas para declarar o que de fato se passava na relação existente em seu trabalho. Os questionários de empregadas domésticas que estavam acima da faixa etária objeto de estudo foram aproveitados como suporte para embasar as conclusões sobre a visão destas empregadas, após vivenciarem a experiência do primeiro emprego como domésticas, ou seja, o seu olhar, hoje, mais madura. Corriqueiramente, ficavam atemorizadas com a possibilidade do teor da entrevista pudesse chegar ao conhecimento de seus antigos ou futuros empregadores, tornando assim, difícil o acesso ao emprego. Repetidas vezes, de maneira simples, pausávamos o trabalho para acalmá-las e explicar que se tratava de uma pesquisa cujo objetivo era conhecer a realidade de vida das jovens entrevistadas; enfatizamos ainda, que assumiríamos o compromisso de que

seus nomes não seriam revelados, nem tampouco mencionados o nome, sobrenome ou apelido, sendo essa uma condição imprescindível para a concessão das entrevistas. Logo, por esse motivo, elas serão cognominadas com nomes fictícios, preservando assim, quaisquer detalhes que possam levar à sua identificação.

A seleção das adolescentes entrevistadas foi feita de acordo com a proposta de Fernandes (1976), que recomenda a combinação da técnica de história de vida com o uso do questionário ou formulário para se fazer uma seleção “com base no controle de fatores que possam interessar à investigação” (FERNANDES, 1976, p. 252-256).

Parte dos depoimentos foi tomada em condomínios residenciais, mas todos sem a presença da patroa ou de alguém da família empregadora, com exceção de crianças pequenas que estavam sob a responsabilidade das adolescentes.

Todas as entrevistas realizadas tiveram como base a metodologia de história oral-história de vida, visando à apreensão de aspectos objetivos e subjetivos da relação entre adolescentes empregadas domésticas e as pessoas que compõem as famílias empregadoras.

Na história oral, o discurso do indivíduo corresponde à verdade do sujeito, que é construído a partir da cultura, ou seja, é a elaboração social que, em primeira instância, através da cultura, fornece os instrumentos e parâmetros sobre os quais o indivíduo constrói sua interpretação da realidade. A subjetividade do indivíduo situa-se dentro de uma subjetividade social.

Portanto, o material obtido, o depoimento, será o fato ou o acontecimento em sua apresentação subjetiva, os eventos vistos sob o prisma e o crivo perceptivo do narrador e assim, definitivamente vinculados a ele, indivíduo e sujeito social.

Inicialmente, pensou-se em formatar questionários, os quais seriam respondidas pelas jovens domésticas as perguntas feitas de maneira simples. Talvez, dessa forma ficassem mais à vontade, livres para pensar, sem a presença do entrevistador. Todavia, poucas recebiam a proposta de forma prazerosa, restando nítido o grau de dificuldade de expor suas respostas de forma escrita, contextualizada. Portanto, analisou-se também que numa entrevista oral com um roteiro de perguntas pré-organizadas, ocorreria uma maior percepção dos fatos narrados, além do que, possibilitaria destacar alguns pontos, aprofundar-se em

outros, refazer perguntas, contrapor respostas e principalmente poder observar as expressões faciais no momento das respostas. Nota-se no primeiro contato que as entrevistadas, em sua maioria, possuem reduzidíssima auto-estima, medo, introspecção, desconfiança, aliás, características claramente identificadas no andar deste procedimento.

Sendo assim, esta pesquisa está dimensionada sobre as relações que envolvem adolescentes empregadas domésticas e as pessoas que as empregam – mas sem desprezar as relações que elas estabelecem em suas famílias, ponto essencial de suas origens valorativas –, para explorar a visão dessas adolescentes sobre o trabalho doméstico, sobre as situações que o conformam e sobre si mesmas dentro do trabalho doméstico, fazendo um mapeamento das relações, dos conflitos e dos sentidos do trabalho doméstico de adolescentes.

Também seguimos as orientações de Bourdieu (2004) para a transcrição dos depoimentos gravados – os quais ele defende romper com a “ilusão espontaneísta do ‘discurso que fala de si mesmo’”, considerando os “recursos da pontuação muito fracos e muito pobres” para expressar a riqueza da comunicação face a face, com a gesticulação, postura e tempo característico de cada interação. A postura (política) de dar a palavra escrita para aqueles que deram a palavra oral implica, segundo Bourdieu, em (1) aliviar o texto das redundâncias verbais dos tiques de linguagem (os “bom” e os “né”, por exemplo), (2) introduzir títulos e subtítulos feitos de frases tomadas da entrevista para orientar a atenção do leitor, (3) criar introduções reunindo as informações corriqueiras como profissão, lugar onde mora, escolaridade e outros aspectos que podem (ou não) ser contados sem reproduzir as palavras e expressões do entrevistado. Ou seja, o analista utiliza a pragmática da escrita e intervém no texto para garantir a transmissão da “eficácia simbólica” que a mensagem oral tem, mas sem nunca substituir uma palavra por outra, nem transformar a ordem das perguntas ou esconder o desenvolvimento da entrevista e os cortes assinalados. Assim, seguindo a metodologia proposta por Bourdieu, onde há um trabalho de transcrição, necessariamente o pesquisador tem o dever de escrever e, para preservar o sentido original da comunicação, escrever, neste caso, tem o “sentido de reescrever” (2004, p. 709-710).

Compartilharemos a seguir os aspectos revelados na pesquisa de campo, relativamente à totalidade das entrevistadas selecionadas, enfatizando que em alguns tópicos elaborou-se o comparativo com os dados apontados pelo

IBGE/PNAD-2006/2007/2008, de modo a visualizarmos a situação das entrevistadas em comparação com as situações encontradas nas pesquisas a nível nacional.

A Pesquisa Mensal de Emprego - PME – implantada em 1980 tem sido um poderoso instrumento de produção de indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. Trata-se de uma pesquisa domiciliar urbana realizada através de uma amostra probabilística, planejada de forma a garantir os resultados para os níveis geográficos em que é produzida. A modernização da Pesquisa Mensal de Emprego visou possibilitar a captação mais adequada das características do trabalhador e de sua inserção no sistema produtivo, fornecendo, portanto, informações mais adequadas para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas. No que diz respeito a conceitos e métodos, ocorreram atualizações de forma a acompanhar as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ainda que se cogite a legislação brasileira ter proibido o trabalho de crianças e adolescentes⁴, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), anualmente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal pesquisa socioeconômica do país, mostrava em 1998 a existência de cerca de 7,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade trabalhando. Dados da PNAD de 1999, publicados após a realização deste estudo, confirmavam a tendência positiva, mas lenta, na redução do trabalho infantil, que baixou de 27% para 26% da população de 10 a 17 anos no período. No Brasil, segundo a PNAD 2007, do contingente de 44,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 4,8 milhões estavam trabalhando. Esta estimativa apontou redução em relação a 2006, quando existiam no país 5,1 milhões de trabalhadores nesta faixa etária. A proporção de crianças e adolescentes trabalhadores nesta faixa etária (nível da ocupação) passou de 11,5%, em 2006, para 10,8%, em 2007.

Em evolução temporal (indicadores de 2004, 2005, 2006 e 2007 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003) - a PNAD mostrou redução no trabalho infantil. Em doze anos, a proporção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que estavam trabalhando, em relação à população de 5 a

⁴ Será usado o termo “adolescentes” para nos referirmos aos jovens entre 10 e 17 anos de idade. Conforme a legislação nacional, são considerados adolescentes jovens a partir dos 12 anos. No entanto, em função da forma como os dados estão disponibilizados, foi necessário considerar como “adolescente” o grupo com idade entre 10 e 17 anos. O termo “criança” será utilizado para nos referirmos aos que têm entre 5 e 9 anos. O termo “trabalho infantil” será usado para tratar todo o grupo de 5 a 17 anos de idade.

17 anos de idade (nível da ocupação), caiu consideravelmente. Em 1995, esta proporção era de 18,7% e, em 2007, foi estimada em 10,8%, conforme mostra o Gráfico 1:

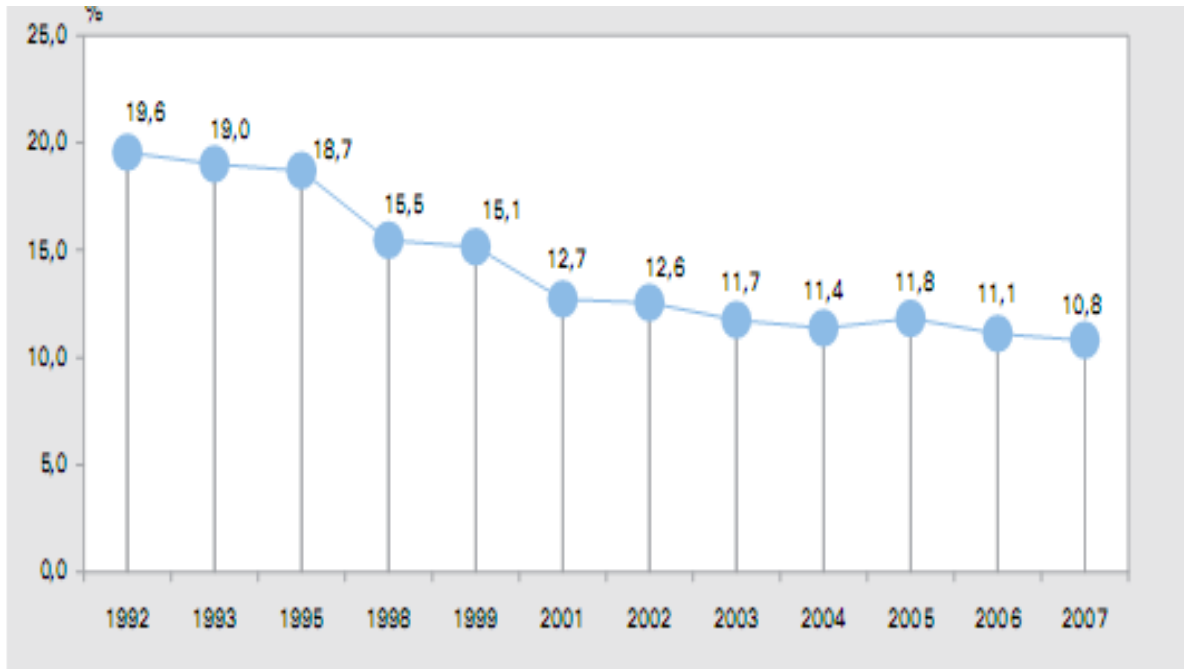


Gráfico 1: Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na população de 5 a 17 anos de idade - Brasil - 1992/2007

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007

São números ainda preocupantes, não só pela proibição legal do trabalho infanto-juvenil, como também pelo que isso pode significar em termos de prejuízo para as condições de desenvolvimento e maturação física e emocional dos jovens. Dos 6,7 milhões de adolescentes de 16 ou 17 anos de idade, cerca de 2,3 milhões estavam trabalhando. Aproximadamente 635 mil estavam ocupados em atividades agrícolas. Cabe ressaltar que 80,9% do total de adolescentes de 16 ou 17 anos residiam em área urbana. A proporção de adolescentes trabalhadores nesta faixa etária manteve-se estável em 34,7% no período de 2006 a 2007. Ainda nesta faixa etária, se verificou que os adolescentes do sexo masculino (63,5%) e os de cor preta ou parda (55,4%) eram maioria no contingente de ocupados⁵. Estes adolescentes

⁵ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

tinham origem em domicílios cujo rendimento médio domiciliar per capita estava em torno de R\$ 352,00. De acordo com o IBGE-PNAD (2007), a análise comparativa das cinco Grandes Regiões mostrou que no Nordeste, em 2007, estava concentrado o maior contingente de crianças e adolescentes trabalhadores, cerca de 1,8 milhão. Verificou-se, também, que no Sul (13,6%) e no Nordeste (13,4%), entre as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, a proporção de crianças e adolescentes trabalhadores (nível da ocupação) era superior à verificada nas demais regiões. Ressalta-se, ainda, que de 2006 para 2007, nas regiões Norte e Nordeste, a redução do trabalho infantil foi mais expressiva que nas demais. Nestas regiões, houve redução significativa do número de crianças e adolescentes trabalhando em todas as faixas etárias; todavia alerta-se que a meta governamental é a sua erradicação.

Tabela 1 - Distribuição das pessoas de 16 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a situação do domicílio e a cor ou raça – 2007

Sexo, situação do domicílio e cor ou raça	Distribuição das pessoas de 16 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo						
Homens	63,5	67,3	66,7	60,1	62,5	64,3
Mulheres	36,5	32,7	33,3	39,9	37,5	35,7
Situação do domicílio						
Urbana	71,9	65,3	53,9	86,4	72,0	84,5
Rural	28,1	34,7	46,1	13,6	28,0	15,5
Cor ou raça						
Branca	43,9	23,0	25,7	49,6	78,0	34,4
Preta ou parda	55,4	76,1	73,7	49,9	21,4	63,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

4.2 PERFIS DAS ENTREVISTADAS

Para melhor compreensão, perfilamos uma tabela contendo dados essenciais buscados nas entrevistas que detalham o perfil geral das entrevistadas; salientamos ainda que se deve considerar o salário mínimo da época das entrevistas – R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Tabela 2 – Distribuição dos dados das entrevistadas

Nome e idade	Início no trabalho doméstico	Função	Salário	Jornada	Escolaridade	Como conseguiu emprego	Trabalho dos pais	Motivo
Entrevistada 01 – 15 anos – negra	14 anos	babá	R\$200,00	Integral	Analfabeta	Trabalha para parentes	Biscateiro/ Dona de casa	Ajudar a família
Entrevistada 02 – 17 anos – negra	15 anos	Serv. gerais	R\$350,00	08 h	4ª série	Amiga conseguiu	aposentado/ Dona de casa	Autos-sustento
Entrevistada 03 – 18 anos – negra	17 anos	Serv. gerais	R\$450,00	Integral	2ª série	Casa da doméstica	Trab rural/ Dona de casa	Ajudar a família
Entrevistada 04 – 16 anos – negra	16 anos	babá	R\$250,00	Integral	3ª série	Casa da doméstica	pedreiro/ dona de casa	Ajudar a família
Entrevistada 05 – 18 anos – negra	15 anos	Serv. gerais	R\$300,00	Integral	Analfabeta	Amiga conseguiu	doméstica	Ajudar a família
Entrevistada 06 – 19 anos – negra	16 anos	Serv. gerais	R\$450,00	Integral	7ª série	Casa da doméstica	Const. civil/ diarista	Auto sustento
Entrevistada 07 – 16 anos – negra	16 anos	babá	R\$450,00	Integral	4ª série	Casa da doméstica	Faz bico/ lavadeira	Ajudar a família
Entrevistada 08 – 18 anos – negra	16 anos	Serv. gerais	R\$450,00	Integral	8ª série	A mãe indicou	vigia/ diarista	Ajudar a família
Entrevistada 09 – 18 anos – negra	16 anos	babá	R\$350,00	Integral	4ª série	Indicada por amiga	doméstica	Ajudar a família
Entrevistada 10 – 17 anos – negra	16 anos	Serv. gerais	R\$450,00	Integral	1ª série nível médio	Casa da doméstica	Const civil/ diarista	Ajudar a família
Entrevistada 11 – 16 anos – negra	16 anos	babá	R\$250,00	Integral	4ª série	Trabalha para parentes	diarista	Ajudar a família
Entrevistada 12 – 16 anos – negra	15 anos	Serv. gerais	R\$300,00	integral	3ª série	Trabalha para parentes	Trab rural/ Dona de casa	Ajudar a família
Entrevistada 13 – 18 anos – negra	15 anos	Serv. gerais	R\$450,00	Integral	7ª série	Casa da doméstica	lavrador/ bordadeira	Ajudar a família
Entrevistada	15 anos	Serv.	R\$200,00	Meia	5ª série	Trabalha	aposentado/	Autos-

14 – 16 anos - branca		gerais		jornada		para amigos	dona de casa	sustento
Entrevistada 15 – 18 anos - branca	16 anos	Serv. gerais	R\$350,00	Integral	3ª série	Amiga indicou	diarista	Ajudar a família
Nome e idade	Início no trabalho doméstico	Função	Salário	Jornada	Escolaridade	Como conseguiu emprego	Trabalho dos pais	Motivo
Entrevistada 16 – 17 anos - branca	15 anos	babá	R\$300,00	Integral	2ª série	Amiga indicou	Faz bico/ faxineira	Ajudar a família
Entrevistada 17 – 18 anos - branca	15 anos	Serv. gerais	R\$450,00	Integral	3ª série	Casa da doméstica	autônomo/ dona de casa	Ajudar a família
Entrevistada 18 – 17 anos - branca	14 anos	babá	R\$250,00	Meia jornada	2ª série	Trabalha para parentes	agricultor/ dona de casa	Ajudar a família
Entrevistada 19 – 15 anos - branca	15 anos	Serv. gerais	R\$300,00	Integral	2ª série	Amiga indicou	autônomo/ faxineira	Ajudar a família
Entrevistada 20 – 16 anos - branca	15 anos	babá	R\$250,00	Integral	1ª série	Amiga indicou	Sem trabalho/ diarista	Ajudar a família

4.3 RESULTADOS DAS PESQUISAS

A questão do gênero: a totalidade das entrevistadas é representante do sexo feminino, fato decorrido naturalmente nos locais onde as entrevistas se efetivaram. Alerta-se ao fato de que este agrega o maior contingente de trabalhadoras brasileiras, representando atualmente 15,8% da força de trabalho feminina ocupada, muito embora se perceba uma diminuição ao longo das décadas. O trabalho doméstico remunerado no Brasil – ou o emprego doméstico – é majoritariamente ocupado no Brasil por mulheres e negras. As mulheres são 93,6% dos trabalhadores nesta ocupação. Essa preponderância se explica por nossas heranças históricas e se perpetua no decorrer das décadas. Os homens estão presentes desempenhando atividades remuneradas no espaço doméstico de maneira bastante minoritária e, em geral, em ocupações diferenciadas, como jardineiro, caseiro e motorista, enquanto o trabalho doméstico executado pelas mulheres está mais relacionado aos cuidados com a casa e as pessoas, como

limpeza e alimentação – portanto, normalmente atividades imprescindíveis para a reprodução da vida social.

O trabalho doméstico, seja remunerado ou não, é culturalmente percebido como atividade das mulheres, associado a atributos de cuidado, abnegação e reprodução, que compõem estereótipos de um determinado modelo de feminilidade vigente no país. Em sendo, portanto, uma atividade de responsabilidade “natural” das mulheres, restrita à esfera do doméstico, não tem o seu valor econômico nem social reconhecido, o que o torna desprestigiado.

Entre 1998 a 2008, o número de trabalhadores domésticos, de ambos os sexos, cresceu no Brasil. Passamos de cinco milhões para 6,6 milhões de brasileiros (as) nesta ocupação. Devido ao crescimento como um todo da massa de trabalhadores (as), sua importância no total de ocupados(as), no entanto, manteve-se constante, representando em torno de 7,2% da força de trabalho. O peso dos homens nesse grupo diminuiu ligeiramente e, entre as mulheres, enquanto 16,9% das ocupadas eram trabalhadoras domésticas em 1998, em 2008 eram 15,8%, conforme gráfico abaixo. Esse movimento não é percebido homogeneamente em todas as regiões: observa-se que no Nordeste, por exemplo, aumentou a importância do trabalho doméstico no universo de mulheres ocupadas, ao passo que nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste as quedas foram mais significativas. Apesar da queda relativa, a região Centro-Oeste ainda tinha uma proporção de pessoas ocupadas no trabalho doméstico superior à média nacional.

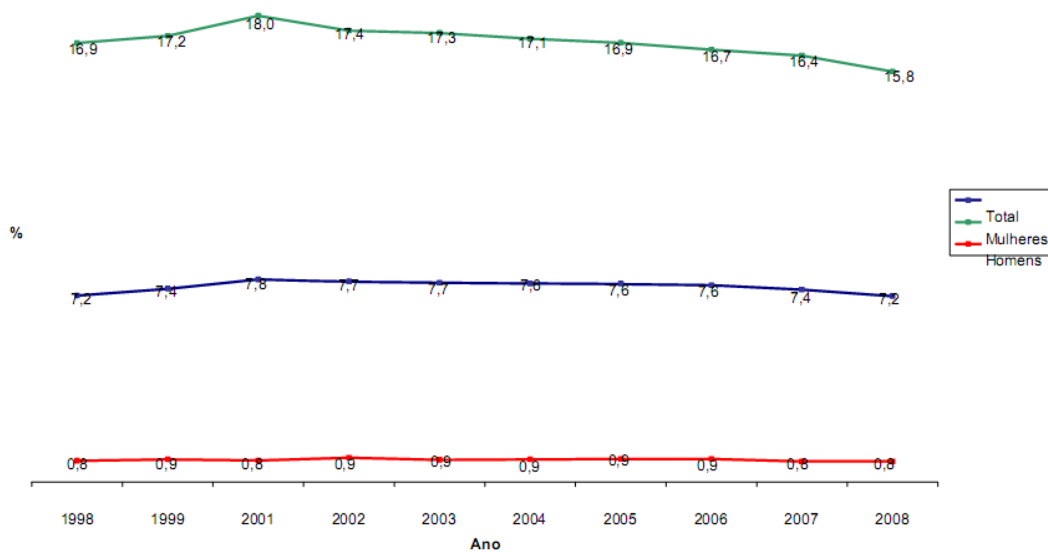


Gráfico 02 - Proporção de trabalhadores(as) domésticos(as) no total de

ocupados(as) Brasil, 1998-2008

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Sobre o divertimento: para 13 (treze) das entrevistadas, o lazer resume-se a algumas dessas atividades: assistir televisão (13), ir a bailes (4), namorar (9) e atividade religiosa (5).

O excessivo número de horas de trabalho define “um dos obstáculos à compatibilização entre o trabalho e o lazer”. Percebeu-se que a rotina do acordar cedo para fazer o café da manhã e, por muitas vezes, ter de esperar os patrões do retorno de suas atividades noturnas (cursos, atividades físicas de academia, etc.), levam a um total aprisionamento no local de trabalho devido à exigência de disponibilidade integral no ambiente de trabalho, além do que, nas principais festas e eventos populares onde ocorre a possibilidade de participar sem maiores ônus financeiros, a preferência sempre é dada aos patrões; (14) jovens afirmaram tal situação.

Agressões no ambiente de trabalho: nenhuma entrevistada apontou ter sido agredida fisicamente. Todavia, revelaram (13) que foram vítimas de agressões morais (várias vezes ou ao menos uma), por parte dos seus empregadores ou filhos e ainda por parte dos demais empregados existentes no seu local de trabalho.

Acredita-se na possibilidade da existência de outros tipos de agressões, inclusive assédio sexual, pela forma como algumas delas (4) se recusaram responder este quesito, algumas até demonstrando repulsa em falar no assunto, expressando assim feições com traços de irritação ou com receio de declarar algo que para elas invade a sua intimidade. A jovem “X”, com 16 anos, que foi levada por sua mãe para trabalhar, sendo trazida do interior, relata os excessos de ciúmes que sua patroa diariamente mantinha, simplesmente, segundo a entrevistada, por ser mais nova e pelos seus traços corporais bem definidos. E assim expunha:

Era obrigada, às vezes, a repetir o trabalho que já tinha terminado na cozinha, para que eu não passasse na sala do jantar, reporta “M”, de Aracaju/SE, com 17 anos.

Relativamente à integridade física, a maioria das entrevistadas (15) declarava-se serem vítimas de exploração de sua força de trabalho, em face da excessiva jornada de trabalho, aliás, afirmavam que não tinham tempo para

descanso, principalmente quando as patroas não trabalhavam. Declara uma das entrevistadas, “M”, 17 anos:

O trabalho da gente é repetitivo, nunca acaba, porque o que você constrói (estava reportando-se as louças), eles vêm e destrói. Se arruma um quarto, meia hora depois está tudo pelos ares. E ainda cobram que a gente saiba onde colocaram os objetos que eles não sabem onde colocaram. É um trabalho sem fim.

Adicionado com as agressões morais (que atingem a integridade psíquica), desencadeiam a interrupção do processo evolutivo e a maturação do desenvolvimento psicossocial da construção da identidade das jovens domésticas, pois este crescimento é nutrido por meio da vivência no espaço de trabalho doméstico, resultando assim em novos valores, referências e adesão a comportamentos sociais. A convivência nesse ambiente profissional desfavorável resulta na redução da autoestima e da autoimagem, pois a relação de emprego doméstico, por ser enclausurada, é mensurada apenas pelos padrões; logo, eles têm um papel de solidificar positiva ou negativamente a personalidade destas adolescentes.

“Eli” gostaria de ser jornalista. Começou a trabalhar como doméstica aos 19 anos. “Mas não dá mais tempo assistir”. Separada, tem quatro filhos. Para ela, a patroa perfeita tem que “tratar por igual”.

Por isso, o trabalho doméstico põe em risco, tanto físico quanto morais, em decorrência da afetividade desta relação profissional, em decorrência das condições físicas, emocionais em que é desenvolvido. Percebe-se pelas narrativas, que elas não se sentem tratadas como um ser em desenvolvimento, em estágio de adolescência, mas apenas como força de trabalho. Esse tipo de pressão desvincula as adolescentes dos seus referenciais primários, contribuindo para uma desqualificação de sua função, estruturando uma autoimagem distorcida e desvalorizada na suas relações interpessoais e sociais.

Percepção em relação à família onde trabalham: apenas uma das entrevistadas declara que se sentia membro da família com a qual mora. Outras cinco ressaltaram que já foram convidadas para morar na casa na condição de filha; todavia, percebe posteriormente que a intenção restringe-se apenas em não formalizar a relação de emprego, tornando assim menos onerosa para os empregadores mantê-la em sua convivência. Enfatizam até mesmo aquelas que se sentem como membro da família, que não recebem o mesmo tratamento dispensado

aos filhos de seus empregadores.

Há um sentimento, recorrente entre muitas patroas, que se referem às empregadas como pessoas “da família”:

a expressão “membro da família” expressa um mecanismo ideológico fundamental nessa relação, mas não no sentido de que os agentes envolvidos estejam iludidos por um real falso. Talvez nenhuma das parceiras (polares) dessa interação acredite no que afirma esta frase, mas nesse caso não se trata de acreditar ou não. O efeito ideológico dessa afirmação, do ponto de vista da patroa, é que ela torna possível a aceitação de uma pessoa socialmente estranha dentro de casa, compartilhando o cotidiano da família. Trata-se de uma justificativa, em seus próprios termos, quase como uma estratégia de “efeito adequador”. Essa expressão, no que concerne à empregada, expressa outra estratégia, que é abrir vias de acesso que estruturalmente ainda lhe são fechadas. (KOFES, 2001: 178)

A “casa dos outros”, é um espaço multidimensional, onde coexistem diversas relações baseadas em princípios de diferenciação e hierarquias que conferem diferentes propriedades aos agentes nela inseridos, definidos pelas posições relativas que ocupam neste espaço (BOURDIEU, 1989, p. 134). Nela, a posição que a adolescente empregada doméstica ocupa, com seu capital econômico, social, cultural e simbólico proveniente das classes populares, é uma posição de subalternidade, inclusive em relação às pessoas mais novas que ela, os filhos da patroa.

Percepção em relação da sua família sobre seu trabalho: uma das entrevistadas não selecionadas, hoje com 40 anos, revela o seguinte contexto:

A minha família, na época que eu entrei para ser doméstica, com 12 anos, achava que tava fazendo um bem pra mim. Poderiam me dar oportunidade, pois, a família que ira passar a me criar, tinha melhores condições. A intenção deles era boa, era ver meu crescimento, mas afeto, amor, a gente só tem dos pais. Acho que eles entregam a gente por ingenuidade.

E a “oportunidade” aparece cedo, na fase da vida que é juridicamente e socialmente considerada como o fim da infância, a passagem para a adolescência, ou pré-adolescência e é isso que fica evidente quando se constata que 12 das 15 adolescentes tiveram o primeiro emprego doméstico na faixa etária de 8 a 13 anos. Entre estas adolescentes que entraram tão precocemente no mercado de trabalho, quanto maior a idade, maior é o número de casas em que trabalharam.

Um dos elementos de ressocialização mais marcante na construção da identidade das empregadas domésticas é o primeiro emprego. O choque de ambiente, que é a separação de sua família ainda na infância ou no início da

adolescência (no caso da maioria das empregadas entrevistadas), e a questão do estranhamento pela inserção no meio de uma família com modos de vida e condições sociais diferenciadas.

O controle dos empregadores sobre a recém-empregada tem o efeito mais imediato e evidente desta mudança de posição da criança-adolescente: como, na maioria das vezes, a família empregadora é conhecida da família ou de pessoas próximas à família da menina, a condição para o engajamento desta é a transferência de responsabilidade dos pais para os empregadores, que devem se comprometer em “cuidar” dela e afastá-la dos perigos que rondam essa idade. Como consequência disto, a maioria dos depoimentos colhidos se refere ao primeiro emprego como uma fase em que se “vivia presa”. Ou seja, enquanto a maioria das adolescentes amplia sua autonomia em sair de casa quando começam a trabalhar em outros tipos de emprego, e, geralmente, estes trabalhos são eles mesmos oportunidades de maior socialização, as adolescentes que se tornam empregadas domésticas têm sua socialização restrita à família empregadora, quase que exclusivamente, e sua autonomia controlada por outros que não sendo seus pais, têm grande poder de controle sobre seu tempo, seu direito de ir e vir e seus relacionamentos sociais.

Visão do trabalho que executam: apenas quatro afirmaram gostar de ser empregadas domésticas, percebem dignidade no seu trabalho, entendem que podem crescer nele, alimentar seus sonhos, o veem como fonte de oportunidade. Aponta “S”, com 16 anos:

tento estudar, e vejo outras colegas que trabalham no comércio, não terem oportunidade para isso. Se for rápida, tenho tempo para ler algo, ou sair um pouco mais cedo para chegar à escola e fazer os deveres. Mas acredito que em outras atividades, bares e restaurantes, por exemplo, não teria tanto tempo assim.

A grande maioria, todavia, não se identifica com a profissão que executa, restando evidenciado no contexto das entrevistas, admitindo que sentem até vergonha de registrar na sua Carteira de Trabalho, quando formalizadas, a função de Empregado Doméstico, solicitando por vezes, segundo afirmaram, que mude a classificação para babá, cozinheira, arrumadeira, tudo, menos doméstica. Todavia, sentimos também que não há uma revolta em ser doméstica, acredito que sentem mais ojeriza à exclusão social associada a sua classe profissional.

“Ri” tem duas filhas e não vê problemas se elas forem empregadas

domésticas. “O que me preocupa pra minha filha é ela ser honesta. Se a sorte dela for pra ela ser uma empregada doméstica, que ela seja uma empregada doméstica honesta”.

Foi questionado se elas enxergam a profissão de empregada doméstica como uma sina. Nenhuma delas concordou. “Ci” enfaticamente diverge. “Sinceramente, não. É uma forma de sobrevivência como todas as outras. Pior é se prostituir. Cair no mundo do crime. Só tem uma coisa que não presta, temos menos oportunidades, né?” “Ti” concordou. “Eu também acho que não seja uma sina. Mas que eu goste de ser empregada doméstica, eu não gosto. Eu preferiria ter outra profissão, com reconhecimento, que as pessoas me vissem trabalhando”. “F” pensa como as amigas, mas também tem a certeza que basta ter força de vontade para crescer. Fazer um curso e trabalhar num salão, é isso que ela gostaria. “Ser cabeleireira”. Porém, assume: “Eu acomodei. E principalmente depois que eu casei. Você sabe, vêm os filhos, para tudo. Casa, marido, então... Acomodei”. Ela só completou até a sexta série e teve que parar de estudar para ajudar a mãe. Seguindo o raciocínio “T”, complementa. “É... eu acho que eu me acomodei. Eu tive tempo de estudar, tive oportunidade de estudar, mesmo trabalhando em casa de família, quando pega uma família pequena e boa, dá. Mas eu pensava assim, sou moça tenho de aproveitar... Ah, agora é tarde! Sempre é tarde. Agora sim é tarde! Eu acho que sim”. Já “R” nunca quis estudar porque era uma menina sem orientação que não queria nada com a vida. Ainda hoje ela tenta voltar a estudar, mas por enquanto a coisa tá difícil, a disputa pela vaga no colégio é pesada, e tem de pegar ônibus pra ir pra escola. “Não posso dizer que acomodei. Eu to tentando, só não to conseguindo”.

Raça predominante: das 20 (vinte) entrevistadas, 13 (treze) são da raça negra. Este aspecto da pesquisa de campo confirma o elevado percentual, consolidado através de aspectos históricos da colonização, repercutindo assim, no emprego doméstico.

Negros e negras são maioria (61%), sendo que em algumas regiões chegam a representar em torno de 80% dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as). Entre 1998 e 2008, houve um aumento proporcional dos(as) negros(as) na categoria – passam de 56% para 61%. Esse aumento é reflexo daquele verificado na população como um todo, que, por sua vez, seria fruto de mudanças na forma de autodeclaração (PINHEIRO et al., 2008).

Observando a tabela abaixo, enquanto que os trabalhadores domésticos pretos ou pardos representavam 12,7% da população ocupada preta ou parda, a parcela de trabalhadores domésticos brancos correspondia a apenas 5,5% da população ocupada branca.

Tabela 03 - Distribuição das pessoas com 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, segundo as regiões metropolitanas - março de 2006

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
<i>População em Idade Ativa</i>							
Branco	55,1	31,3	17,0	42,7	54,1	63,4	87,8
Pretos/Pardos	44,0	68,6	82,7	57,1	45,8	34,7	12,0
Outros	0,9	0,1	0,2	0,2	0,1	2,0	0,1
<i>Trabalhadores Domésticos</i>							
Branco	38,0	19,8	7,9	24,4	31,2	49,0	77,5
Pretos/pardos	61,8	79,9	91,9	75,5	68,8	50,7	22,3
Outros	0,2	0,3	0,2	0,1	0,0	0,3	0,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Com relação à discriminação: neste ponto elas percebem que já foram alvo de alguma discriminação, e saliente-se: não é só a discriminação racial que apontam, diante das expressões, consideram marcar mais suas vidas quando excluídas socialmente. “F” - “Acontece discriminação com certeza! Inclusive a própria televisão toda hora faz isso quando mostra os ricos dizendo: aquilo ali é só uma empregadinha. Nos programas de comédia, só mostram empregada burra, atrapalhada”. Interessante esta observação, já que o rádio e a televisão fazem parte do cotidiano destas profissionais, chegam a ser os seus parceiros de trabalhos.

“F” argumenta acrescentando que a televisão alimenta a discriminação na forma de tratar as empregadas domésticas, ela relata um fato que mostra a percepção sutil que elas têm da sua exclusão social: “Tem um supermercado grande aqui na cidade que começou a liberar seu cartão de crédito para as domésticas. Colocou uma faixa bem grande: cartão “X”, agora, para domésticas. Minha amiga achou demais, ficou feliz, se achou gente. Eu fiquei pensando... por que esse “exame” todo? Todas as profissões têm direito a ter este cartão e as domésticas são tão discriminadas que quando é aberto para elas fazem como se fosse de favor. Um privilégio. Uma coisa que ela jamais poderia ter. Ai sim, vejo como tivesse me dando

uma coisa que não mereço”. “F” relembra um fato que aconteceu numa entrevista de emprego. “minha patroa fez questão de dizer na minha cara que um dia eu poderia sair do serviço, pois, aí ela virou pro meu ex-patrão e falou assim... ‘não sei o que vocês pensam? São apenas empregados. Com empregado... fica brigando não, arruma outro. São iguais, empregados são todos iguais. Aí eu fiquei mal. Pra mim acabou o mundo. Será que ninguém vê que as pessoas são diferentes, só vê a profissão?’”.

Já “R” retoma um ponto sobre a sua autoestima: “Eu perdi muito meu bem querer depois que comecei ser doméstica. Antes eu saía com meu cabelo arrumadinho, agora não. Eu saio de lá tão cansada. Eu não coloco brinco, não amarro mais meu cabelo, não consigo mais sair pra lugar nenhum”. Neste momento “L” interrompendo, parecendo angustiada pronuncia: gostaria de fazer um desabafo. “Tem casa que a pessoa só come a sobra que vem da mesa, só depois que os patrões comem. Essa atitude pra empregada deve ser, coitada, uma discriminação. Por que ela não pode deixar a comidinha dela ali na panela? Pode ser que não coma o mesmo que o patrão coma, mas a comidinha fica na panela... Agora, a sobra?”

“R” mal deixou a colega terminar de falar e emendou. “É que as pessoas olham pra gente assim, tipo... excluída, que a gente é diferente, entendeu? Que a gente não tem capacidade pra nada. Entendeu?”

Renda familiar das adolescentes domésticas: a renda de cada família das entrevistadas varia entre meio a dois salários mínimos, sendo que 50% (cinquenta por cento) das jovens domésticas contribuem diretamente para o sustento familiar. Este cenário comprova que a situação econômica de extrema pobreza provoca uma inserção precoce das adolescentes no trabalho doméstico. A obrigação de se sentir útil, a responsabilidade de dividir as despesas familiares e o próprio instinto de sobrevivência são fatores que agravam a necessidade de constituir renda. Percebeu-se que as jovens sentem-se com autonomia, mesmo percebendo, por vezes, menos de um salário pelo seu trabalho doméstico.

A história de “V” – uma das informantes desta pesquisa – de como entrou para o mercado de trabalho como empregada doméstica: tinha 14 anos de idade e já ajudava sua mãe, que era diarista, e momentos depois se estabeleceu na função de lavadeira. Hoje é uma jovem de 17 anos que trabalha como empregada doméstica para uma moradora do mesmo bairro onde mora, na zona periférica de Aracaju.

Declarou que foi trabalhar desde cedo como babá, aos 14 anos de idade para contribuir com o sustento da família, porque “*ficava angustiada com o que estava acontecendo dentro de casa*”. Passava dificuldades por causa do desemprego do pai, que, além de cair no vício do álcool, não lhe poupava cenas de violência contra a mãe, as irmãs e ela própria. A mãe optou em trabalhar como lavadeira, o que lhe permitiu sustentar a família sem se afastar do cuidado dos sete filhos. A sua maior referência familiar é a irmã mais velha que também realiza trabalho doméstico, enquanto diarista, com quem conversa sobre todas as coisas.

Certamente a hereditariedade da função de doméstica ou diarista provinda da mãe e compartilhada pela irmã teve influência na decisão sobre a entrada dela no mercado de trabalho ainda na pré-adolescência.

Do total de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil, aproximadamente 19,8% moravam em domicílios cujo rendimento médio mensal domiciliar per capita era menor que um quarto do salário mínimo. Na região Nordeste, a proporção de crianças e adolescentes trabalhadores, residindo em domicílios desta classe de rendimento, foi de 37,4%. Ainda nessa região, cabe salientar que 48,1% das crianças e adolescentes trabalhadores na faixa de 5 a 13 anos de idade moravam em domicílios cujo rendimento médio mensal domiciliar per capita era inferior a um salário mínimo (IBGE/PNAD, 2007).

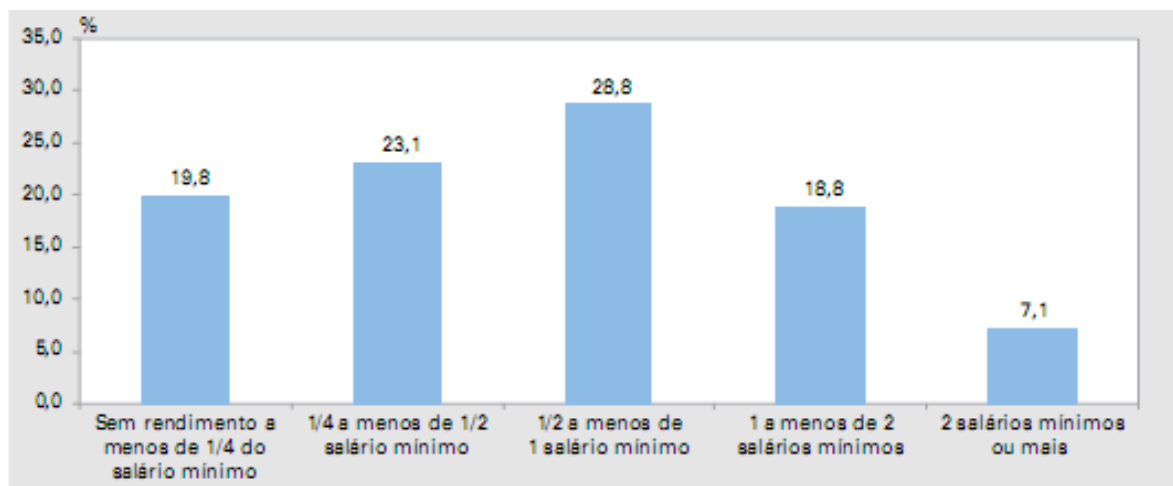


Gráfico 03 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil - 2007

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Vale mencionar que entre os programas sociais governamentais das esferas federal, estadual e municipal, encontram-se aqueles que visam a dar suporte às unidades domiciliares com rendimentos mais baixos por meio de transferência em dinheiro. A investigação através da PNAD 2006 teve por objetivo captar o recebimento de dinheiro por algum morador do domicílio pesquisado. Foram registradas transferências monetárias a partir de qualquer programa governamental, sendo que foram direcionadas perguntas para o Programa Bolsa-Família, o Benefício Assistencial de Prestação Continuada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Do total estimado de 54,7 milhões de domicílios particulares a partir da PNAD 2006, em cerca de 10 milhões houve recebimento de dinheiro de programa social do governo, o que correspondia a 18,3% dos domicílios particulares do país. Esse percentual, em 2004, era de 15,6% (IBGE/PNAD, 2007).

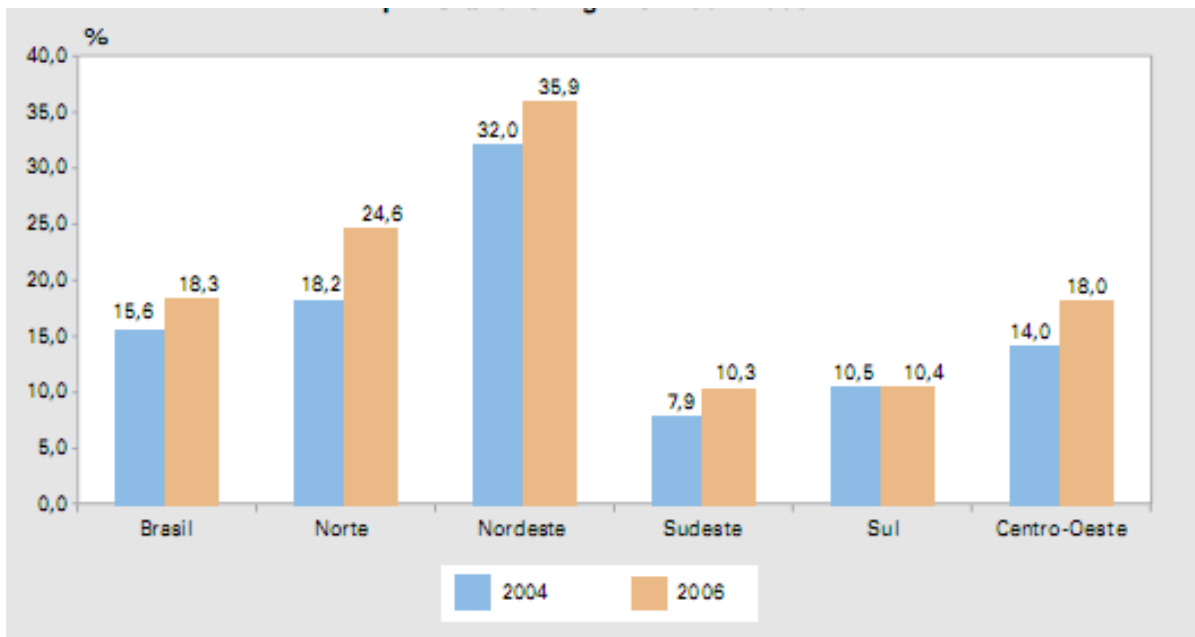


Gráfico 04 - Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, no total de domicílios particulares, por Grandes Regiões - 2004/2006

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

Composição da família das entrevistadas: este é um aspecto da pesquisa que revela o quanto é numerosa a família das jovens adolescentes, obrigando assim, a divisão do ônus de manter o sustento. Destaca-se ainda, a quantidade de desempregados na mesma família e a dificuldade de se conseguir um

novo emprego.

Situação do estado civil dos pais: 8 (oito) entrevistadas afirmaram ter pais separados, 2 (duas) apenas possuem mãe, fato que acelera o processo de busca do emprego doméstico.

Idade de início no trabalho doméstico: algumas começaram a trabalhar ainda em tenra idade, mas a maioria passa a trabalhar aos 14 (catorze) anos de idade.

Do trabalho doméstico com carteira assinada: das entrevistadas selecionadas, apenas 06 (seis) mantinham uma relação de emprego devidamente formalizada.

No Brasil, aproximadamente 87,4% das crianças e adolescentes de 16 a 17 anos de idade que estavam trabalhando como empregados ou trabalhadores domésticos não tinham carteira de trabalho assinada.

Na região Nordeste, foi encontrado o percentual mais baixo do total de crianças e adolescentes, nessa faixa etária, ocupados com carteira de trabalho assinada (1,8%); na região Sul, foi observado o mais alto (19,0%).

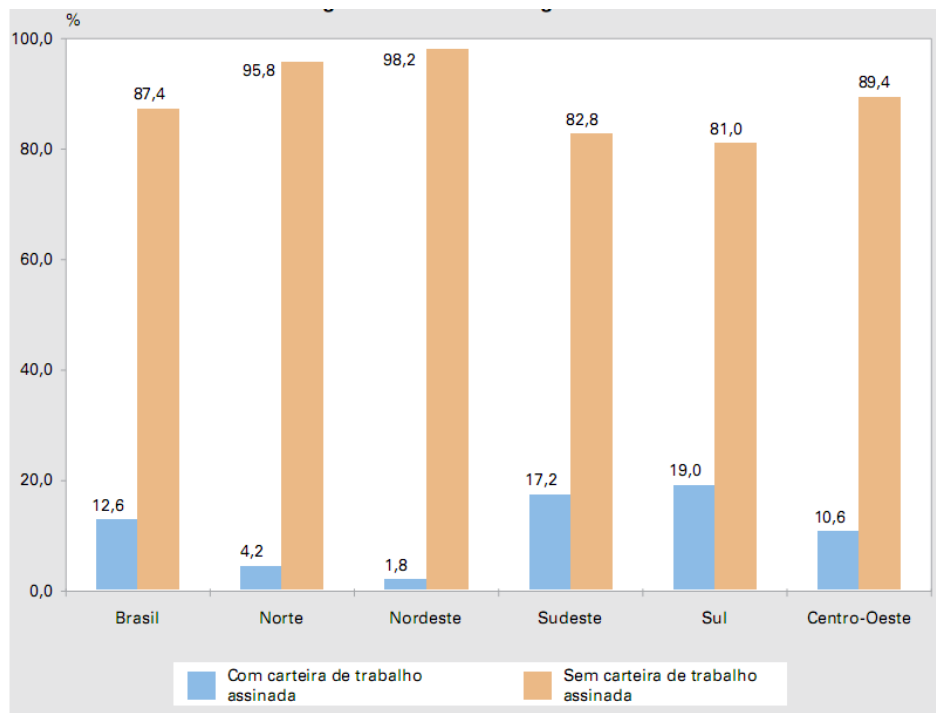


Gráfico 05 - Distribuição das pessoas de 16 ou 17 anos de idade, empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência, por posse de carteira de trabalho assinada, segundo as Grandes Regiões – 2007

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O contraste entre os anos de 2007 e 2006 apontou queda no contingente de empregados e trabalhadores domésticos na faixa de 16 ou 17 anos de idade, com e sem carteira de trabalho assinada. Entretanto, esta redução foi muito mais acentuada entre os empregados com carteira de trabalho assinada. Este comportamento fez com que o percentual de empregados e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, com 16 ou 17 anos de idade no Brasil, caísse de 21,0% para 12,6%.

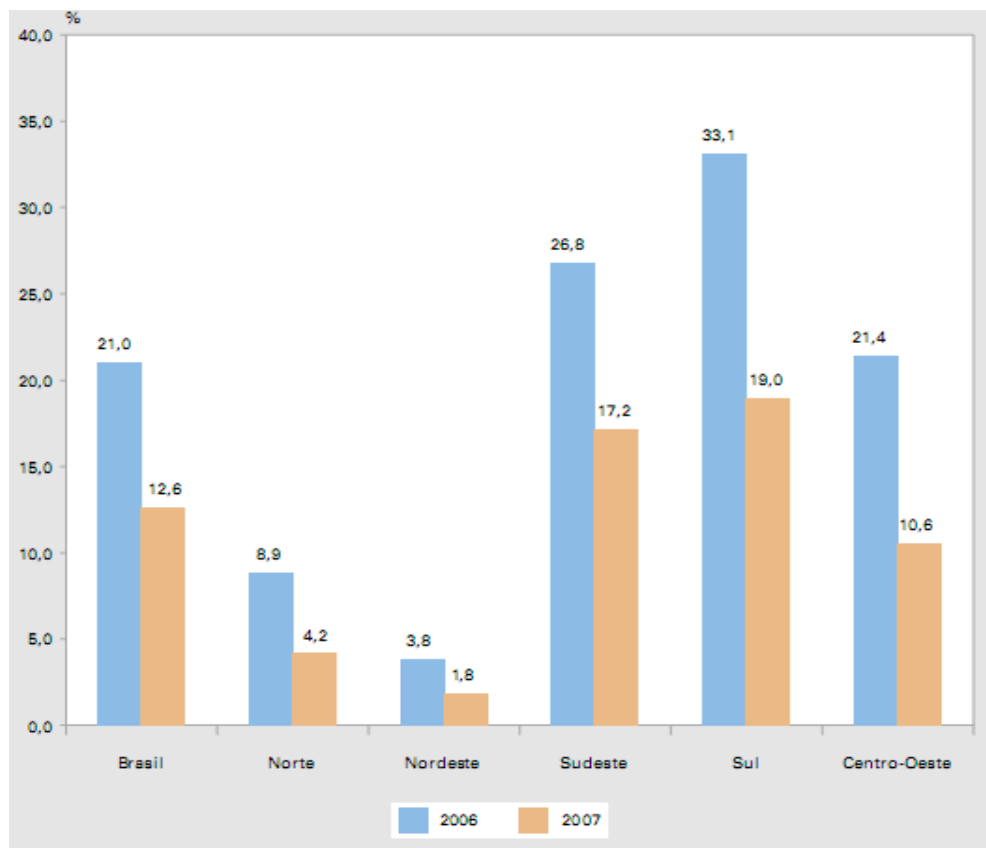


Gráfico 06 - Distribuição das pessoas de 16 ou 17 anos de idade com carteira de trabalho assinada, empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência, segundo as Grandes Regiões - 2006-2007

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Apesar dos avanços dos últimos anos na proporção de trabalhadores com carteira assinada, ainda temos no Brasil uma economia informal de grande

magnitude e, com isso, um contingente de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais excluídos dos principais mecanismos de proteção social em caso de desemprego, doença, maternidade, acidente de trabalho, invalidez e velhice. Em 2008, no total de empregados, 62% possuíam carteira de trabalho assinada, sendo que, dez anos antes, essa proporção não chegava a 57%.

Se esses números ilustram a desproteção a que uma grande parte da classe trabalhadora brasileira se expõe, no caso das trabalhadoras domésticas temos que, em 2008, somente 25,8% possuíam carteira de trabalho assinada. Num universo de 6,2 milhões, somente cerca de 1,6 milhão acessava esse direito.

A proteção social é estendida, contudo, a uma parcela um pouco maior, pois 29,3% das trabalhadoras domésticas contribuía para o instituto de previdência social em 2008. Ou seja, pode-se dizer que um total de cerca de 1,8 milhões delas possuem direito aos benefícios da previdência social. A diferença se deve à existência de algumas trabalhadoras que recolhem alíquota como contribuinte individual – em 2008, seriam cerca de 200.000. Essa possibilidade deveria ser mais difundida para englobar as profissionais não registradas pelo empregador, especialmente aquelas que prestam serviços em mais de uma residência, cujo número vem crescendo nos últimos anos, como será visto a seguir. Somente dessa forma, caminharíamos em direção a condições de trabalho decentes e de grande, senão plena, formalização.

As desigualdades regionais são marcantes nesse quesito, sendo que nas regiões Norte e Nordeste os níveis de formalização das trabalhadoras domésticas são assustadoramente baixos: somente 11,4% da categoria possuem carteira de trabalho assinada, e, entre as trabalhadoras em mais de um domicílio, o número cai para 6,2%. No Nordeste, somente 14,9% das trabalhadoras “mensalistas” acessavam esse direito, o que corresponde exatamente à metade do patamar nacional.

As regiões com maiores níveis de formalização, via registro em carteira de trabalho, são o Sul e o Sudeste, com 33,4% e 32,1%, respectivamente, de trabalhadoras domésticas registradas, sendo que, na região Sul, chega a 40,2% a proporção de trabalhadoras mensalistas com carteira assinada.

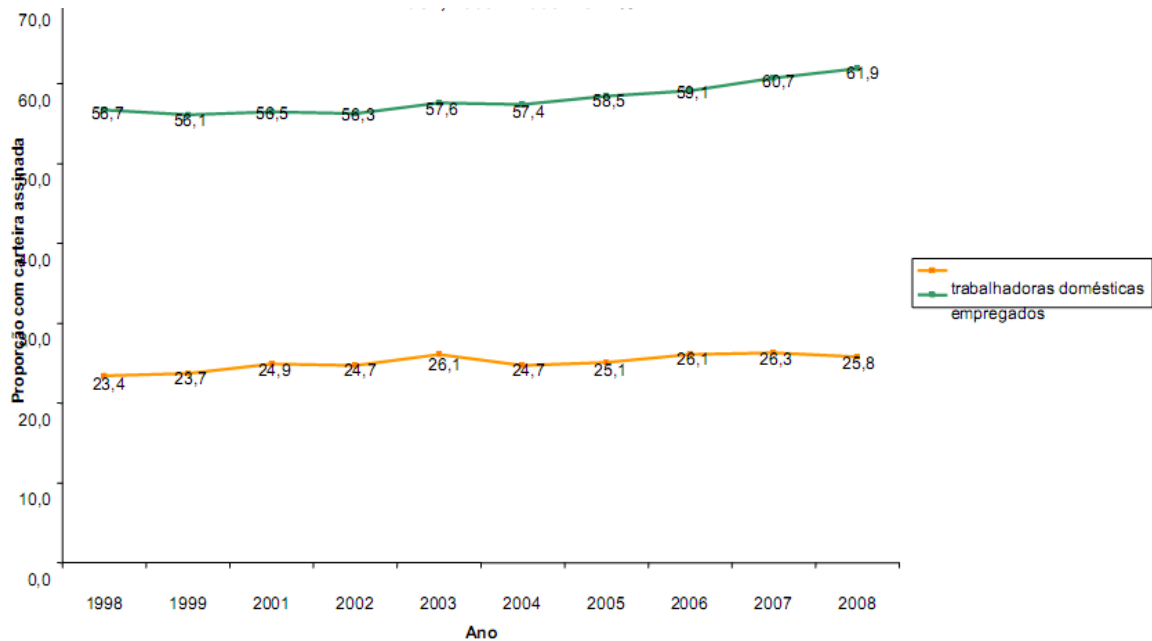


Gráfico 07 - Proporção de empregados(as) com carteira de trabalho assinada Brasil, 1998 – 2008 – em %

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

O gráfico 07 ilustra que o movimento de formalização do mercado de trabalho nos últimos anos no Brasil não foi sentido na classe das trabalhadoras domésticas. Na análise do grupo que possui carteira assinada, temos quase um platô entre os anos de 2003 e 2008, enquanto que para a classe trabalhadora como um todo, é possível observar uma curva ascendente.

Essa constatação se agrava pelo fato de que, em 2006, foi promulgada a Lei nº 11.324, que permite a dedução do imposto de renda do empregador da contribuição paga ao INSS para um(a) trabalhador(a) doméstico(a). O objetivo dos legisladores foi de incentivar a formalização das trabalhadoras domésticas e a promulgação da lei foi comemorada entre os setores que lutam pela ampliação dos direitos dessa categoria.

Após três anos de vigência da norma⁶, no entanto, é possível concluir que seu impacto não pôde ser sentido. Com efeito, nesse intervalo de tempo tem-se até mesmo uma diminuta redução na proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada. Isso pode ser explicado pelas limitações impostas pela própria norma legal: deduz-se somente a alíquota patronal de contribuição à Previdência

⁶A lei passou a produzir efeitos para as contribuições patronais pagas a partir de janeiro de 2006 (ver Lei nº11.324, de 19 de julho de 2006).

Social referente a um salário mínimo (independentemente de a trabalhadora doméstica receber mais) e limitado a apenas um(a) empregado(a). Finalmente, a dedução só é possível para quem opta pelo modelo completo da declaração anual de ajuste do imposto de renda da pessoa física. Isso significa que um grande grupo populacional deixa de ser beneficiado pelo incentivo – empregadores domésticos que não fazem a declaração completa – e, paralelamente, não se estimula que situações irregulares sejam sanadas, isto é, que trabalhadoras domésticas sem carteira assinada passem a tê-la. Apesar do caráter recente da lei, cabe mencionar que a dedução está prevista para vigorar somente até a declaração referente ao ano-calendário de 2011. Estabeleceu-se uma duração para o incentivo a partir do cálculo de que seis anos seriam suficientes para estimular a formalização das trabalhadoras domésticas no país, mas chega-se à metade desse prazo com resultados nada dignos de comemoração.

“Cé” reflete sobre os desencantos da profissão em sua opinião. “Tem horário pra você entrar, mas você não tem horário pra você sair, entendeu?” dá um exemplo baseado relatando a sua vivência no emprego doméstico. “Oh, você vê, às vezes assim, nós tamos trabalhando... eu trabalho cinco anos numa casa. Às vezes sua patroa manda você embora de um nada. Aí você não tem direito a nada. Aquele tempo trabalhado que você passou é perdido”.

Já “Be” demonstra ter ciência de que os direitos da sua categoria deveriam ser iguais aos de qualquer outro profissional de outra área. “O direito da gente tinha de ser reconhecido, sabia? Porque a gente é mandada embora sem direito a nada. Tinha de serem reconhecidos os direitos da gente”.

Do valor percebido pelo trabalho: quatro adolescentes afirmaram já ter trabalhado sem remuneração, viviam no âmbito da família, recebendo alguns presentes no final do ano ou próximo a festas (roupas), sendo justificada esta situação da falta de salário, por se tratar de pessoa da família. Cinco delas declararam ser rotineiro o pagamento de metade do salário mínimo, compensando assim, os patrões, na manutenção destes empregados, com alimentação e moradia, especialmente quando o aporte econômico familiar é menor. Apenas oito delas (aquelas com maiores idades, 18 e 19 anos), confirmaram que exigem o pagamento de um salário mínimo; todavia, em virtude disso, metade destaca ocorrer uma exigência ou contrapartida efetivada pelos patrões pela precarização da relação trabalhista, refletindo na informalidade, sem o devido registro legal na Carteira de

Trabalho da empregada, com o intuito de reduzir os custos tributários.

A atividade doméstica remunerada é marcada pela informalidade, baixos salários e pelo preconceito. Isso pode ser explicado, como colocado anteriormente, por nossa herança escravocrata e patriarcalista e também pela própria concepção de trabalho que se tem nas sociedades capitalistas, que desvalorizam, como regra geral, as atividades laborais realizadas no âmbito doméstico, sejam elas pagas ou não. Ainda mais o são por que, historicamente, essas atividades são realizadas por mulheres. Para refletir em que medida a desvalorização do trabalho remunerado em domicílios pode estar associada ao fato de ser uma ocupação feminina, ou ser realizada no âmbito doméstico e, ainda, se referir à desvalorização dos trabalhos manuais em geral. O emprego doméstico é, de fato, marcado pela discriminação, em especial a de gênero.

As trabalhadoras domésticas, em 2008, apresentavam uma média de escolaridade de 5,94 anos, comparados a 5,84 entre os trabalhadores em serviços manuais equivalentes ao doméstico e somente 4,94 entre os trabalhadores domésticos do sexo masculino. Apesar disso, tinham renda média de R\$ 350,77 por mês, enquanto o primeiro grupo ganhava em média R\$ 644,49, e os trabalhadores homens em domicílios, R\$ 491,51 mensais. Na média, portanto, as trabalhadoras domésticas recebiam somente 71% da remuneração dos homens na mesma ocupação. Contrariamente ao que se poderia esperar do comportamento da variável, esse diferencial cresce conforme aumenta a escolaridade dos(as) trabalhadores(as) (IBGE/PNAD, 2008).

Ainda nessa pesquisa, observa-se que no grupo dos domésticos, as mulheres com escolaridade entre 8 e 11 anos de estudo (cerca de 37%) recebiam somente 64% do que ganhavam os homens na mesma faixa de escolaridade. Para agravar o quadro, tem-se que, enquanto somente 25,8% do total de trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada, 41,4% dos homens nessa ocupação acessavam esse direito.

A despeito da diferença numérica e ocupacional, que enviesa a análise, tem-se que homens e mulheres trabalhando em domicílios apresentam níveis de valorização profissional e formalização distintos, com desvantagem para as mulheres. Certamente, um dos principais elementos que explicam essa diferença é a discriminação de gênero, que permeia todo o mercado de trabalho, inclusive o trabalho doméstico – apesar de essa ser uma atividade historicamente realizada por

mulheres, na qual poderia se esperar, portanto, uma maior valorização da mão-de-obra feminina.

A desvalorização do trabalho remunerado doméstico se traduz na grande desproteção social que atinge essa parcela da força de trabalho brasileira e, sobretudo, no renitente tratamento desigual recebido no que tange ao acesso e garantia de direitos trabalhistas. Tal desigualdade está inscrita em nosso histórico legal, a começar pela não inclusão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, de 1943) dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as), que ganharam uma lei normatizadora específica trinta anos depois, a Lei nº 5.859, de 1972. A Constituição Federal de 1988 reproduz esse legado ao deixar de garantir a trabalhadores(as) domésticos(as) os mesmos direitos assegurados ao restante dos trabalhadores. Tentativas de reversão desse quadro foram empreendidas, a partir do esforço de mobilização da categoria, com intuito de equiparação de direitos. Dentre as conquistas alcançadas, destaca-se a Lei nº 10.208/2008⁷, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego para a categoria, que são, no entanto, facultativos, a depender da escolha do empregador. Cabe ressaltar também a Lei 11.324/2006⁸, por meio da qual foram garantidos os direitos a férias de 30 dias (anteriormente estabelecida em 20 dias), estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos, e proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho, bem como o estabelecimento de “incentivo fiscal, possibilitando ao contribuinte o abatimento dos valores devidos à Previdência Social na qualidade de empregador (BRASIL, 2007)”, medida que vigorará até 2012, ano-calendário 2011.

Questionadas quanto ao recebimento de férias e décimo terceiro salário, segue o mesmo sistema do pagamento do salário acima exposto, salientando, todavia, que metade das entrevistadas que tinha carteira assinada, nunca tinham recebido férias ou o valor do décimo terceiro não era igual ao valor do salário.

A análise das remunerações médias das trabalhadoras domésticas também revela a desvalorização desse trabalho em nossa sociedade. Apesar de

⁷BRASIL, Lei n. 10.208, de 23 de março de 2001. Acresce dispositivos à Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de emprego doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao seguro-desemprego. Brasília: Presidência da República, 2001.

⁸BRASIL, Lei 11.324, de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei no. 605, de 5 de janeiro de 1949. Brasília: Presidência da República, 2006.

prestarem um serviço de grande relevância para as famílias, trata-se de um trabalho cuja remuneração depende diretamente da capacidade financeira dessas famílias e, além disso, como colocado anteriormente, trata-se de uma atividade muito desvalorizada socialmente.

Em 2008, a renda média mensal advinda do trabalho entre as trabalhadoras domésticas era de R\$ 350,77. Esse valor foi 11% superior à remuneração de uma década antes, mas ainda correspondia a somente 42% da renda média percebida pelos(as) empregados(as) em outras categorias – R\$ 826,11 em 2008.

O considerável incremento ocorrido nos últimos anos se deve à valorização do salário mínimo, ao qual parece estar de alguma forma atrelada a remuneração de boa parte das trabalhadoras domésticas. Chama atenção, portanto, que a renda média das trabalhadoras domésticas seja ainda tão inferior ao mínimo, de R\$ 415,00 em setembro de 2008, sendo mais digno de nota o caso da região Nordeste, em que a média de renda mal ultrapassava R\$ 235,00, ou cerca de 60% do salário mínimo à época.

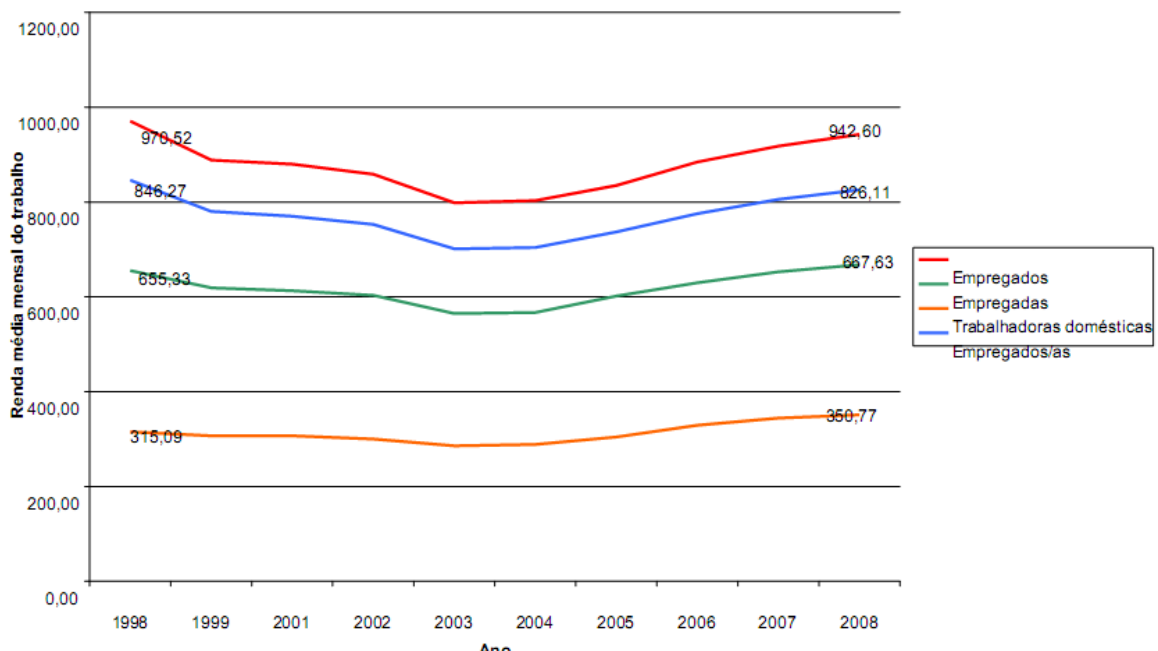


Gráfico 08 - Renda média mensal do trabalho de diferentes categorias de empregados(as)- 1998-2008

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Contudo, como pode ser observado no gráfico anterior, o movimento de incremento dos rendimentos dos trabalhadores brasileiros a partir de 2004 não foi sentido na mesma magnitude pelas trabalhadoras domésticas, o que, em princípio, não encontra explicação nem no valor do salário mínimo nem no poder aquisitivo da classe trabalhadora, que apresentou melhoras no período analisado. Sem dúvida, uma das explicações está no alto grau de informalidade, pois, como se viu, somente $\frac{1}{4}$ da categoria tem garantido o salário mínimo legal, cuja valorização tem se mostrado a grande alavanca para o aumento da renda dos trabalhadores.

Outro fenômeno recente que pode ser observado nesse grupo de trabalhadoras é o aumento do número daquelas que declaram trabalhar em mais de um domicílio, que seria majoritariamente formado pelas chamadas “diaristas”, trabalhadoras em domicílio que recebem por dia ou por semana, e não mensalmente, não constituindo, no mais das vezes, vínculo empregatício.

Entre 1998 e 2008, passou-se de 856.000 trabalhadoras prestando serviços em mais de um domicílio no país para 1.645.000. Isto é, em termos absolutos, quase dobrou o número de “diaristas”. Em termos relativos, elas representavam, em 2008, 26,5% do total de trabalhadoras domésticas, e dez anos antes eram somente 18,3%.

Esse novo arranjo de trabalho, à primeira vista, parece apresentar vantagens e desvantagens em relação à posição mais tradicional, de trabalhadora “mensalista”.

Se, de um lado, perde-se em termos de formalização, ganha-se em remuneração.

As trabalhadoras “diaristas”, como se designa aqui, são bem menos formalizadas, conforme colocado anteriormente e como era de se esperar. Assim, o baixo grau de proteção social das trabalhadoras domésticas é ainda mais agravado no caso daquelas que trabalham em mais de um domicílio. Em 2008, somente 14,3% destas possuíam carteira de trabalho assinada, e 20,7% contribuía para instituto de previdência social.

A renda média das “diaristas”, contudo, supera a das “mensalistas” em cerca de 20%. Em 2008, na média geral do Brasil, isso significou R\$ 57,00 a mais por mês no bolso das trabalhadoras prestando serviços em mais de uma residência. O preço dessa diferença, contudo, é a desproteção. Ou seja, a aparente vantagem em remuneração das diaristas parece não se confirmar caso se considere também o

chamado “salário indireto”, no qual se contam todos os benefícios a que o(a) trabalhador(a) com vínculo formal de emprego tem acesso. Assim, tomando-se como parâmetro um universo ideal de plena formalização das trabalhadoras domésticas, as diaristas hoje estariam no ponto extremo da precarização no campo do trabalho doméstico remunerado. A realidade, entretanto, é bem diferente do ideal e é preciso chamar atenção para a situação de grande precarização também das mensalistas. Assim, a comparação entre esses dois universos de trabalhadoras domésticas remuneradas nos revela redundantemente a extrema desvalorização no nosso país desse importante trabalho para a reprodução da vida social.

A profissão dos pais: das vinte entrevistadas, denota-se que a maioria possui mães que se enquadram como donas de casas, outra parte também são domésticas ou diaristas. Alguns pais encontram-se desempregados; outros exercem trabalhos temporários. O processo de hereditariedade da função de doméstico é notório na pesquisa de campo.

“É de família, todas as mulheres da minha família são”. Como uma espécie de herança ou um aprendizado adquirido, “Li” trabalha como doméstica desde os 13 anos de idade. “Foi o mais fácil para ganhar dinheiro”. “Li” é solteira e, se não fosse empregada doméstica, gostaria de ser advogada.

Local de origem: 13 das entrevistadas moravam na periferia da cidade de Aracaju/SE; as demais eram provenientes dos demais municípios; apenas uma delas era da zona rural. Apesar de não ser a maioria, ainda há uma grande evasão de adolescentes do interior para trabalhar na capital. Percebe-se que a escolha em exercer o trabalho doméstico coincide com a possibilidade de adquirir moradia e alimentação e a inexigibilidade de qualificação para exercer esta ocupação.

“M” não tem família na capital – Aracaju; veio do interior, Nossa Senhora da Glória, uma pequena cidade localizada na zona rural, onde prevalece o trabalho agrícola e a produção leiteira. Veio para trabalhar, já com emprego certo, arranjado por sua prima como empregada doméstica, explicou que esta é a função mais fácil para quem quer começar. Só possui registro de nascimento. Na casa da família moram o pai, a mãe e quatro irmãos mais novos, com 11, 7, 5 e 4 anos, respectivamente. Com 16 anos de idade é a filha mais velha desse casamento, tendo ainda mais um irmão e uma irmã, mais velhos, filhos de outro casamento da mãe. O primeiro emprego doméstico de “M” foi aos 14 anos, no município onde mora como “ajudante de cozinha”, num restaurante. Abandonou os estudos, mas “tem fé”

que vai voltar a estudar para não ficar o resto da vida trabalhando na “casa dos outros”. Aqui faço uma observação: a maioria das entrevistadas afirmou frequentar, atualmente, algum templo evangélico, embora toda sua família tenha algum laço voltado para a Igreja Católica, fato que chamou a atenção da busca da motivação pela religião. Passou por duas casas, sempre voltando para sua casa no intervalo entre um emprego e outro. Conta que os empregos domésticos não demoram muito, pois, a relação fica “pesada”. Em que pese a tenra idade, adicionado a sua inexperiência de vida, relatou que na profissão de doméstica acaba envolvendo-se com os problemas que não são seus: “viu a mãe da patroa morrer na sua frente (senhora de idade), em meio a uma crise cardíaca; na segunda casa sofreu assédio do patrão e teve que deixar o emprego”. Assim, começando a vida e aprendendo através de fortes experiências, “M” se considera madura, sentimento que é reforçado pela autonomia proporcionada pelo salário e pelo distanciamento da convivência familiar em decorrência da situação de trabalho, pois ela só visita sua família uma vez por mês. Ainda chora de saudades da família, mas quando volta para Nossa Senhora da Glória sente falta do cotidiano da casa onde trabalha; ressalta-se que nesse momento deixa transparecer uma expressão de angústia na sua intrigada dúvida perante os diversos ambientes familiares, especialmente o da patroa, que sabe não lhe pertencer verdadeiramente. E voltar é um constante ciclo na vida de “M”, porque, para ela, a casa da patroa é sempre a “casa dos outros”, nunca a sua casa. Para ela o emprego doméstico não é uma escolha voluntária, não é uma ocupação ambicionada, é simplesmente o emprego que aparece, a única oportunidade imediata de trabalho em sua iniciante vida, e assim revela “M”, com 17 anos:

É como uma praga de quem mata um gato, o povo diz que dá sete anos de azar. (risos). Queria mesmo era trabalhar em banco, porque só andam arrumados, bonitos e tem horário pra tudo. Mas sem estudo, não dá.

Esses relatos coreografam o cenário do emprego doméstico de adolescentes e jovens das classes trabalhadoras. Revelam, entre as lembranças da infância, das brincadeiras e das obrigações que tinham dentro da família, como o trabalho doméstico foi entrando em suas vidas, primeiro em suas próprias casas e, depois, como que numa sequência “lógica”, nas “casas dos outros”. Este lugar, “a casa dos outros”, é definido pela negação – “não é a minha casa”, “não é como a casa da gente” – e mesmo que geograficamente possa estar perto de suas casas,

na mesma rua, no mesmo bairro, sempre será um espaço de demarcação das distâncias sociais características das relações entre as trabalhadoras domésticas e a família dos patrões – os “outros”.

Horas Trabalhadas e Folgas Semanais: varia de cinco a quatorze horas, observando que as entrevistadas que não tinham formalizado a relação de emprego, eram submetidas a maiores jornadas. Das vinte entrevistadas, apenas 5 tinham folgas regulares semanais. Sem dúvida, a jornada no trabalho doméstico, adicionada à ausência de folgas, é um dos principais martírios apontados pelas trabalhadoras, principal empecilho para o acesso ao estudo, fonte contínua de estresse mental. Pode-se observar que a maioria era contratada para ser babá, todavia, com o passar do tempo extrapolavam essa rotina, para desempenhar outras tarefas domésticas acumulando assim, todas as funções da casa. A história aponta que o excesso de jornada de trabalho é um dos fortes estopins dos movimentos sociais.

A análise das jornadas de trabalho nos revela que, ao longo da década, vem caindo o número médio de horas semanais dedicadas ao trabalho. Em 1998, as trabalhadoras domésticas tinham uma jornada média de cerca de 40 horas semanais, que se reduzem para 36,5 em 2008, o que em parte se explica pelo próprio aumento da importância das “diaristas” na categoria. Estas alcançaram somente 33,4 horas em 2008 – comparadas a 37,6 entre aquelas que trabalham em um domicílio. Nesse mesmo ano, os empregados do sexo masculino cumpriam jornada de trabalho de 44,5.

Horas em média. A menor jornada das mulheres é observada no mercado de trabalho como um todo e se deve a diferentes fatores, entre eles os campos e formas de inserção das mulheres no mundo do trabalho.

O fato de que as “diaristas”, que em geral dependem do número de horas trabalhadas para receber seus rendimentos, tenham as menores jornadas de trabalho pode indicar que não estão conseguindo trabalhar tanto quanto gostariam. Esta situação é agravada pela pequena margem de manobra advinda da própria renda, muito baixa, e pelo pouco acesso aos direitos trabalhistas.

De fato, se as diaristas sentem-se com um grau de autonomia com um dimensionamento maior que as empregadas domésticas, também são corriqueiramente castigadas com a falta de oferta de trabalho que por vezes acarretam ao não cumprimento dos seus encargos previdenciários.

Em que pese à alarmante situação de desproteção a que estão expostas tanto as “diaristas” quanto as “mensalistas”, as primeiras ainda mais que as últimas, a comparação entre essas duas formas de trabalho doméstico remunerado parece indicar uma lenta transformação do modelo de arranjo laboral no âmbito doméstico.

Aqui, cabem algumas ponderações importantes.

A classe trabalhadora, em sua maioria, é muito prejudicada pelos arranjos laborais mais flexíveis, que geram instabilidade, comprometem direitos e aumentam a vulnerabilidade. Os números da PNAD sobre as trabalhadoras em mais de um domicílio indicam que essa situação se reproduz no caso do emprego doméstico.

Um indicativo dessa situação pode ser encontrado na resposta à questão da Pesquisa Mensal de Emprego (PME - IBGE) sobre se o(a) trabalhador(a) gostaria de trabalhar mais. Uma proporção de 15,6% das diaristas respondeu, em junho de 2009, que gostaria de trabalhar mais, sendo que, entre as mensalistas, somente 6,4% pensam o mesmo e, no total de ocupados, somente 4,9% acreditam que não trabalharam o suficiente. Os dados são somente para as regiões metropolitanas pesquisadas pela PME, mas indicam que, ainda que não majoritariamente, as diaristas têm jornadas insuficientes de trabalho que não são fruto de uma opção pessoal.

Oportunidade de estudo: das entrevistadas, 16 pararam de estudar no nível fundamental, sendo que apenas 4 ainda frequentam a escola pública e destas somente uma começa a frequentar o nível médio. Observa-se a baixa escolaridade das meninas. Uma delas, “Y”, de 17 anos, estuda a 2ª série do ensino fundamental, refletindo a defasagem e atraso entre a série cursada e a idade escolar.

Questionadas sobre o porquê do não retorno à escola, respondem imediatamente que a jornada de trabalho impede o acesso por ser excessivo; lamentam a falta desta possibilidade.

“M” 17 (dezessete) anos estuda à noite, faz o primeiro ano do ensino médio, uma situação incomum entre as empregadas domésticas entrevistadas. Mas diz que “estuda por não ter o que fazer”, porque acha que somente um curso bom (reportava ao curso universitário) poderia lhe dar uma vida melhor e isto é uma possibilidade que ela considera muito distante de sua realidade, pois além de ser muito difícil entrar numa universidade pública, também não vê como poderia arcar com os custos de transporte, livros e material; ela faz a reflexão. Ao final do dia de labor sente muito cansaço, daí acumula muitas faltas e quando assiste às aulas

sente que o seu rendimento não está muito bom, e continua declarando:

vou pra escola à noite, pra não ter de ficar trabalhando. Pois, em casa, não tem hora de trabalho. É a desculpa que não tem como a patroa impedir a nossa saída. Mas não tenho muito proveito nisso, não. Queria poder estudar num colégio bom. Aula à noite dá sono. A gente acaba não acompanhando, mas também, com que tempo?

Por tudo isto, mesmo não gostando do que faz, acha que o emprego doméstico continuará sendo a opção de trabalho compatível para ela, dentro dessa realidade atual.

Quanto à relação trabalho/escola e o trabalho infanto-juvenil, ocorre uma relação de afetação à escolarização. O trabalho infantil tem reflexos na taxa de frequência na escola. É o que demonstram os dados do IBGE, onde podem ser observadas as diferenças entre as taxas de escolarização das crianças e adolescentes ocupados e não-ocupados, que são mais significativas, especialmente para aqueles com 14 a 17 anos de idade, correspondendo à faixa etária com maior nível da ocupação (26,2%).

Em relação a 2006, houve queda na taxa de escolarização das crianças e adolescentes ocupados de 5 a 17 anos de idade (de 81,0% para 80,0%), sobretudo nas faixas de 5 a 13 anos e 16 ou 17 anos de idade. Importante registrar que este comportamento não se configurou entre os não-ocupados. A redução na taxa de escolarização das crianças e adolescentes ocupadas pode ser explicada pela redução expressiva do contingente de ocupados (IBGE/PNAD, 2007).

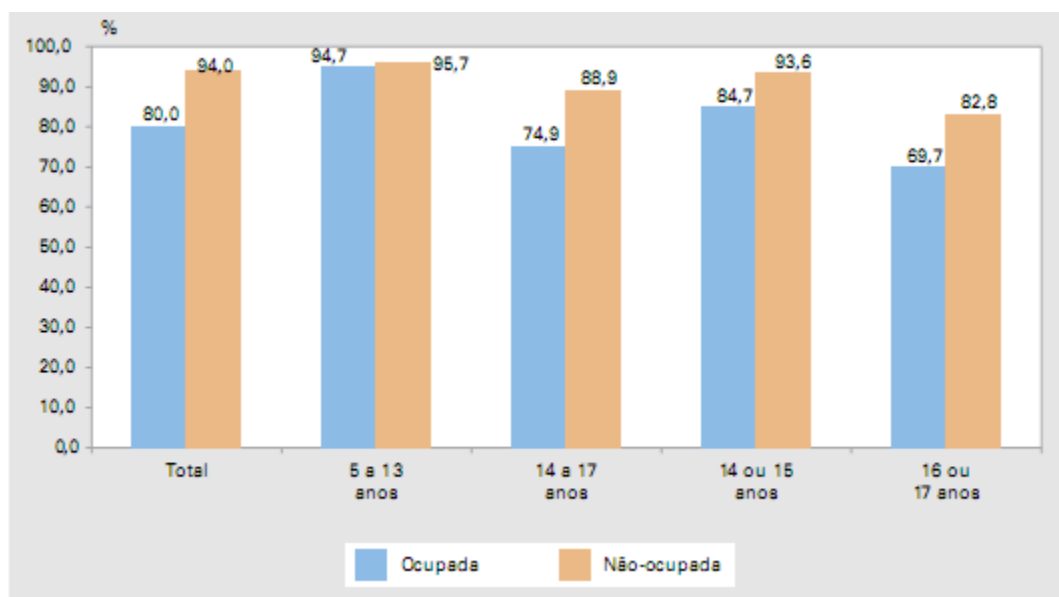


Gráfico 09 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por situação de ocupação na semana de referência, segundo os grupos de idade Brasil – 2007

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

A escolaridade das trabalhadoras domésticas aumentou nos últimos anos. Passou-se de 4,45 anos de estudo em média, em 1998, para 5,94 anos, de acordo com a PNAD 2008. Esse movimento é coerente com o incremento de escolaridade da população brasileira como um todo, especialmente entre os mais jovens. No caso das jovens de 18 a 29 anos, especialmente no grupo de 18 a 24, o pequeno mas crescente aumento da escolaridade pode indicar uma expectativa de novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, diferentes do socialmente desvalorizado trabalho doméstico. Este, com baixas remunerações, alto grau de precarização e carregado de estigmas, parece se configurar como alternativa momentânea somente na ausência de outras oportunidades. Assim, apesar das dificuldades encontradas pelos(a) jovens de se colocarem no mercado de trabalho— como revelam as elevadas taxas de desemprego nesse grupo —, a ocupação no trabalho doméstico parece ser cada vez mais rechaçada por eles(as). Com isso, as trabalhadoras com 45 anos ou mais ultrapassaram 30% da categoria em 2008, conforme gráfico a seguir.

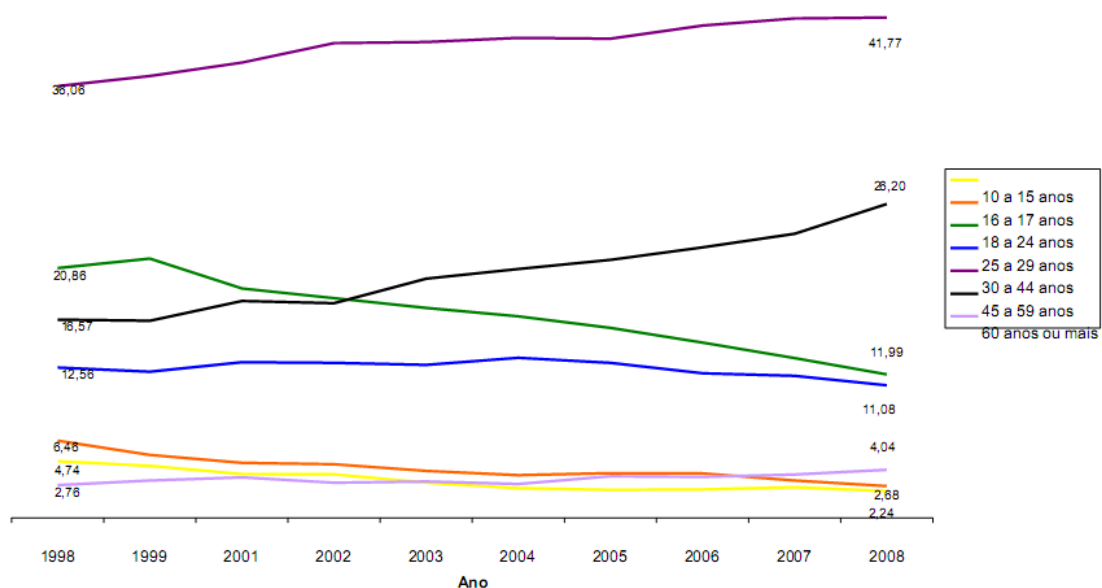


Gráfico 10 - Distribuição percentual das trabalhadoras domésticas por faixas etárias Brasil, 1998-2008

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

As normas internacionais consagram a importância da educação como ferramenta para o desenvolvimento das habilidades da criança e do adolescente, impondo aos Estados o dever de fixar idade mínima para admissão no emprego compatível com tal premissa. Assim é que a Convenção dos Direitos da Criança (art. 32, § 2º), o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 10, § 3º), o Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos na Área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 7º, § 1º) e a Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho (art. 2º), soam uníssonas na proteção do direito de crianças e adolescentes à educação. Este último diploma estabelece o princípio de que nenhum trabalho será permitido antes da idade legalmente prevista para o término da educação compulsória, assegurando ainda aos que ultrapassaram tal idade, mas ainda não concluíram o ensino obrigatório, o direito a exercer trabalhos de natureza leve e compatíveis com a frequência escolar (art. 7º, § 2º). Resta clara a opção do Direito Internacional pelo tratamento da educação como ferramenta para o desenvolvimento da criança e do adolescente, pelo menos até que tenham adquirido a maturidade e as competências básicas necessárias ao ingresso no mundo do trabalho.

O trabalho precoce geralmente promove efeitos negativos no desenvolvimento físico e educacional, impedindo o jovem de dedicar-se a atividades extracurriculares, como atividades lúdicas e sociais próprias da idade, trazendo isolamento dos jovens entre seus pares e familiares, bem como sendo responsável pelo atraso escolar. Esses danos são de difícil superação porque há um tempo certo para vivenciar as várias etapas da formação da adolescência.

Mesmo não sendo a jornada de trabalho coincidente com o horário escolar, os estudos fora desse horário ficam prejudicados, afetando o rendimento escolar. O sono dos adolescentes fica prejudicado devido aos horários de entrada na escola e à fadiga causada pelo trabalho, além de aumentar os riscos de acidentes decorrentes da sonolência durante o trabalho. O padrão do ciclo vigília-sono típico de adolescentes (dormir e acordar em horários mais tardios) fica alterado pelo fato de os jovens trabalharem e estudarem. Essa dupla jornada obriga os

adolescentes a acordarem muito cedo e dormirem tarde, contribuindo para uma redução crônica da duração do seu sono noturno e pela percepção de cansaço crônico. Acrescenta-se a este fato a diminuição no tempo utilizado para realizar as tarefas escolares, impedindo o estudante trabalhador de se dedicar com mais afinco aos estudos dentro e fora do período escolar. Os débitos de sono podem ser responsáveis pelos problemas de atenção e concentração durante as aulas, com risco de baixo nível de desempenho escolar, além da maior incidência de uso de substâncias estimulantes.

Motivo do trabalho precoce: a maior parte afirma que a principal causa é a necessidade econômica; trabalham para ajudar a família ou o autossustento. As adolescentes relatam a ideia de criar independência, ter autonomia para conseguir suas próprias coisas, ter um lugar melhor para viver.

Questionada sobre por que o primeiro emprego ser o trabalho doméstico, respondeu “R”:

Eu procurei outro, sim. Mas pra você começar, tem que ter documentos, ter estudo, alguns até experiência. Tem que sabe ler bem e escrever direito. Fazer tudo certo. Aí fico desarmada, parei na quarta série, não tenho qualidade, o único serviço com aceitação, foi esse mesmo de doméstica.

A falta de outras perspectivas no campo de trabalho faz do emprego doméstico uma “opção” para as adolescentes das classes trabalhadoras, tão imperativa que o torna uma “sina” no transcurso de vida deste grupo, tomando emprestado uma expressão que é propalada a todo instante. Isto por que, sendo de fato uma situação difícil de aceitar – pois nenhuma das entrevistadas quer ser empregada doméstica, por opção – é ao mesmo tempo, difícil de se negar a sê-la ou até mesmo de se desligar, dadas as condições do mercado de trabalho.

O sentido atribuído ao ser criança, adolescente ou jovem varia de uma sociedade histórica para outra e também é diferenciado de um grupo social para outro. Como afirma Bourdieu,

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos “jovens” que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica,

fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. (1983, p. 113).

Trabalhar ou não trabalhar não é pouca diferença em uma sociedade que cresceu com o perfil paternalista como a brasileira e que se ampliou com base na industrialização e expansão do mercado de trabalho, onde o Estado não oferece as garantias sociais mínimas previstas inclusive constitucionalmente, ficando estas a cargo dos indivíduos que a conquistam através do trabalho.

O trabalho de crianças e adolescentes é uma prática mais ou menos comum no universo das famílias das classes trabalhadoras.

Um dos principais reflexos de importantes estudos sociológicos e antropológicos sobre o trabalho infanto-juvenil foi o de desmistificá-lo como condição originária imediata e quase exclusiva da necessidade econômica destas famílias, considerando-o como parte das relações de solidariedade no interior da família.

Aceitando esta proposição, é possível considerar o trabalho infantil não como opressão dos pais sobre os filhos, mas como prática social simbólica, que carrega o sentido de ato de reciprocidade dos filhos para os pais, de uma contribuição efetiva para o projeto familiar de reprodução e mobilidade social (MADEIRA, 1997 e HEILBORN, 1997).

Sendo assim, explica-se por que nas classes trabalhadoras o trabalho das crianças e adolescentes adquire naturalidade, o que não implica na negação da escolarização, mas considerando ambos os fatores como complementares na preparação destes para o trabalho e, ainda, como um novo componente, como forma de proteção contra o ócio, visto como a porta de entrada para a violência e a criminalidade.

Importante salientar que enquanto para a criança o trabalho tem como maior significado poder ajudar os pais, para o adolescente o trabalho é mais significativo pela possibilidade dele ter acesso ao mercado enquanto consumidor e não apenas como trabalhador, fruto da massificação midiática. Isto é, a cultura do consumo, a pseudocondição de autonomia são condicionados como símbolos da juventude – o tênis, o som, a roupa – ou ainda como símbolos de ascensão social do jovem, como a moto e o carro.

Se não fosse doméstica, qual profissão gostaria de exercer:
Conversamos com “Iva” trabalha como empregada doméstica desde os 15 anos de idade. Ela nos conta que seus pais não tinham condições, e a falta de melhores

oportunidades fez com que ela começasse a trabalhar na profissão de doméstica para sobreviver. “Iva” é casada, tem um casal de filhos e gostaria de ser professora. Nas suas horas de lazer, de folga, gosta de ir à Igreja, ao shopping e de “sair sem rumo”. Trabalha de carteira assinada e tem uma relação boa com a sua patroa. “Tipo uma mãe”. Mas nos garante que para essa relação ser favorável “tem que ter limites, tem que ter respeito. Respeitar é importante”.

“Jé”, quando tem um tempo só para si, gosta de cozinhar e arrumar a casa. Está na profissão de empregada doméstica há 15 anos. Por que ser empregada doméstica? “Aconteceu”. Ela conta que uma amiga arrumou o primeiro emprego e ela não desperdiçou a oportunidade. É evangélica, casada, tem duas filhas e sonha em ser nutricionista. No momento está desempregada.

5 DOMÉSTICAS – O FILME, VISTO PELAS DOMÉSTICAS – FICÇÃO E REALIDADE SE ASSEMELHAM?

5.1 – DOMÉSTICAS: O FILME

Domésticas – o filme é o primeiro longa-metragem do cineasta Fernando Meirelles, realizado enquanto o diretor paulista preparava o roteiro de Cidade de Deus, seu segundo filme, que lhe rendeu quatro indicações (diretor, roteiro adaptado, montagem e fotografia) ao Oscar, premiações nos festivais de Havana, Cannes, entre outros, e também prêmios em importantes festivais brasileiros. Isso tornou Meirelles conhecido no Brasil e no exterior. Durante os dois anos de preparação do roteiro de Cidade de Deus, Meirelles assistiu à peça de teatro, Domésticas, de Renata Melo, e viu que valia a pena filmar aquela história.

Domésticas, o título simples e eficaz, já demonstra tudo. Trata-se de uma ficção que narra um pouco do cotidiano dessas mulheres que labutam no dia-a-dia dos serviços domésticos, dentro do espaço privado residencial. Demonstra também as nuances da rotina dessas mulheres, também evidenciando o conflito entre as classes sociais que permeiam o dia-a-dia dessas personagens; o relacionamento entre domésticas e patroas, as relações familiares e os conflitos com suas origens.

Roxane, Raimunda, Quitéria, Créó e Cida. Quem são essas batalhadoras? Como e por que se tornaram empregadas domésticas? Como é ser empregada doméstica? Na intenção de levantar questões acerca destas e outras indagações, elaboraremos um perfil de quem são as personagens principais de Domésticas – o filme, com direção de Fernando Meirelles e Nando Olival. A ficção retrata a realidade?



Figura 1 – Capa do DVD – Domésticas – o filme

Fonte: disponível em:

<http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/domesticas/domesticas-poster01.jpg>

Interessante também como ele foi apresentado ao público, ou seja, a capa do seu do DVD (ou VHS). O cartaz traz os objetos diariamente utilizados nos serviços domésticos: um esfregão colocado de cabo para baixo e duas luvas de borracha de cor laranja, dispostas em perpendicular, representando no nosso sentir, um corpo (a própria doméstica). A luz sobre ela incidente projeta uma cruz sugerindo o calvário a que são submetidas às domésticas nas suas relações interpessoais nos ambientes residenciais, a sina da profissão de doméstica, o seu fardo. Ao fundo de cerâmica (remetendo a um piso) e o título da película escrito com uma grafia que sugere o estado de alfabetização de quem escreveu. Leia-se, letras de quem está aprendendo a escrever.

Na maior parte do filme, as empregadas domésticas estão situadas nos espaços domésticos. Geralmente, nas áreas de serviço, cozinhas e quartos de empregada. Outro cenário bastante utilizado, como um tipo de fio condutor da

narrativa é o ônibus. Principal condução dessas mulheres, no filme, esse meio de transporte é o lugar por vezes comum aos principais personagens, onde ocorreram encontros, desencontros, desabafos e construções do imaginário coletivo.

5.2 GRUPO FOCAL – ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

Neste tipo de estratégia de análise, observamos através da obra cinematográfica *Domésticas* – o filme, de Fernando Meirelles e Nando Olival, e pontuamos sua interpretação junto ao grupo de empregadas domésticas de um condomínio residencial na cidade de Aracaju/SE. O objetivo era perceber as reflexões advindas de pessoas que mantêm diariamente uma convivência nos ambientes domésticos em comparação com a representação fictícia apresentada na película.

A técnica de entrevista com grupo focal foi escolhida como o instrumento hábil que tínhamos em mãos para proporcionar interações em grupo. Além disso, nos facilita a compreensão da natural construção da realidade pelas empregadas domésticas. O grupo equivale a uma pequena amostragem seletiva da categoria trabalhista que é o foco de nossa pesquisa. Bernardete Angelina Gatti (2005) nos explica melhor.

A técnica é muito útil quando se está interessado em compreender as diferenças existentes em perspectivas, ideias, sentimentos, representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas, bem como compreender os fatores que os influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos (GATTI, 2005, p.14).

Antes de fomentar o impulso de agilizarmos a construção deste grupo, realizamos uma reflexão sobre a técnica de grupo focal e decidimos agrupar, no máximo, dez participantes, pois um número maior de espectadores inviabilizaria a discussão proposta depois da exibição do filme. Um número maior de entrevistadas poderia prejudicar a percepção dos detalhes corporais, e do ponto de vista substancial, não se correria o risco de não se aprofundar no debate.

O critério para escolha das domésticas foi o seguinte: um grupo foi formado com mulheres que trabalham num condomínio residencial, haja vista facilitar o agrupamento dessas pessoas, pois não teriam que se deslocar; bastaria

irem ao salão de festas, onde seria projetado o filme. Também, neste ambiente, a operacionalidade técnica era ideal, bastava apenas um notebook, projetor, caixas acústicas e o filme.

Assim sendo, a nossa intenção com esse grupo era a de avançar na observação de como as domésticas de “carne e osso” se viam realmente representadas pelos personagens fictícios, qual o processo de identificação, quais as críticas, quais as surpresas.

Numa primeira conversa, pedimos para que essas mulheres respondessem oralmente a uma pergunta simples: o que você mais gosta e o que você menos gosta em ser doméstica? Este debate preliminar foi feito apenas para quebrar o gelo do momento e também para que todas percebessem que suas opiniões eram importantes e fosse criada uma atmosfera apta para recepcionar o filme.

Terminado o filme (fizemos uma película com algumas reduções, restando o conteúdo de uma hora), começou o debate. Nosso papel na discussão foi de facilitador, cabendo-nos lançar a forma e os temas a serem debatidos, com o intuito de orientar e estimular a discussão entre as entrevistadas; os assuntos abordados eram referentes ao filme. O questionário foi flexível, de modo a abranger temas reflexos ao debate original.

A observação participante foi de grande utilidade para se entender o código utilizado pelas entrevistadas, como também hábitos e outras peculiaridades. A história de vida foi outro instrumento utilizado pontualmente, quando havia uma maior interação entre a realidade de alguma doméstica e a representação mostrada na película.

Buscamos observar as percepções corporais e expressões faciais na assistência ao filme em estudo pelas empregadas domésticas e como estas mulheres se inserem em relações de poder estruturais e históricas, que logo são aviltadas pelas práticas das relações interpessoais.

A análise das percepções mostrou-se um recurso interessante neste sentido. Cabe esclarecer que, nesta pesquisa, a análise das percepções trazidas pelas empregadas domésticas foi usada como ferramenta metodológica, sem a pretensão de exaurir este vasto campo teórico-metodológico, até pelo pequeno quantitativo analisado.

Percebemos que ao conceber o filme e escrever seu roteiro, o diretor e os

roteiristas perfilharam o cuidado pela manutenção da aproximação entre a ficção e a realidade abordada. No grupo focal, procuramos investigar se o filme mostra uma realidade satisfatória para as mulheres que se viram documentadas na película. Depois de algumas explicações, o grupo sinalizou que o filme avizinha-se do seu dia-a-dia, todavia, foram acrescentadas observações de quem, de fato, vivencia a realidade do emprego doméstico. Para subsidiar o objeto de estudo, nos utilizamos de conceitos sociológicos elementares, tais como identidade, subjetividade, representação. Os vieses da representação social e do imaginário coletivo também foram utilizados por estarem diretamente relacionados com o contexto do tema em foco. A técnica de grupo focal aplicada de maneira mais aberta possibilitou uma melhor interação com as entrevistadas. Ao entregar-se ao processo de observação assistida de um filme, o espectador torna-se um agente ativo; assim agindo, não “recebe” passivamente o filme, pelo contrário, ele o recria e o interpreta a partir de sua sensibilidade e experiência. Um filme depende do olhar de seu espectador para ser interpretado, mas dita regras e modelos de comportamento, pois traz consigo os valores dos que custeiam sua produção, dando sentido a um discurso específico.

Quando entendemos a forma como o real é representado fica mais fácil observar e tentar definir o processo de construção das identidades. Assim, nos referimos à identidade das empregadas domésticas representadas pelas personagens principais do filme de Meirelles.

A forma mais elementar e indicada para se chegar à identidade é através da diferença. Tudo o que é diferente e que falta no “outro” faz parte do processo de construção da identidade. Todavia, sabemos que a identidade está mediada por símbolos e que “existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa” (SILVA, 2005, p.10). Como também, pelo que a pessoa come, lugares que frequenta e como se comporta. Nesse ponto houve a necessidade de uma leitura do filme em estudo na intenção de levantar características que começassem a formular essa identidade que é representada pela película. Assim, tivemos um parâmetro a ser observado durante o trabalho de campo.

Falar em identificação, conceito que tem origem na psicanálise, nos permite descrever “o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades” (SILVA, 2005, p.18).

Entendemos que é pela identificação que a relação do filme com quem

está assistindo começa a existir. De maneira que a película em estudo trata do cotidiano de empregadas domésticas em determinado contexto específico. Acreditamos que quando a produção for exibida para um grupo de domésticas em outro contexto, não mais aquele da ficção, pode haver uma identificação entre as pessoas que assistem ao filme e as personagens que fazem parte do enredo da película.

Após a passagem do filme se fez uma pequena exposição sobre os sentimentos e dilemas pessoais e profissionais, com o objetivo de lembrar os fatos abordados no filme, sem, contudo, analisá-los em profundidade com relação a cada personagem principal. Destacamos o fato de Roxane não se conformar em ser doméstica; Créo e a sua vocação religiosa e o desejo de que sua filha Kelly volte para casa; Rai em busca de um amor eterno; Cida sonhar em ser amada verdadeiramente; e Quitéria deseja, enfim, encontrar um emprego em que consiga restabelecer-se por algum tempo. Gostaríamos de pontuar que esses são os desejos e sonhos que sobressaem, durante a narrativa, na vida de cada uma dessas personagens; obviamente não dimensionamos todos os aspectos subjetivos evidência no elo central de cada personagem, bem mais complexas e que não as poderíamos resumir assim, em pouco tempo e esparsas linhas.

O que essas personagens querem é o mesmo que desejam as empregadas domésticas de condomínios de Aracaju/SE? Elas se identificam com a representação do filme? Quais são as diferenças entre a realidade e a ficção? Essas questões são importantes na tentativa de fazermos uma fotografia sociológica, tanto do filme, quanto da interação das domésticas durante o debate do filme assistido.

Embora fictício, o cenário construído no filme também é uma forma de mostrar as diferenças de classes e as formas com que as empregadas domésticas são expostas à submissão e estigmatizadas. Logo, estas semelhanças estão sempre sendo colocadas à prova, refutadas ou recepcionadas a contento.

É fundamental perceber que as personagens representadas no filme estão fora de lugar, logo estão num momento de desapego a sua terra de origem, de seus “lugares”, em busca de seus novos horizontes, embriagadas pela ânsia de melhorar suas vidas.

Ao chegarem aos grandes centros para trabalhar, ocorre o choque de identidades e a partir de então, se faz necessário incorporar novos símbolos, linguagens, atitudes e características desses novos locais. Para que elas se

identifiquem com a nova vida, elas precisam aprender a desaprender e enquadrar-se ao novo contexto. Assim, “elas devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (HALL, 2005, p.89).

Importante retornar ao fato histórico construído que envolve o trabalho doméstico inculcado na sociedade brasileira, todo um senso comum que dialoga com o período escravagista, com o lugar da mulher na sociedade, com a exclusão social.

5.3 DOMÉSTICAS – O FILME E SUA REPERCUSSÃO JUNTO AO GRUPO DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS

A intenção do facilitador foi levantar a discussão dos referidos temas com as entrevistadas, saber qual a opinião delas acerca desses assuntos e de como foram mostrados na película. Descrevo a seguir os resultados obtidos.

Trata-se de um grupo de sete empregadas de diferentes idades, raças e origens. Tinham em comum trabalhar no mesmo condomínio residencial. Não foi difícil encontrá-las, já que a maioria permanece no período da tarde, a tomar conta dos filhos de seus patrões ou até mesmo para conversar com as outras domésticas. Explicou-se do que se tratava (um estudo), ressaltamos que demoraria em torno de três horas, elas solicitaram que fosse à noite para não atrapalhar o serviço, e assim foi arranjado. No dia marcado, no salão de festas, assistimos ao filme e depois conversamos sobre o que lhes chamou mais a atenção.

Durante a exibição do filme, observamos que algumas mulheres estavam ansiosas, acredito devido ao fato da responsabilidade de responder sobre o filme ao final. Todavia, começaram a interagir, pois a maioria já se conhecia do condomínio. Foi distribuído caneta e papel para que elas, se quisessem, escrevessem pequenas observações sobre o que mais lhes chamou a atenção. Este estado de preocupação inicial quase foi superado com a sucessão de cenas do filme. Mas, sem sombra de dúvidas, uma coisa ficou evidente: elas se divertiram muito. Muitas risadas, cutucadas, olhavam-se a todo tempo. Quase não se via repulsa ao filme, talvez uma certa surpresa na atitude de alguns personagens, mas nada que fosse percebido como repugnante pelas observadoras. Apenas uma das domésticas presentes já

tinha assistido ao filme; questionado onde, respondera que na casa de uma das patroas que era professora.

Naturalmente, apontaram momentos do filme dos quais não gostaram muito, outras fizeram observações substanciais. Assim que começamos a falar sobre Domésticas – o filme, logo uma questão apareceu como preliminar ao debate: “Por que não mostrou às patroas?” Após a oposição deste fato, e decerto verdadeiro, observado por uma delas, as demais se sentiram à vontade para “bombardear” de questionamentos. Fizemos uma pequena parada e prometemos debater todos os comentários, porém, cada uma por vez. “Cé”, ao levantar o dedo, foi logo acrescentando: “O que não mostrou no filme foi só a patroa maltratando a empregada. Porque o resto tava tudo. Porque ali no filme tinha de ter a patroa e a empregada, mas só mostrou a empregada. Eu acho que tinha de ter os patrões ali com a empregada”.

“Si” complementa que o desgaste da relação entre domésticas e seus patrões faz parte da realidade do dia-a-dia da empregada doméstica e que, por este motivo, o filme, para realmente aproximar-se da rotina e da realidade foi deficiente nesta parte. Questionadas qual seria a razão pela qual o roteirista do filme focou somente as domésticas como atrizes principais, não obtive resposta.

Lembramos a cena em que Roxane menciona que ser empregada doméstica é uma sina. Esperamos comentários. “Ri” entende ser uma espécie de preconceito com a profissão. “Encaro como uma profissão como outra qualquer. “Jé” vê a doméstica como emprego igual aos demais. “Eu não sinto vergonha não. “Porque se você tiver seu dinheiro você compra roupa boa, compra as coisas que você vê os outros usando”. Complementa, “Às vezes tem gente que estuda tanto e não dá sorte de encontrar um emprego. E às vezes tem gente que não estuda e tem um emprego bom, até no estrangeiro, basta sorte, de repente eu vejo passando na televisão gente formada e indo ser doméstica fora, para os Estados Unidos... Então depende, às vezes a formatura é ruim aqui e o bom é ser doméstica lá.” Começa a rir.

Outro ponto interessantíssimo apontado por “Jé”, demonstrando inclusive, um ar de discriminada, foi devido ao fato de, no filme, só serem mostradas as empregadas se relacionado com homens cujos empregos e função não tinham muito valor social. “Só gente que tem emprego que não precisa ter muito estudo, a gente não só conversa com gari e porteiro, quem mais canta a gente são os coroas com

dinheiro, eles querem nos dar vida boa, só que querem ter mais de uma”. “Si”, concordando com a colega acrescenta que “nós temos condições de namorar gente com mais condição sim, hoje isso tá mais fácil”. “Ri” informa, com certa indignação, o seu desdém com esta parte do filme: “Eu também não acho que os únicos homens que olham são esses. Eu acho o filme muito baixo, quer queimar nosso filme.”

Com certa cautela tocamos na questão relatada num certo momento da película sobre a questão de raça. “Ri” já assumindo uma postura de representante da turma, relata: “A maioria das domésticas que conheço são pessoas de “cor”, observe aqui. Não vejo nenhuma loirinha lá sendo doméstica, né? Nem aqui no condomínio. Então é a realidade do nosso país mesmo”. “Be” faz uma observação de arrancar risos do grupo: “a única branquinha que tinha no filme, foi escolhida pra ser atriz ou modelo, um dos dois, né?”.

Quitéria. Essa é a personagem que mais possui semelhanças com as entrevistadas. Seja de forma indireta, como no caso de “Si”. “Logo quando começou a cena com Quitéria, a maioria apontava para mim. Mas eu não tenho problema em arrumar emprego não”, comentou rindo. Transpareceu identificar-se com a personagem e até mesmo admirá-la. “Li” resolveu abrir mão da sua timidez para abordar um aspecto inerente a sua pessoa: a ingenuidade. “Ah, no começo, quando eu cheguei pra cá. Eu era meio assim. Depois é que eu fui ficando mais esperta. Apanhei muito”. “Be” também se engraçou com Quitéria. “Quando eu comecei a trabalhar, não tinha experiência alguma, errava muito, pois acertar os gostos dos patrões é difícil para quem não teve orientação. Às vezes me aguentavam só uma semana, pronto, era o suficiente. Com o tempo, não, fui segurando os empregos. Também era muito rebelde”. Neste momento ela parece demonstrar a dificuldade de adequação aos novos hábitos e regras, aos novos costumes familiares, às regras de convivência. Porém, para surpresa das demais e também alguma identificação, diante da confissão de “Be”, “Cé” contrapõe: “Eu não faço tudo o que o patrão manda. Ele fala assim: Célia faz isso assim, assim, eu enrolo, enrolo, enrolo e não faço. Passo o dia todo e eu não faço”. Nesta observação encontrei uma nítida distinção, na vontade em não querer acertar, o rancor da sua profissão, a confusão em se sentir submissa com a questão de cumprir bem sua função.

“Ri” identificou-se com a personagem Créo. Imagino que isto decorra do fato de ser mãe, de transparecer.

“Iva” nos relembra uma conotação importante: o fato de Roxane não

gostar de ser doméstica e sua eterna vontade de mudar de profissão.

A trilha sonora chamou a atenção das entrevistadas. Quando foi questionado se tinham gostado, logo ocorreu contestação, por se tratar de música brega. Mas, imediatamente “Be” de maneira corajosa, insiste: “A verdade é que a maioria das domésticas gosta desse tipo de música. A gente só escuta isso nas rádios.”

“Jé” argumentou que no filme as empregadas domésticas não trabalham muito como no dia-a-dia. Ela notou que nesse sentido o filme não demonstrou a quantidade de trabalho que elas perfazem durante sua rotina. “Ri” concordou com a colega. “Empregada não conversa tanto que nem elas conversam ali”. “Be”, entretanto, retrucou “hoje em dia a realidade é mais diferente no serviço. Hoje tem máquina de lavar, tem até máquina de passar, tem de lavar louça, né? Imagine que antigamente quando se trabalhava em casa, varrer pátio, lavar na mão, cuidar de animal, hoje no apartamento não tem isso não. Quem for inteligente pode até arranjar um tempo pra estudar. Agora o que atrapalha mesmo é menino pequeno. Isso é trabalho pra toda hora.”

Em algum ponto do filme depara-se com insinuações de pequenos furtos, percebendo-se que as patroas não pensam duas vezes em acusar as empregadas. Indignada com essa situação mostrada, “Cé” manifestou-se. “Já que a gente tá sendo tão aberta aqui, vou dizer: por mais boa que seja a patroa, ela não confia em você. Você é a estranha da casa. Se some algo, alguém não sabe onde deixou, todo mundo pensa: só quem pode ter pego isso é a empregada. É como aconteceu no filme, continua a comparação: às vezes cai a roupa pelo lado de dentro, quando pega a roupa na gaveta, aí ninguém vai perder tempo procurando, então de quem é a culpa? E quando dinheiro some? Nossa Senhora. Pra não dizer que foi roubo, perguntam: você deu isso a alguém? Isso dá um ódio.”

“Li” pondera: “espere aí. Não é só patrão que é gente ruim não. Tem muita empregada sem caráter, que usa tudo da patroa. Tem gente boa e ruim. Tanto de um lado quanto do outro.”

Para suprir nossa curiosidade, apontamos um fato que nos chamou atenção no filme quando vemos uma cena em que Créo prepara-se para dormir. Após uma pequena arrumação, no final do procedimento ela baixa uma cama desmontável (lembrando uma tábua de passar) e, após todo este ritual, deita-se.

“Isso é a realidade, tá? Principalmente quando se mora em apartamento,

o quarto da empregada sempre é pequeno, quando tem viu... já dormi em colchonete, pois nem quarto tinha. E o pior, tudo que não querem, tudo que não presta tá ali dentro. Aí você vai ter de conviver ali. Sem escolha”. Complementa “Cí” “Humilhante. Muito humilhante. Eles se aproveitam muito das empregadas”. Todavia, nem todas assim enxergam: “Eu nunca tive problema nenhum. E eu já dormi, assim, em quartinho, mas era fora da casa, distante, e era um quartinho normal, bom, com cama, televisão. O banheirinho lá dentro. Fora da casa. Não era tão desconfortável não”. Ao final, após duas horas de debates, por perceber já o evidente cansaço, questionei se todas dormiam na residência onde trabalhavam. Apenas uma dormia, pois a patroa tinha filho pequeno. Observei que essa era a forma de evitar esse problema e também significava ter por algum tempo o seu próprio espaço, ou seja, sem ser o espaço da “casa dos outros”.

5.4 - APRECIÇÕES SOBRE O DISCURSO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Várias participantes do grupo se assemelharam com a personagem Créo, principalmente as que tinham filhos. Acredito que pelos tipos de atitudes proporcionadas pela doméstica do filme. Créo é o enquadramento da típica empregada doméstica da classe média. Usa uniforme, discreta, tem consciência da importância da fé para o seu trabalho. Também se denota o processo de hereditarização da profissão. No filme, Créo pressiona a filha Kelly para trabalhar numa casa de família, isto é, ser doméstica.

Quitéria visivelmente tornou-se a favorita entre as empregadas domésticas entrevistadas. A grande maioria das mulheres com quem conversamos se identificou com a personagem Quitéria. O fato de a personagem ser a mais atrapalhada e estar sempre envolvida em alguma confusão no local de trabalho possibilitou uma identificação com o processo de reação, de desobediência, de não-domesticação. Mas a questão crucial aqui é o fato de a maioria das entrevistadas ter saído de outras cidades ou quando do mesmo município, sofrer o choque de culturas, de classe social. Este processo de assimilação de novas culturas, de torques de vida diferentes, de processos educacionais distintos nos remete a Stuart Hall, quando o autor nos fala no conceito de homens traduzidos. Esses homens são frutos das diásporas contemporâneas e precisam negociar as culturas que carregam, dependendo dos locais onde habitam. E, por conseguinte, também

negociam as identidades que são formadas durante o percurso de suas vidas. O que resta evidente é a mixagem da identidade originária com a adaptação dos novos hábitos e o renovado processo de socialização.

O amor é caminho, solidificado na paixão pelo companheiro e o amor-próprio são os dois vieses que nos foram visualizados no debate. Rai é a personagem romântica por essência, busca através do companheirismo, a felicidade. Cida tinha um marido que não proporcionava momentos felizes, mas não sucumbiu e foi à procura de um novo amor que revitalizasse suas energias. Estes personagens são refletidos em algumas entrevistadas; em alguns pontos, foram passados casos em que algumas dessas mulheres perderam a vaidade, o cuidado consigo mesmas. "R" chegou a ponderar que tinha perdido sua autoestima. Mas por que isso ocorreu? Acreditamos no fato de trabalhar muito e não ver a valorização do que faz; acrescente-se a rotineira exclusão ou de escutar histórias de discriminação em decorrência de trabalhar como empregada doméstica.

Muitas empregadas domésticas procuram outra forma de sustento que não seja trabalhar como doméstica, assim como a personagem Roxane faz na película. Para algumas, não é fácil descobrir outras formas de ganhar dinheiro; para outras, vale a pena perder parte de suas horas de folga fazendo cursos ou estudando para terminar o colegial.

Todavia, há também aquelas que gostam de ser empregadas domésticas e que consideram o trabalho doméstico uma profissão digna, como outra qualquer.

A justificativa de ser empregada doméstica, para essas mulheres, é o fato de não terem estudado suficientemente para seguir outra profissão, de não terem capacidade. Algumas domésticas estão se empenhando e tentando terminar os estudos.

O que verificamos, contudo, foi o processo de assimilação do fracasso, a absorção da inferioridade de classe, uma profissão de desvalor no mercado. Preciosas neste passo as lições de Souza:

É o mecanismo de opacidade e de naturalização da inferioridade que faz parecer à própria vítima do preconceito, seja ele de classe, gênero ou cor, que o seu fracasso é pessoal, merecido e justificável. É, portanto, a "ideologia do desempenho", implícita na economia emocional baseada na disciplina do corpo pela racionalidade do cálculo instrumental e no trabalho útil e produtivo segundo as demandas crescentes de mercado e Estado, que será a base secreta de todo o mecanismo que classifica indivíduos e classes em superiores e inferiores, em cidadãos e subcidadãos, e, no limite, em

gente e não-gente. (SOUZA, 2006, p.1)

As gerações que nascem sob o berço dessas práticas disciplinarizadoras já consolidadas institucionalmente, nesse modelo envolvente de hierarquizar os seres humanos, assumem a forma naturalizada de uma realidade construída como óbvia que dispensa justificção. Responder aos legitimados do Estado e mercado passa a ser tão óbvio e natural fazendo assim parte do cotidiano, opaco e invisível.

A visão que fica é que, quer gostem ou não do trabalho doméstico, ele é sentido como um trabalho sem valor, sem futuro, um trabalho que não é reconhecido socialmente, a começar por aqueles a quem se presta o serviço, pela patroa e demais membros da família empregadora. O certo é que o emprego doméstico não foi a opção desejada de trabalho pelas adolescentes quando da reflexão por onde começar a trabalhar. Todas, sem exceção, referem-se ao emprego doméstico como aquilo que apareceu, e não como uma visão de escolha de um ofício proveitoso. Observamos que o olhar que elas alicerçam do trabalho doméstico não é exclusivamente proveniente de suas experiências de ofício. É também visível como as mensagens midiáticas têm significativas interações com este público que somatiza a posição de inferior.

Estas situações estão delineadas nas falas das próprias domésticas:

Relata “F”: Eu deixei de estudar há dois anos, mas eu tenho fé em Deus que eu vou voltar a estudar, pra terminar meus trabalhos e ter outro serviço melhor. Não quero trabalhar o resto da minha vida assim, na casa dos outros

[P – O que é melhor e o que é pior em ser uma empregada doméstica?]

Pior, assim, é porque eu não gosto! Você diz assim: “pior é por que...” sei lá, quando você diz assim... Primeiro, todas as casas que eu trabalho são diferentes. Os patrões, a patroa. Mas eu não gosto de trabalhar na casa dos outros não, é uma coisa que eu não gosto de fazer, faço por necessidade. “S” respondendo a mesma questão coloca que a pior coisa no trabalho doméstico é a falta de diálogo – não tem como a gente adivinhar os gostos dos patrões – eles acham que a gente tá na cabeça deles – que sabemos como eles gostam que as coisas sejam feitas. É tudo tão diferente, tanto costume diferente. Há um tempo eu queria ser tipo uma empresária, mas eu vejo que isso é tão sem futuro que eu não penso mais nisso. Eu não sei mais o que pensar, o que fazer, mas eu quero ser alguém na vida. Eu não quero passar a minha vida inteira limpando uma casa que não é minha.(...) Isso não é vida que alguém se firme, é que aparece assim. Isso aí.

É fato corriqueiro o posicionamento de vitimização de algumas mulheres que trabalham como empregada doméstica em contraponto também do mesmo sentir de vítima por parte das patroas, que sempre estão reclamando de suas

domésticas e dos serviços que não são feitos como deveriam.

Por fim, o que é pior em ser doméstica? O que há de bom? Estes questionamentos transcendem a nossa curiosidade:

“T” esclarece: Porque só tem hora de chegar, o serviço não para. Se erra uma coisa, se fica ruim, só ficam reclamando. Aí fica muito ruim mesmo, quando reclamam. Tudo eles reclamam, tudo eles reclamam!

O que é melhor? Hum... O melhor é que a pessoa recebe seu dinheiro, o melhor é a folga que tem e todo mês a pessoa recebe seu dinheiro. O melhor é quando eu vou pra casa, quando eu estou em casa.

P” confirma a ojeriza em trabalhar em casa de família. E continua: Sei lá, ser xingada. Não gosto não. Sei lá, acho que eu trabalho porque é o jeito, mas pior? Pior é tudo.

“F” O melhor é porque tenho meu serviço, não estou no crime. Tô evitando confusão e tô ganhando meu dinheiro. O que eu quero, se for no meu alcance, eu consigo. (...) E o pior... sei lá... eu não sei explicar o que é pior, eu não acho o pior, me serve (...) O trabalho doméstico não é ruim como dizem não.

“M” O pior é que é um trabalho de muita responsabilidade. A gente chega fica cansado no final do dia, nem dá pra brincar. E ainda ouve muitas reclamações dos patrões. E o melhor é poder comprar as coisas.

As respostas que definem o que é pior no trabalho doméstico apontam para motivos que podem ser assim classificados:

- ✓ Excesso de jornada/prejuízo ao estudo – acabam justificando o seu crescimento nesse fator;
- ✓ Obrigações / responsabilidades demasiadas;
- ✓ A principal causa sentimental são as constantes e às vezes infundadas reclamações por parte dos patrões, aquela presunção de que as domésticas são desatentas;
- ✓ A desvalorização da profissão
- ✓ O seu isolamento e distância das suas origens, dos seus costumes e hábitos.

Quanto ao melhor do trabalho doméstico, as respostas dadas se dividem entre não considerar que tenha alguma coisa de bom, ou considerar que o bom é a remuneração ou os dias de folga. Interessante aqui observar que as domésticas entrevistadas em momento algum questionaram o valor dos seus salários, transparecendo uma conformação com o montante recebido, embora sendo um salário mínimo.

Lembro que a justificativa de diferenciação economicista sempre ocupou uma grande dimensão no debate público. Alerta-se, contudo, que esta restrição puramente econômica relativiza, indevidamente, aspectos fundamentais e não-econômicos da desigualdade social, como a ausência de autoestima e reconhecimento social, contribuindo assim para a consolidação de uma estrutura de classe moralmente inferior e com controle legitimado pelo Estado e pelo mercado justificando assim a naturalização da invisibilidade do trabalho doméstico.

6 CONCLUSÃO

Há um contexto básico inserido nas relações sociais que norteiam o trabalho doméstico de adolescentes: as disparidades entre os atores sociais que o realizam - de um lado a jovem, o ser em formação em todos os estágios - a criada, a serva, a empregada, de família pobre, de pouca experiência de vida, com escasso grau de estudos e, de outro, a entidade familiar, representada por pessoas adultas, em situação econômica mais elevada, hábitos e educação diferenciados. Ambiente propício para revelar a presença de diferenças em relação à cultura, à classe social, à maneira de viver. Além de diferenças há também desigualdades tanto físicas quanto sociais que sacramentam que essa relação é predominantemente de dominação e, por conseguinte, de submissão, fato nitidamente constatado nos depoimentos captados nas entrevistas e no grupo focal.

As razões que levam a adolescente doméstica a inserir-se no emprego doméstico, segundo as pesquisas são: primeiro: a pobreza; segundo: baixa taxa de escolaridade; terceiro: *o sistema de valores e tradições da nossa sociedade. O trabalho precoce é valorizado como um espaço de socialização, onde as adolescentes estariam protegidas da marginalização.* E por fim: o desejo de muitas adolescentes de trabalhar desde cedo. Para eles, significa a independência em relação à família e a possibilidade sedutora de ter acesso a determinados bens de consumo, representando assim a conquista do espaço social, a autonomia.

Esses fatores foram evidenciados na pesquisa de campo, especialmente nas respostas das entrevistadas no tocante ao motivo que determinou sua inserção no emprego doméstico, a maioria respondeu ser: ajudar a família. Nos dados estatísticos do IBGE/PNAD 2006 a 2008, também se observa o baixo índice escolar das adolescentes que exercem o emprego doméstico em decorrência das jornadas excessivas de trabalho. Enfatiza-se o baixo salário recebido por essa classe profissional, conforme demonstram os dados colhidos, além do alto índice de informalidade da relação empregatícia.

A herança ou aprendizado passado de mães para filhas, principalmente com as mulheres de baixa renda, pode e deve ser associado a resquícios da escravidão. Na época da escravidão, quem eram as mulheres que faziam parte do cotidiano da casa-grande, que não eram da família, mas conviviam bem de perto

com as sinhás? Quem seriam as mucamas senão as empregadas domésticas do período escravocrata? Com o fim da escravidão no Brasil e as lutas trabalhistas, as empregadas domésticas conquistaram direitos profissionais e de convivência, mas a associação perdura. Não se quer afirmar que as escravas de ontem são as domésticas de hoje, até porque o contexto social atualmente há um nível de conscientização e luta pelos seus direitos, inclusive com um crescimento de organização sindical. Todavia, o período escravocrata demarca a formação social originária desigual, em todas as suas dimensões, e firma um tipo de identificação e estrutura que irá sobrepor-se para as demais classes desfavorecidas, para além do tipo de cor ou origem étnica.

Observamos nas pesquisas de dados enquanto que negros e negras são maioria (61%), sendo que em algumas regiões chegam a representar em torno de 80% dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as). Entre 1998 e 2008, houve um aumento proporcional dos(as) negros(as) na categoria – passam de 56% para 61%.

Junto a essa internalização do resíduo escravocrata, percebemos a condição ocupada pela mulher na sociedade brasileira. No cotidiano de nossa sociedade, a mulher tem que ser a esposa fiel e a mãe exemplar; claro que isso vem mudando a cada ano. Mas, mesmo com a conquista de outros espaços por parte das mulheres, ainda é muito forte o que foi colocado no imaginário social.

A posição de precariedade que as empregadas domésticas ocupam no espaço social é fortemente consolidada no seu cotidiano. Possuem, em seu favor, as prescrições consubstanciadas em textos normativos. O que lhes falta é a estima e o respeito que inspiram, teoricamente, a institucionalização dessas normas trabalhistas. Raramente alguém quer ser empregada doméstica. Mesmo quando gostam do ambiente familiar em que convivem, a visão de vida demonstrada pelas adolescentes entrevistadas não revela amor ou apego ao emprego doméstico, como revelam os resultados da pesquisa.

Daí o porquê recorrente de identificar-se e conhecer melhor a problematização do trabalho doméstico de adolescentes entre 16 a 18 anos, e compreender a razão do Governo Brasileiro ter inserido esta atividade na Lista das Piores Formas de Trabalho Infanto-juvenil, com a edição do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Em verdade denota-se atualmente que o trabalho infanto-juvenil doméstico está se tornando intolerável, visualizado como ato abusivo, refletindo assim uma violação ao desenvolvimento integral daqueles que a ele se submetem.

Ainda é visto por muitos como canal importante para a formação e a educação da criança e da adolescente. Trata-se de uma questão complexa e delicada, na qual estão em jogo múltiplos valores socioculturais e significados humanos, éticos, políticos e pedagógicos.

As empregadas domésticas que participaram do grupo focal reclamaram da ausência dos patrões como personagens do filme, bem como dos conflitos envolvidos na relação entre domésticas e seus empregadores. Acreditamos que a intenção dos autores estava direcionada em construir um texto no qual fosse possível enxergar de perto os dramas e conflitos pessoais das empregadas e não colocá-las como coadjuvantes.

A primeira reação das entrevistadas ao assistirem ao filme foi o envolvimento com as cenas de comédia, largos risos ecoaram do cotidiano de trabalho que elas executam diariamente. A maioria das domésticas concordou que o contexto apresentado pelo filme era a realidade delas no dia-a-dia. Depois, de forma mais analítica e pessoal começaram a comentar as cenas. Algumas concordaram com a postura de determinadas personagens, outras não. Todavia, a opinião final acerca do representado pelo filme foi que ele se manteve fiel à realidade do trabalho doméstico. A criação de tipos caricaturais de empregadas domésticas pelo filme, por um lado, trouxe determinado humor para a película – o humor das caricaturas, ancorado provavelmente no imaginário sobre essa categoria profissional. Por outro, reforça estereótipos e a discriminação social e profissional.

Ao ser analisada e demonstrada a construção da ressocialização das adolescentes vivenciadas na família e no trabalho doméstico, reflete-se as relações simbólicas que se inserem no seu contexto de desenvolvimento decorrendo então contribuições fundamentais, positivas e negativas, para a sua formação pessoal, com ênfase especial a partir de relações de gênero e de idade, que mesmo tendo uma base de conceitos nutridos tanto na família desta trabalhadora quanto na da empregadora; ainda assim delineiam seus aspectos próprios em virtude de concepções e de formas de socialização que são característicos das classes trabalhadoras e são diferentes nas classes médias e altas.

Revelam um forte efeito no processo de ressocialização que envolve o emprego doméstico as diferenças de capital econômico e simbólico provenientes da nítida diferenciação de classe social, de perspectivas de vida que são diametralmente opostas e se cruzam e compartilham o mesmo ambiente: o espaço

familiar que, no sentir das domésticas, significa “a casa dos outros”. O estranhamento entre o cenário vivenciado pelas adolescentes, envolvidas pelo costume e representações que cercam as classes trabalhadoras brasileiras e, portanto, bastante distintas do ambiente em que vão trabalhar e viver a maior parte das horas do dia é uma situação que expõe essas pessoas a superexploração do trabalho e a muitas formas de violência, diante do contexto de extrema pessoalidade, fidedignidade e proximidade desta trabalhadora como os problemas diários da nova família empregadora. A convivência de hábitos, o desnivelado padrão de educação e a submissão dessas trabalhadoras a constantes pressões morais enfocam os limites subjetivos desta relação de trabalho. Observar as relações de gênero é condição *sine qua non* necessária para o detalhamento da construção desta relação de emprego doméstico de adolescentes; todavia, isso não desvenda todas as dimensões da relação entre adolescentes domésticas e a família empregadora. O cerne da questão aloca-se nos processos de ressocialização, meio canalizador do processo de aprendizagem, submissão de regras, valores e modos de agir, inclusive facilitando a integração das adolescentes neste grupo social, para a eficácia deste processo.

Justificado pela hipossuficiência econômica, base que norteia a mudança para a família empregadora, ao conviver com novos significados e capitais simbólicos, mesmo que inexperientes, as adolescentes perfilham comparações e percebem que mesmo lhes sendo atribuída a condição de participante da nova família, indubitavelmente a sua família de sangue e origem continua sendo o espaço da segurança, do aconchego, o porto seguro, o lugar do que é positivo em sua história de vida.

A permanência da adolescente no emprego doméstico depende por demais do processo de adaptação ao novo processo de socialização e absorção da nova realidade das situações cotidianas. As reclamações pelos seus pequenos erros de forma ostensiva surgem para preservar os limites, mas, além disso, nutrem a representação da detenção do poder. Ocorre uma nítida preponderância dos aspectos pessoais sobre o profissional, diante da intimidade desta relação, tão próxima que os conflitos se tornam inevitáveis e por vezes insuperáveis. O que mais choca as adolescentes, como também às demais classes trabalhadoras é a falta de transparência e lógica de como essas questões são resolvidas, assim como a interpretação dos fatos nunca são favoráveis às adolescentes, como no caso de

acusações infundadas de pequenos furtos. O cotidiano é flexibilizado de acordo com o humor dos empregadores, é o “sistema da casa”.

O ponto notório observado nas entrevistas que merece ser destacado aqui é que a baixa autoestima causada nos indivíduos classificados por baixo na hierarquia social, desde que inconsciente, mas embriagado por um processo natural, incorpore e internalize sua inferiorização como inferioridade, pode causar danos psíquico-sociais irreparáveis como, por exemplo, a desistência diante de determinadas situações profissionais ou simplesmente públicas em que costuma fracassar – desistir dos seus sonhos contribuindo assim de forma essencial para a sensação de fracasso ou sucesso pessoal e moral nas sociedades modernas – se firma a inércia do seu crescimento. Isto significa que as práticas disciplinarizadoras diariamente em consolidação, no caso, na instituição familiar, a hierarquia valorativa implícita, camuflada e envolvente que as perpassa de maneira obtusa e oculta assume a forma naturalizada de uma realidade construída por adesão, que dispensa, por isso mesmo, justificção. Por fim, a convivência na intimidade nas “casas dos outros”, essa ressocialização forçada sobre regras e controles torneados de premissas recheadas de preconceitos e estigmas gera também um repúdio de não pertencer a esse grupo, dada a tanta diferença de costumes, de valores, de gostos diferentes. Vai se produzindo, assim, o processo de ressocialização, envolvendo as trabalhadoras domésticas, reforçando na elaboração das estratégias de adaptação ou de ruptura nas relações de emprego doméstico de adolescentes.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Convenção OIT**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/seg_sau/pub_cne_convencoes_oit.pdf. Acessado em 09 de janeiro de 2009.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações**. 3ªed.–Brasília: MTE, SIT, 2007.36p.

_____. **Convenção OIT**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/seg_sau/pub_cne_convencoes_oit.pdf. Acessado em 09 de janeiro de 2009.

BRASIL, Presidência. **Constituição Brasileira**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acessado em 09 de fevereiro de 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acessado em 09 de janeiro de 2009.

_____. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acessado em 09 de fevereiro de 2009.

_____. **Lei Ordinária 5.859 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acessado em 10 de março de 2008.

CASTRO Mary Garcia, Empregadas domésticas: a busca de uma identidade de classe, **Cadernos do CEAS**, nº 123, Salvador, 1989, p. 49-58.

CAVALCANTI, Josefa Salete B, Ramos, Juliana V.R e Silva, Ana Cristina B. da O Trabalho feminino na agricultura de exportação. As Trabalhadoras na viticultura do Nordeste do Brasil, in Abreu, Alice Rangel de Paiva e Abramo, Laís(orgs.) **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana**, São Paulo: ALAST/Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, 1998 (Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho).

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza, in F.R. Madeira (org.), **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1997, p. 343-402.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classe**. São Paulo: Dominus/Editora da USP, 1965.

_____. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1976.

FERREIRA, Aurelio B. Holanda. **Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 2ª impressão.

FREITAS, Marcos Cezar e KUHLMANN JR., Moysés (orgs.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed., rev., 2ª reimpr. Rio de Janeiro: Global, 2008. 727 p.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIRARD, Christiane Ferreira Nunes. **Cidadania e cultura, o universo das empregadas domésticas em Brasília (1970-1990)**. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia, Instituto de Humanidades, Universidade de Brasília, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: Gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro, in F.R. Madeira (org.), **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1997, p. 291-342.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2006 e 2007.

KOFES, Suely. **Mulher, Mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MADEIRA, Felícia Reicher. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão, in F.R. Madeira (org.), **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1997, p. 45-134.

MICELI, Sérgio. Introdução: A força do sentido, in Bourdieu, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**, São Paulo: Perspectiva, 1992, p. I-LXI.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Sociedade e infância no Brasil**. Brasília: Editora da

UnB, 2003.

OLIVEIRA, Oris. **O trabalho infantil doméstico em casa de terceiros no direito brasileiro**. Brasília: OIT/IPEC, 27 de abril de 2002.

ONU. **Convenção dos Direitos da Criança**. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php. Acessado em 11 de março de 2009.

ORTIZ, Renato. **Ciências Sociais e Trabalho Intelectual**. São Paulo: Olho D'Água, 2002.

PINHEIRO *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça** – 3ª edição. Brasília: Ipea: SPM; OIT, 2008.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Amais, 1997.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SÃO PAULO (estado). Procuradoria geral do Estado. Centro de Estudos. **Convenção Americana de Direito humanos**. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acessado em 11 de março de 2009.

SAWAIA, Bader (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon, SCHWARTZMAN, Felipe Farah. **O trabalho infantil no Brasil**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Grupo Conjuntura, Instituto de Econômica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 11. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/trab_inf2004.pdf. Acessado em 15 de março de 2009.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**, São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003. 212 p.

_____. **Política e desigualdade social**. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?id=469&page=visualizar>. Acessado em 09 de fevereiro de 2010.

VIVARTA, V. (Coord.). **Crianças Invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração**. São Paulo: Cortez, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FILMES

Domésticas – o filme. Direção: Fernando Meirelles e Nando Olival. Produção: Andréa Barata Ribeiro. Roteiro: Cecília Homem de Mello, Fernando Meirelles, Nando Olival e Renata Melo, baseado em peça teatral de Renata Melo.. Música: André Abujamra Direção de Fotografia: Lauro Escorel. Direção de Arte: Frederico Pinto e Tulé Peake Figurino: Cristina Camargo. Edição: Déo Teixeira. Elenco: Cláudia Missura, Graziella Moretto, Lena Roque, Olívia Araújo, Renata Melo.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

NOME: _____

IDADE: _____ TEMPO DE PROFISSÃO DOMÉSTICA: _____

01 – POR QUE ESCOLHEU SER DOMÉSTICA?

02 – VOCÊ GOSTA DE SER DOMÉSTICA?

03- VOCÊ SE ACHA VALORIZADA COMO DOMÉSTICA?

04- VOCÊ PRETENDE SEGUIR A PROFISSÃO DE DOMÉSTICA?

05- VOCÊ ACHA QUE SEU TRABALHO É RECONHECIDO?

06- VOCÊ VÊ CRESCIMENTO PESSOAL COMO DOMÉSTICA?

07- COMO SUA FAMÍLIA VÊ O SEU TRABALHO?

08- QUAL A MAIOR DIFICULDADE NO SEU TRABALHO?

09- VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE VALORIZA O TEU TRABALHO?

10- VOCÊ SE SENTE PRESSIONADA NO TRABALHO? COMO?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)